

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE  
MÁRCIA CRISTINA PAGANINI PIVA**

**A VALORIZAÇÃO DOCENTE NO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL DO  
MUNICÍPIO DE COXIM (2007-2015)**

**CAMPO GRANDE/MS**

**2017**

**MÁRCIA CRISTINA PAGANINI PIVA**

**A VALORIZAÇÃO DOCENTE NO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL DO  
MUNICÍPIO DE COXIM (2007-2015)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em educação, área de concentração Formação de Educadores, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande – MS como exigência parcial para obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientadora: Dr<sup>a</sup> Bartollina Ramalho Catanante

Campo Grande/MS

2017

**MÁRCIA CRISTINA PAGANINI PIVA**

**A VALORIZAÇÃO DOCENTE NO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL DO  
MUNICÍPIO DE COXIM (2007-2015)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande - MS, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Formação de Educadores.

Aprovada em: 22 / 02 /2017

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Bartolina Ramalho Catanante (Orientadora)  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Vilma de Brito Miranda  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Margarita Victoria Rodriguez  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

P764v Piva, Marcia Cristina Paganini

A valorização docente no planejamento educacional do  
Município de Coxim (2007-2015) /Marcia Cristina Paganini Piva  
. Coxim, MS : UEMS,2017.

181p. ; 30cm.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação  
Mestrado Profissional em Educação.UEMS. Unidade  
Universitária de Campo Grande 2017.

Orientadora : Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Bartolina Ramalho Catanante.

1.Valorização docente.2 Políticas educacionais.3.Plano de  
ações articuladas.4.Coxim-MS I.Título.

CDD 23.ed.370.71

Ao meu companheiro Piva, minha filha Flávia pelo incondicional apoio,  
paciência e expectativas para cumprimento de meus objetivos;  
Ao Prof. Francisco Carlos Espíndola Gonzalez meu grande incentivador,  
exemplo de profissional idealista, compromissado, humilde e amigo de todas as  
horas;

À minha amiga e líder, secretária municipal de educação, Simone B. Gonçalves que  
possibilitou a realização de minha meta, sempre  
me motivando.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande - MS por proporcionar um curso de relevante contribuição científica e profissional.

À minha orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Bartolina Ramalho Catanante pela orientação, paciência e carinho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação pela mediação e troca de conhecimentos, valiosos na construção e realização deste trabalho.

Às professoras da banca examinadora, Profa. Dra. Prof.<sup>a</sup> Dra. Vilma de Brito Miranda – UEMS, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Margarita Victoria Rodriguez – UFMS e Prof.<sup>a</sup> Dra. Elisangela Alves da Silva Scaff – UFGD, pela significativa contribuição para conclusão deste trabalho.

Aos colegas do curso de Mestrado em Educação pela amizade, pela troca de conhecimentos e apoio recebido durante esses dois anos de convivência.

Aos sujeitos desta pesquisa: gestores municipais da educação, técnicos, representantes dos profissionais e docentes da Rede Municipal de Ensino pela prestativa colaboração em relatar suas impressões e conhecimentos.

## RESUMO

Esta pesquisa apresenta a Política de Valorização Docente do Município de Coxim como objeto de estudo, baseado no aprofundamento teórico sobre o planejamento educacional no Brasil na última década e no documento “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” – PAR. Tem como objetivos investigar e analisar a valorização docente no Planejamento Educacional do Município de Coxim – MS, entre o período de 2007 a 2011, a partir do desenvolvimento do Plano de Ações Articuladas (PAR) e do Plano Municipal de Educação (PME); investigar quais as condições estruturais e organizacionais para a elaboração dos planos no Município de Coxim (a adesão ao programa, o termo de compromisso e a organização dos comitês); e analisar os impasses e avanços que as ações referentes à valorização docente previstas (PAR 2007 e 2012) trouxeram. Os procedimentos metodológicos compreenderam: pesquisa documental, levantamento e análise de documentos oficiais que regulamentam a política educacional em estudo, destacando: a) o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação; b) o Guia das Ações do PAR; c) o Comitê Municipal Gestor do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação; d) o Plano de Ações Articuladas e o Plano Municipal de Educação de Coxim – MS, no que se refere à dimensão valorização de professores. Para tanto, foram realizadas entrevistas com os gestores municipais (desde a implantação dos planos) e com os técnicos e demais representantes dos profissionais da educação. Os documentos e dados analisados demonstraram que ocorreu uma mobilização dos setores da administração municipal e sociedade civil através dos Comitês Gestores do PAR e do Plano Municipal de Educação, sob as orientações e normativas, para a definição e a efetivação das ações. Foi constatado, ainda, diante das impressões e interpretações dos sujeitos, que alguns avanços foram obtidos com a assistência financeira do PAR, trazendo melhores condições estruturais, recursos didático-pedagógicos e cursos de formação, refletindo, portanto, a valorização docente, imprescindíveis para a valorização e para a garantia da qualidade. Para tanto, na trajetória do estudo dos documentos, desenvolvemos como proposta de intervenção fomentar a importância da intensificação do debate com os docentes da Rede Municipal, sobre as interações e determinações políticas e econômicas contidas nas políticas educacionais, sobretudo no que tange à valorização dos docentes definidas nas metas e estratégias do PAR e do PME.

Palavras-chaves: Políticas Educacionais. Plano de Ações Articuladas. Plano Municipal de Educação. Valorização docente.

## ABSTRACT

The object of study of this research is the Policy of Valorization of Teachers of the municipality of Coxim (MS), based on the theoretical deepening of the Brazilian educational planning over the last decade and on the document "Commitment All for Education" Plan. The objectives were a) to investigate the valorization of teachers in the Educational Planning of Coxim between 2007 and 2011, based on the development of the Plan of Articulated Actions (PAR) and the Municipal Education Plan (PME); b) to investigate the structural and organizational conditions for the preparation of plans in Coxim (adherence to the program, commitment term and organization of committees); to analyse the drawbacks and advancements brought by the actions about the valorization of teachers (PAR 2007 and 2012). The methodological procedures included documentary research, survey and analysis of official documents that regulate the education policy at issue, highlighting: a) "Commitment All for Education" Plan; b) the PAR Guide to Actions; c) municipal management committee of the "Commitment All for Education" Plan; d) the PAR and the Municipal Education Plan of Coxim, regarding the teacher valorization dimension. For this purpose, interviews were carried out with the municipal managers (since the implementation of the plans) and with the technicians and other representatives of education professionals. The documents and data analyzed showed that there was a mobilization of the sectors of municipal administration and civil society through the management committees of PAR and the Municipal Plan of Education, under the guidelines and regulations, for the definition and implementation of actions. The subjects' impressions and interpretations revealed that some progress was made with PAR financial assistance, bringing better structural conditions, didactic-pedagogical resources and training courses, thus reflecting the teacher valorization, essential for assuring quality. In the course of the study of documents, we proposed to foster the importance of intensifying the debate with the teachers of the Municipal Education Network about the political and economic interactions and determinations contained in educational policies, especially regarding the valorization of teachers defined by the PAR and PME goals and strategies.

Keywords: Educational Policies. Plan of Articulated Actions. Municipal Plan of Education. Teacher valorization.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Pontuação síntese das dimensões do PAR - Município de Coxim/MS	81
Quadro 2: Gestão Democrática: Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino.....	82
Quadro 3: Desenvolvimento da Educação Básica: ações que visem a sua universalização, a melhoria das condições de qualidade da educação, assegurando a equidade nas condições de acesso e permanência e conclusão na idade adequada.....	83
Quadro 4: Comunicação com a Sociedade.....	84
Quadro 5: Suficiência e estabilidade da equipe escolar.....	85
Quadro 6: Formação Continuada de Professores da Educação Básica.....	86
Quadro 7: Formação de Professores da Educação Básica para atuação em Educação Especial, Escolas do Campo, Comunidades Quilombolas ou Indígenas.....	86
Quadro 8: Formação Inicial e Continuada de professores da Educação Básica para cumprimento da Lei 10.639/03.....	86
Quadro 9: Elaboração e Organização das Práticas Pedagógicas .....	87
Quadro 10: Avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem.....	88
Quadro 11: Instalações físicas gerais.....	88
Quadro 12: Integração e Expansão do Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Pública.....	89
Quadro 13: Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais .....	90

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Salário inicial dos professores classe A aplicado na Rede Municipal de ensino do Município de Coxim-MS.....	94
Tabela 2. Funções por dependências administrativas dos trabalhadores de educação da rede municipal de Coxim/MS – 2015.....	95
Tabela 3. Professores das escolas de ensino fundamental da rede municipal de Coxim com graduação, em 2015.....	95

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANFOBE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação  
BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento  
CONAE – Conferência Nacional de Educação  
CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação  
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais  
EC – Emenda Constitucional  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FNDE – Fundo Nacional para o Desenvolvimento  
FUNDESCOLA – Fundo de Fortalecimento da Escola  
FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério  
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
IES – Instituições de Ensino Superior  
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PAR – Plano de Ações Articuladas  
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais  
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação  
PEE – Plano Estadual de Educação  
PNE – Plano Nacional da Educação  
PME – Plano Municipal de Educação  
PMCTE - Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação  
PNBE – Programa Nacional da Biblioteca Escolar  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PPA – Plano Plurianual  
PROINFO – Programa Nacional de Tecnologia Educacional  
SEB – Secretaria de Educação Básica do MEC  
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SED – Secretaria Estadual de Educação

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SIMEC – Sistema Integrado de Acompanhamento das Ações

UEMS \_ Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	14
<b>CAPÍTULO I - POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A VALORIZAÇÃO DOS DOCENTES.....</b>	25
1.1 A Valorização docente e as interfaces com a qualidade do ensino.....	25
1.2 O planejamento educacional municipal na última década.....	35
1.2.1 O Município de Coxim: desenvolvimento e ações no campo educacional.....	42
1.3 O Plano de Ações Articuladas – PAR: elaboração e ações.....	47
1.3.1 O PAR do Município de Coxim: organização, dimensões e estratégias .....	51
<b>CAPÍTULO II - O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS E O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE COXIM.....</b>	58
2.1 O contexto institucional e os aspectos estruturais para a elaboração e implantação do PAR.....	58
2.1.1 A elaboração e implantação do PME: propostas para a valorização dos docentes	64
2.1.2 Organização das ações do PAR 2007 e 2011 referentes à valorização dos docentes	74
2.2. Composição do planejamento educacional do município de Coxim: implicações na valorização docente a partir do PAR.....	76
2.2.1. O planejamento educacional do município de Coxim: perspectivas para a valorização docente a partir do PME.....	92
<b>CAPÍTULO III - ANÁLISE DOS DADOS SOBRE AS AÇÕES LOCAIS DO PAR E DO PME DE COXIM – MS.....</b>	101
3.1 Analisando as dimensões que contemplam a valorização docente: ações do PAR efetivadas e qualificação docente.....	101
3.2 As ações do PAR e reflexos na gestão do ensino municipal de Coxim.....	109
3.3As impressões dos sujeitos envolvidos no processo de elaboração, execução, monitoramento/avaliação das ações do PAR	118
3.4 Análise das ações do PME de Coxim: reflexos para a valorização docente	120
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	130
<b>PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO</b>	134
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	139
<b>APÊNDICE – Roteiro de Entrevistas</b>	143
<b>ANEXO A – Termo de Cooperação Técnica do PAR</b>	155
<b>ANEXO B – Quadros: Ações do PAR Coxim – 2007/2010 e PAR 2011/2015: Subseções relacionadas à valorização dos docentes</b>	165

## INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a realidade contemporânea demanda por profissionais da educação críticos e transformadores de um panorama de perplexidade diante das aceleradas mudanças sociais, as novas configurações do mundo do trabalho e exigências de aprendizagem, a análise e investigações sobre a Política Pública Educacional, se tornam, na mesma proporção, fundamentais para compreendermos os planos de governo bem como as ações da União e entes federados em relação à qualidade da educação brasileira.

A partir da análise dos aspectos dos Planos e Políticas Educacionais na última década, a presente pesquisa busca compreender como os programas são constituídos no âmbito educacional; de que forma ocorre a colaboração entre os entes federados (União, Estados e Municípios) em suas instâncias educativas (escolas); e de que maneira contemplam ações referentes à valorização docente com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino. Portanto, a proposta busca ainda, investigar a Política Educacional que pautou o Plano de Ações Articuladas (PAR) e as implicações e possibilidades para o planejamento educacional do Município de Coxim.

A valorização docente, objeto de estudo desta pesquisa, encontra-se inerente aos Planos de Ações do Governo, tanto federais como municipais e o Plano de Ações Articuladas desde o primeiro ciclo em 2007, no contexto do direcionamento das ações articuladas entre União, Estados e Municípios se configura como uma política descentralizadora que prevê a responsabilidade e a participação dos profissionais e docentes na gestão e planejamento das ações, que deverão ser desenvolvidas pela Rede de Ensino do Município de Coxim.

O “Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação”, criado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2007, traz como uma de suas metas o Plano de Ações Articuladas-PAR, instrumento estratégico disponível aos municípios, sendo contemplados com recursos técnicos e financeiros a fim de melhorar os aspectos de estrutura, de gestão educacional e do ensino e aprendizagem.

Dessa forma, a presente pesquisa fundamentou-se nas concepções e representações de Estado bem como do planejamento das políticas públicas, procurando estabelecer a relação entre os aspectos políticos contidos nos planos educacionais e os aspectos técnicos, voltados para atender as propostas e metas que seriam implementadas através do Plano de Ações Articuladas – PAR. E sendo a valorização docente a gênese da pesquisa, a investigação direcionou-se para a análise desse aspecto do planejamento educacional, devido importância de compreender a temática, sobretudo pelo interesse profissional.

Cabe ressaltar que esta pesquisa compõe o conjunto de trabalhos desenvolvidos pela pesquisa nacional denominada “Gestão das políticas educacionais no Brasil e seus mecanismos de centralização e descentralização: o desafio do Plano de Ações Articuladas (PAR)”, com a participação de pesquisadores e estudantes de diferentes universidades brasileiras, sob a coordenação geral da Professora Dra. Marília Fonseca (UnB) através da qual são articulados e apresentados os resultados de pesquisas desenvolvidas. Os pesquisadores de Mato Grosso do Sul, da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande e campus do Pantanal, da Universidade da Grande Dourados (UFGD) e da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), sob a coordenação da Professora Dra. Regina Tereza Cestari de Oliveira (UCDB), participam com a pesquisa denominada “Valorização docente no Plano de Ações Articuladas (PAR): análise de municípios sul-mato-grossenses”.

Relacionado a esse projeto maior, esta pesquisa tem como objetivo identificar os impactos do Plano de Ações Articuladas (PAR) para a valorização dos profissionais da educação, em quatro municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, buscando incluir os dados, possibilidades e avanços para a valorização docente do município de Coxim. A pesquisa busca também identificar em que medida o PAR, como programa estratégico do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), tem influenciado no desenvolvimento de políticas de valorização docente nos municípios, com o cuidado de observar a conjugação de outras políticas nacionais.

Portanto, esta pesquisa contribui diretamente com os estudos desenvolvidos por esse grupo nacional e estadual, aprofundando os conhecimentos sobre o planejamento educacional e a valorização docente no município de Coxim, através do PAR e do PME. No Programa de Mestrado Profissional em Educação PROFEDUC - UEMS o trabalho é desenvolvido pela linha de Pesquisa Formação de Professores e Diversidade e pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Política e Planejamento Educacional, Formação de Professores e Educação para as Relações Étnico-Racial, GEPPEHER/UEMS.

É pertinente destacar que o estudo enfatiza e amplia o debate sobre as interferências e as ações do Estado e dos programas de governo no qual se reafirma o propósito desta pesquisa, pois, estando a educação situada no interior dessas ações, faz-se imprescindível compreender o PAR e o PME do Município de Coxim quanto à sua implementação e manutenção, considerando que a tomada de decisões envolveu os sujeitos de diversos segmentos da educação e demais organismos da sociedade.

As ações do Estado, executadas através dos diversos organismos, constituem os programas para atender a todos os setores da sociedade, portanto as políticas públicas são compreendidas com “o Estado em ação”. Para Höfling (2001), as políticas sociais se referem às ações que determinam o padrão de proteção social e garantias implementadas pelo Estado. E, nesse sentido, deve-se compreender a educação como uma política pública social, de responsabilidade do Estado, não pensada apenas por seus organismos, mas também com a participação da sociedade.

Segundo Moacir Gadotti (2008), sem participação social é impossível transformar democracia política em democracia social pois para ele, igualdade formal e jurídica é insuficiente sem a igualdade econômica. Vista dessa forma, a participação social se constitui, também, num método de reconfiguração do próprio Estado. A democracia participativa não concorre com a representativa: elas se complementam, se fortalecem, aproximando o cidadão do Estado.

Ao discutir o tema sobre políticas educacionais, Barroso (2006) afirma que a implantação desses programas e planos educacionais nos remete a indagações que se desdobram sobre a lógica e a concepção político-pedagógica subjacente a eles. Observa-se um descompasso no efetivo ideário da participação e deliberação coletiva, na premissa de agilidade da assistência financeira aos sistemas públicos de ensino, ao apoio técnico e financeiro da União e ainda nos revela a falta de organicidade entre as políticas, as políticas de gestão e a organização das unidades escolares envolvidas o escopo político pedagógico das ações.

A fim de atender às reivindicações sociais pela ampliação da cidadania, as ações dos planos educacionais voltam-se para estratégias e metas de transformação da cultura política e das relações entre Estado e seus cidadãos. Na perspectiva de ampliação da cidadania, as políticas educacionais têm focalizado os processos de descentralização, poder local, democratização da gestão, participação e controle social, autonomia, entre outros. Nessas condições, a política social no Brasil vem sendo pensada tendo em vista o lugar que ocupa na nova divisão internacional do trabalho, na tentativa de combinar o crescimento sustentado com a construção de uma sociedade justa e democrática. (CESTARI, 2009).

Ao analisar as metas e estratégias para a valorização docente no Plano de Ações Articuladas (PAR) do Município de Coxim e como elas se articulam no Plano Municipal de Educação, é importante destacar que a ação planejada no processo de organização dos documentos pelos gestores elucidou as primeiras hipóteses quanto aos aspectos por mim considerados mais relevantes: o ideário e a concepção político-pedagógica dos gestores, e a

organização e mobilização para a elaboração desse plano até as etapas posteriores. A análise baseou-se na forma como foi constituída a dinâmica para a participação dos setores da administração municipal e sociedade civil, através dos Comitês Gestores do PAR e as orientações e normativas para a definição e a efetivação das ações.

O presente estudo buscou destacar a configuração e a importância de políticas educacionais bem como a compreensão e reexame da questão principal, tendo como objetivo geral analisar a valorização docente no Planejamento Educacional do Município de Coxim – MS, entre o período de 2007 a 2011, a partir do desenvolvimento do PAR e do PME. Como objetivos específicos, destacam-se: analisar a Política de Valorização Docente do município de Coxim com base no aprofundamento teórico sobre o planejamento educacional no Brasil na última década, documento “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”- PAR; investigar quais as condições estruturais e organizacionais para a elaboração do PAR e PME no município de Coxim (a adesão ao programa, o termo de compromisso, os comitês e demais sujeitos participantes do processo); verificar se as ações previstas (PAR 2007 a 2015), no que tangem à valorização docente na rede municipal de ensino, foram executadas e quais os avanços obtidos; verificar quais estratégias e dimensões do PAR e metas do PME contemplam a valorização docente; avaliar as considerações dos profissionais da rede municipal de ensino sobre os imperativos da valorização docente no contexto e efetivação das ações do PAR e PME.

Assim, com os objetivos definidos, a pesquisa foi se constituindo como uma oportunidade privilegiada de reflexão, pois partiu da análise das contribuições e implicações do Plano de Ações Articuladas para a melhoria do ensino na rede municipal, sobretudo para a valorização docente. Reconhecendo-me na qualidade de servidora e profissional da educação que atua no ensino público municipal, o interesse para investigação dessa temática se deve ao fato de estar trabalhando junto ao setor administrativo da Secretaria Municipal de Educação do Município de Coxim na gestão 2013-2016, participando indiretamente da execução e monitoramento das ações do PAR como membro do Comitê Local – Ciclo 2012-2015, e como membro da comissão organizadora do Plano Municipal de Educação.

A investigação dependeu da análise documental e das informações disponibilizadas pelos sujeitos que participaram das discussões e elaboração dos planos. Foi realizada a coleta dos dados através de entrevistas semiestruturadas com os gestores da rede municipal de ensino, no período de 2007 a 2015, sendo sujeitos da pesquisa três (3) secretárias de educação da rede municipal de ensino, dois (2) representantes técnicos da secretaria municipal de educação; e os seguintes profissionais envolvidos no processo de elaboração, execução e

monitoramento do Plano de Ações Articuladas: um (1) representante de diretor escolar, um (1) representante de coordenação pedagógica, e um (1) representante de docente.

A abordagem e a pertinência do teor das questões das entrevistas tiveram fundamento nos documentos orientadores para a elaboração do PAR e, com dados disponibilizados nos sites oficiais do FNDE/MEC e nos documentos organizados pelos Comitês Gestor e Local, foi-nos possível atingir os objetivos e responder às indagações e hipóteses iniciais da pesquisa. O método basilar para a pesquisa, no entanto, baseou-se nos pressupostos da pesquisa qualitativa, que explicita os dados subjetivos, valores, opiniões e fenômenos inerentes ao tema pretendido. Nesse contexto, a pesquisa estruturou-se em momentos distintos: a busca e compreensão de trabalhos já realizados sobre o tema, com levantamento de dados explicitados no PAR; em outro momento, a investigação e apresentação dos instrumentos (legislações e documentos) referentes às evidências que comprovaram hipóteses iniciais apontadas; e, por fim, a análise dos dados e relatos dos partícipes do processo de elaboração, execução e monitoramento dos planos.

Para tanto, a revisão bibliográfica foi aprofundada a partir da leitura de autores como Luiz F. Dourado (2007), Moacir Gadotti (2008), Regina T. Cestari de Oliveira (2009), Romualdo Portela (1995) Saviani (1993), Theresa Adrião (2010), Vera Peroni (2008), entre outros, que pesquisam e abordam as Políticas Públicas Brasileiras. Também foram feitas buscas nos documentos oficiais do MEC/FNDE, e em trabalhos, dissertações e teses encontradas no Portal da Capes e Scielo. A partir da inspeção de dados e características do assunto investigado, além da abordagem teórica, foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas que descrevem e analisam como os sujeitos se constituíram como (co) responsáveis nos mecanismos das Políticas Educacionais e como avaliam. Foi descrita, sobretudo, a avaliação dos gestores municipais (gestão 2008-2015), técnicos e profissionais da educação membros do comitê de elaboração do PAR e membros da comissão de elaboração do PME.

Considerando o projeto inicial dessa pesquisa, a investigação ficou delimitada aos aspectos referentes à valorização dos docentes que, em ambos os planos, se encontram articulados. O aprofundamento teórico sobre o planejamento educacional partiu da análise das principais legislações implementadas pelo Governo Brasileiro, investigando quais as condições estruturais e organizacionais para a elaboração do PAR e PME no Município de Coxim bem como discutir e apresentar esse instrumento enquanto planejamento de suas ações e, portanto as ações previstas no PAR 2007-2011 e 2012-2015.

As dimensões inerentes à valorização docente foram pesquisadas e apresentadas no trabalho por considerarmos a relação intrínseca entre elas e as ações e estratégias dos planos (PAR e PME), e tendo em vista que a ampla abrangência de questões e aspectos que os planos contemplam implicam interferências diretas no processo e efetivação de uma educação de qualidade.

A concepção de educação sobre valorização dos profissionais da educação e sobre a qualidade de educação tem princípios ideológicos contidos na política educacional que nos remetem à compreensão dos objetivos e condições para a implantação dos planos, sobretudo por apresentar contradições entre suas diretrizes, ações e execução e com os impactos, resultados e as efetivas mudanças geradas.

Conforme afirma Oliveira (2011) [...] no que tange à valorização docente, no âmbito das políticas em conformidade com os agentes financeiros, realiza-se como apelo aos diferentes formatos de parcerias e/ou projetos educacionais; [...] vem paulatinamente descaracterizando o desenvolvimento profissional docente” (OLIVEIRA, 2011, p.8). A autora explica que a questão da valorização não se reduz a questões de procedimentos técnicos e financeiros, mas depende da correspondência existente entre o “avanço no campo das ideias”, proveniente da produção teórica sobre a temática e a adoção de medidas práticas que promovam avanços na solução de problemas. Em outras palavras, pensar uma política global de formação profissional docente implica, portanto, tratar simultaneamente, e com a mesma seriedade, a formação inicial e a formação continuada, as condições de trabalho, salário e carreira.

Percebe-se no cenário educacional que a ênfase dos Planos de Desenvolvimento da Educação (PDE) dos governos recai sobre os programas cujos recursos passam pela transferência aos estados e municípios, por exemplo, o Plano de Ações Articuladas (PAR). Sob a égide de atender às reivindicações sociais, volta-se para estratégias e metas de transformação da cultura política e das relações entre o Estado e seus cidadãos. Na perspectiva de ampliar a participação e a cidadania, as políticas educacionais têm focalizado os processos de descentralização do governo federal atribuindo e priorizando a democratização da gestão, a participação e controle social, a autonomia, entre outros ao governo local (estados e municípios).

O PAR como instrumento de aproximação do Ministério da Educação à realidade dos Municípios foi estudado com o intuito de verificar as interferências e ações do Estado e a forma de implantação, participação e decisões dos diversos segmentos e profissionais da educação, bem como verificar a participação dos demais segmentos da sociedade.

Na última década, o eixo central das políticas implementadas desde o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE abrange o planejamento participativo, porém de sentido restrito quanto às normativas. A forma operacional, no âmbito das decisões executivas já consolidadas, embasa o aumento da capacidade do ente executor. Segundo Gadotti (2008), sem participação social é impossível transformar democracia política em democracia social. Vista dessa forma, a participação social constitui, também, um método de reconfiguração do próprio Estado. A democracia participativa não concorre com a representativa: elas se complementam, se fortalecem, aproximando o cidadão do Estado. (GADOTTI, 2008).

Entretanto, para a discussão das referidas ações nos Planos, considerou-se relevante descrever as mudanças na legislação educacional, sobretudo os avanços previstos sobre a valorização dos docentes. Como exemplo, vemos a imposição legal para implementação nas redes de ensino do Plano de Cargos e Carreiras (PCC) e da implantação da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), aprovada no ano de 2008. O momento foi considerado decisivo para a melhoria da qualidade do ensino, principalmente porque as discussões ocorreram com a participação dos profissionais da educação nas Conferências Municipais e Estaduais de Educação para fechamento das propostas na Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2010. O Ministério da Educação (MEC) finalizaria com um documento norteador com as metas para melhoria e qualidade do ensino e com importantes estratégias para assegurar a valorização docente. O documento, Plano Nacional de Educação – PNE, registra que a valorização ocorre a partir de condições de trabalho, piso salarial, formação inicial e continuada e, plano de cargos, carreira e remuneração (BRASIL, 2010).

Nessa perspectiva, o primeiro capítulo desta pesquisa versará sobre as políticas educacionais e a valorização dos docentes, trazendo a abordagem e as interfaces da valorização docente com a qualidade do ensino, explicitando fatores estruturais como qualificação dos docentes, jornada de trabalho, piso salarial. Diante do exposto, destacamos que a análise, necessariamente, perpassou pela busca e compreensão da dinâmica de implantação dos programas educacionais e a valorização dos docentes no âmbito municipal, a gestão do programa e execução das ações, sobretudo os benefícios que o Plano de Ações Articuladas e Plano Municipal de Educação trouxeram para a qualidade de ensino.

A análise dos aspectos que compõem o Plano de Ações Articuladas (PAR 2007 e 2012) e o Plano Municipal de Educação (PME) traz luz à discussão sobre como esse instrumento, o PAR, foi utilizado enquanto planejamento das ações da gestão municipal, apresentando, para tanto, uma reflexão sobre a implementação e sobre os aspectos dos planos que se relacionam com a valorização docente, tendo em vista que a implementação de

programas visa à articulação das ações locais com as ações dos Programas e Planos do Governo Federal.

Em alguns dos subitens, destacamos os dados e as discussões de pesquisadores que abordam a temática e realizam trabalhos em alguns municípios de Mato Grosso do Sul, sobretudo Regina Tereza Cestari de Oliveira, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da UCDB e pesquisadora produtividade do CNPq, que analisa o processo de implementação do Plano de Ações Articuladas (PAR) a partir do primeiro ciclo (2007-2010), e também examina o acompanhamento e a avaliação das ações executadas, assim como as ações redimensionadas no segundo ciclo do PAR, correspondentes ao período de 2011 a 2014.

O segundo capítulo versará, entre outros aspectos, sobre o processo de adesão ao PAR, a elaboração de ações estratégicas pontuadas, frente ao diagnóstico da realidade educacional em que a Rede de Ensino do Município de Coxim se encontrava. No que se refere à valorização docente no PAR do Município de Coxim, será descrito o processo de elaboração e implantação do PME: propostas para a valorização dos docentes destacando a organização das ações. Também são abordados itens como as ações referentes à formação inicial e continuada, o Plano de Cargos e Carreira dos docentes, as ações que contemplam as condições de trabalho, os recursos pedagógicos e tecnológicos e, ainda, as ações e subações do PAR e a participação dos profissionais da educação nos processos da gestão educacional contidas nas dimensões: Gestão Educacional – Gestão Democrática e Práticas Pedagógicas e Avaliação.

As implicações na valorização docente a partir do PAR foram apresentadas pela configuração da composição do planejamento das ações, discutindo-se a forma como ocorreram a organização, a participação e a discussão dos partícipes e as inferências nos planos. O planejamento educacional do município de Coxim é apresentado do ponto de vista das perspectivas para a valorização docente a partir do PAR e PME.

No percurso da investigação, decidimos relacionar as questões da valorização no PME tendo em vista que o PAR, em ambos os ciclos, na dimensão Gestão Educacional – Gestão Democrática enfatiza a articulação e o desenvolvimento dos sistemas de ensino, o que requereu a resposta sobre a existência, acompanhamento e avaliação do PME. Dessa forma, para melhor esclarecer as ações e subações do PAR da Rede de Ensino, buscamos fazer a correlação e a associação dos objetivos e benefícios dos aspectos das dimensões para a melhoria dos índices educacionais do município de Coxim.

Fez-se necessário verificar as condições que a gestão municipal de educação teria para elaborar o planejamento a ser realizado mediante as orientações do MEC, e como foi a base

do diagnóstico que identificaria as medidas mais apropriadas para a gestão dos sistemas de ensino, com vistas à melhoria da qualidade da educação básica. Diante disso, optamos por discutir as questões da valorização correlacionando as ações entre os planos, e por considerar como recorte temporal a duração dos dois ciclos do PAR 2008/2011 e 2012/2015, pelo fato de os indicadores qualitativos no Plano Municipal de Educação aparecerem apenas no PAR 2012/2015.

O terceiro capítulo teve como procedimento a análise dos dados presentes no PAR e PME do Município de Coxim e das informações coletadas com os gestores e profissionais da educação da Rede Municipal que contribuíram com os relatos e impressões sobre a Política e a elaboração dos planos. Cabe mencionar que as fontes, documentos e trabalhos trouxeram como propósito fundamentar a discussão das consequências e da repercussão do PAR na gestão da educação, incluindo as percepções e expectativas dos gestores em relação à Política.

A análise, apresentada no terceiro capítulo, expõe as considerações dos gestores e partícipes, destacando o ponto de vista sobre as possibilidades do PAR e do PME no planejamento das ações da gestão municipal; em que proporção o PAR se efetivou como instrumento estratégico; e de que forma contribuiu para efetivar ações de valorização docente, sobretudo considerando o caráter descentralizador e participativo inerente à sua implementação, verificando e destacando se ocorreu melhoria na qualidade do ensino e da aprendizagem na Rede Municipal de Ensino, através da adesão e o cumprimento das diretrizes, objetivos e metas do PAR e do PME.

As diversas áreas de cada dimensão que o PAR propõe destacam as ações que contemplam a qualidade da educação e a análise dos fatores infra e extraescolares que se referem aos alunos, professores, equipe pedagógica e gestores, conselhos escolares, projeto pedagógico, ambiente escolar, estrutura física e recursos didáticos e tecnológicos, e relações intersubjetivas do cotidiano escolar. Dourado (2007) corrobora, afirmando:

[...] a qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento de variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e muito menos sem tais insumos [...] desse modo, a qualidade da educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula. (DOURADO, OLIVEIRA e SANTOS, 2007, p. 9)

Destaca-se como subitem, ainda, a comparação das ações do PAR do município de Coxim em seus dois ciclos (2007-2011 e 2012-2015) por apresentarem marcos diferenciados, que direcionaram à continuidade com as metas e estratégias do PME. Como complemento, o

capítulo também aborda a etapa da constatação e materialidade das ações discutidas e organizadas, e o acompanhamento dos resultados do PAR da Rede Municipal de Ensino.

As considerações acerca da temática expõem um desafio: discutir as necessidades de uma educação conclamada como direito do cidadão e dever do Estado e de definir a valorização dos docentes no campo da racionalidade política e das práticas cotidianas escolares, onde se efetivam os meios e os fins dos processos educativos.

Por fim, para a conclusão do trabalho foi elaborada uma proposta de intervenção cuja dinâmica de estudo na Rede de Ensino no qual atuo será apresentar e ressaltar a importância de ampliarmos o debate sobre as interferências e ações do Estado e de planos de Governo. Para tanto, a proposta tem como perspectiva aproximar o espaço formativo propiciado no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, do contexto da educação básica. Buscando cumprir as exigências do programa, os desafios nos movem a estabelecer alternativas para disseminar os conhecimentos adquiridos no curso com os sujeitos partícipes das etapas da pesquisa.

A discussão das Políticas Públicas Educacionais no tocante à valorização docente presentes no PAR do município de Coxim – MS e a articulação das ações no Plano Municipal de Educação foi objeto de estudo desta pesquisa. No entanto, a partir da indagação inicial sobre quais as implicações dos objetivos e princípios dos programas e dos planos do governo, sobretudo o reflexo no processo de ensino e aprendizagem, surgiu o interesse em compreender os aspectos relevantes da elaboração do PAR e PME: da definição das ações à execução das metas.

Para tanto, através da proposta de intervenção, buscamos estabelecer uma inter-relação entre o objeto investigado e os sujeitos atuantes na educação básica (objetivo do programa de mestrado da universidade) para aproximar os problemas do contexto escolar à pauta da discussão e pesquisa acadêmica. O conhecimento científico em articulação com os saberes dos sujeitos envolvidos no processo se fez relevante nesta proposta. Através de um projeto de extensão, entre as ações estão a discussão e a fundamental necessidade de conhecermos as intensões intrínsecas nos planos de governo, que trazem reflexos, impasses e avanços na efetivação de nossas ações enquanto profissionais da educação, serão apresentados aos profissionais da rede de ensino de Coxim, os planos PAR e PME como planejamento educacional da rede municipal de ensino.

Dessa forma, constituída como uma oportunidade privilegiada de reflexão, a proposta de intervenção propõe trazer para a análise todas as ações e as condições de implantação e

monitoramento do PAR, bem como discutir e conhecer a correlação do aspecto e as ações e estratégias para a valorização docente no PAR e no PME de Coxim.

## **CAPÍTULO I - POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A VALORIZAÇÃO DOS DOCENTES**

Neste capítulo são apresentadas as bases teóricas e legais em que se dará a investigação sobre a Valorização Docente no Planejamento Educacional da Rede Municipal de Ensino de Coxim. A análise recairá sobre os aspectos que compõem o PAR e o PME e discutirá como esse instrumento, o PAR, foi utilizado no planejamento das ações da gestão municipal. Para tanto, a reflexão parte de quais aspectos dos Planos e Políticas Educacionais se relacionam com a valorização docente, tendo em vista que a implementação de programas visa articular as ações locais com as ações dos Programas e Planos do Governo Federal.

Nesse contexto, é essencial descrever quais foram as condições estruturais e organizacionais para a elaboração do PAR e PME no município de Coxim, e analisar como esses planos (considerados como instrumentos para o planejamento educacional municipal) foram elaborados, executados e relacionados com as questões da valorização docente, sobretudo por ser este um outro desafio.

### **1.1. A valorização docente e as interfaces com a qualidade do ensino**

Para início desta análise há de se resgatar, nos documentos oficiais, como se deu o processo da valorização dos docentes, considerando as urgentes e necessárias ações para a melhoria da qualidade do ensino brasileiro. No recorte temporal, a partir da Constituição Federal de 1988, aponta-se o reconhecimento da valorização dos docentes e avanços para a carreira e condições de trabalho tendo em vista que a qualidade da educação perpassa por aspectos intrínsecos à prática pedagógica dos docentes. As estratégias nessa perspectiva levam em conta a importância do papel que os docentes desempenham no processo de ensino.

Cabe, no entanto, trazer a conceituação de qualidade implícita à política educacional e aos planos propostos. O MEC (Ministério da Educação) lança em 2007 o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) com a finalidade de viabilizar e alcançar as metas definidas no PNE 2001-2010 (Plano Nacional de Educação), alicerçado em novos patamares de qualidade de educação, partindo do princípio de que a política nacional de educação deveria articular-se com os objetivos fundamentais da CF 1988 e, na necessidade de enfrentar estruturalmente a desigualdade de oportunidades educacionais, com a pretensão de ser a tradução do PDE 2007.

O PDE, de certa forma, apresentou um diagnóstico dos problemas educacionais, porém deixou as questões da melhoria da qualidade da educação a serem definidas. Ressalta-se que a qualidade do ensino trazida nos documentos, para o MEC, deveria compreender os

sujeitos e os grupos sociais a que pertence, garantindo-lhes o direito à educação, atendendo aos interesses e valores envolvidos e criando /propondo projetos de sociedade inerentes à política educacional.

Dessa forma (re) significando qualidade do ensino fundamentados nos aspectos compreendidos como: a gestão educacional (em todas as esferas de governo), elementos como infraestrutura, recursos didáticos e pedagógicos, a avaliação do ensino e da aprendizagem, a formação e aperfeiçoamento dos profissionais da educação, o financiamento da educação deve contemplar e assegurar não apenas as condições básicas, mas garantir o investimento na eficácia e na eficiência dos sistemas de ensino. Dessa forma o plano (PAR) prioriza a superação das desigualdades educacionais evidenciadas no país, também destacando a necessidade de renovação pedagógica associada a mobilizações pelo direito à educação a todos, com participação e democratização.

Sendo a qualidade indispensável para a garantia do papel social e político da educação, ocorre, concomitantemente a esse processo, a necessidade de repensar o sentido da educação, voltada para o compromisso do sucesso da aprendizagem dos alunos.

Para José Carlos Libâneo (2012), na reflexão e no debate sobre qualidade da educação e do ensino, os docentes têm caracterizado o termo qualidade com os adjetivos social e cidadã – isto é, qualidade social, qualidade cidadã –, para diferenciar o sentido que as políticas oficiais dão ao termo. Qualidade social da educação significa não apenas diminuição da evasão e da repetência, como entendem os neoliberais, mas refere-se à condição de exercício da cidadania que a escola deve promover. (...). Além disso, a qualidade social da educação precisa considerar tanto os fatores externos (sociais, econômicos, culturais, institucionais, legais) quanto os fatores intraescolares que afetam o processo de ensino-aprendizagem, articulados à função da universalização de uma educação básica de qualidade para todos (LIBÂNEO, 2012).

O conceito de qualidade adotado pelo MEC atualmente parece ser bem abrangente por considerar a educação de qualidade aquela que se fundamenta em requisitos que vão desde o incentivo à carreira e valorização aos docentes, incluindo garantia de acesso e permanência dos alunos na escola, com promoção de aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e de desenvolvimento individual.

O artigo 206 inciso V da Constituição Federal de 1988 traz elencado como necessidade o estabelecimento de princípios no estatuto do magistério para proporcionar condições dignas de trabalho e melhorar a remuneração, sobretudo para reverter o processo de crise profissional e incentivar o ingresso na carreira.

Conforme o artigo 206 da CF 1988, observa-se que:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: V - valorização dos profissionais de ensino, garantindo, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União (BRASIL, 1988).

Podemos compreender, assim, que a CF 1988 legisla considerando a necessária qualidade do ensino, fundamenta-se na construção de uma qualidade a partir da valorização de seus docentes. Apontando necessariamente três caminhos para a conquista da valorização profissional: a necessidade de uma titulação acadêmica de qualidade que o habilite para a superação de provas de ingresso por concurso; o enquadramento profissional em uma carreira que supõe estabilidade e progressão; a proteção e valorização salarial, através de um piso para os profissionais do magistério.

Outro documento, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/1996, elenca vários artigos em um capítulo específico para a Valorização dos Profissionais do Magistério, deixando claro que a qualidade do ensino depende e está atrelada às questões da valorização dos docentes, conforme artigo 67:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III - piso salarial profissional;
- IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI - condições adequadas de trabalho (BRASIL, 1996).

Os aspectos da valorização dos profissionais da educação, portanto, devem estar sob a incumbência dos estados e municípios, assegurados nos planos de cargos e carreiras, com piso salarial, progressão e ascensão na carreira e oportunidades de formação continuada e melhoria nas condições de trabalho.

Nesse sentido, a valorização do magistério, nos princípios da Constituição Federal e LDBEN deveria estar compreendida e fundamentada na profissionalização e qualificação dos trabalhadores em educação, devendo, ainda, ser constituída e estruturada na construção de planos de cargos e carreiras, política salarial a abranger todos os estados brasileiros.

O governo brasileiro a partir desses dois documentos norteadores do sistema educacional brasileiro direciona aos entes federativos a responsabilidade pela implementação de ações que visem melhorar os índices educacionais a partir da valorização do magistério.

Para Oliveira (2004), esse cenário de reformas traz a discussão sobre as novas determinações e reestruturação do trabalho docente, resultante da combinação de diferentes fatores que se farão presentes na gestão e na organização do trabalho escolar. Assim, a nova regulação muda sua composição, estrutura e gestão das redes públicas de ensino, além de refletir no trabalho e na valorização do professor. As reformas trazem medidas que alteram a configuração das redes nos seus aspectos físicos e organizacionais e que têm se assentado nos conceitos de produtividade, eficácia, excelência e eficiência, importando das teorias administrativas as orientações para o campo pedagógico.

Com base nas definições de diretrizes sobre valorização, após a realização da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien na Tailândia, em março de 1990, o governo brasileiro anuncia medidas com vistas à valorização do professor, ciente do propósito e tentativa de se estabelecer uma nova orientação para as reformas educacionais. Os professores se encontram no centro da efetivação de políticas, cujos objetivos eram expandir a educação escolar e ofertá-la com qualidade visando à redução das desigualdades sociais e perpassando, também, os interesses econômicos e de mercado. A educação dirigiria a formação para o trabalho e para a equidade social. A valorização do professor se apresenta como condição necessária para a qualidade tão almejada.

Em consequência dos compromissos assumidos, em 1994 é anunciado e assinado o Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade da Educação pelo Ministro da Educação e Cultura e diversas entidades representativas dos professores, dentre elas a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) que defende a criação de um fundo destinado ao financiamento de todas as etapas da educação básica, garantindo um piso salarial nacional, investimentos na formação inicial e continuada, jornada integral, melhoria nas condições de trabalho, horário reservado a atividades de preparação pedagógica visando à melhoria da aprendizagem do aluno.

As reformas dessa proposta mudaram a educação, que passa a ser regulada por legislações. Caracterizada como marco no sistema educacional brasileiro, essa mudança foi

instituída, inclusive, na Constituição Federal (1988) com uma emenda que criou um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério – FUNDEF (E.C nº 14/1996). Esse dispositivo legal foi alterado em 2006, abrangendo a Educação Infantil e Ensino Médio e passando a ser Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação, FUNDEB, E.C nº 53/2006, regulamentado pela Lei nº 11.494/2007.

Também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN nº 9394/1996 – redimensiona as orientações para o Sistema Educacional Brasileiro, considerando a relação com a sistematização dessas mudanças/propostas.

Outros instrumentos legais, criados sob a égide da reforma, desde então se adequaram para atender aos organismos internacionais bem como promover mudanças, cujos compromissos assumidos em conferências internacionais da educação possibilitaram a ampliação de uma política nacional que causa um impacto, refletindo até nos dias atuais.

A questão crucial que permeia os Planos de Governo na última década tem relação direta com os recursos públicos a serem aplicados na educação. Segundo Saviani (2007), o aumento imediato do montante de recursos destinados para a educação é a condição preliminar indispensável, embora não única e suficiente, para o enfrentamento dos problemas da educação brasileira, os quais hoje dizem respeito especialmente à qualidade do ensino.

As políticas educacionais a partir de 2006 buscavam efetivar as ações que superassem o fracasso histórico da educação no Brasil. Por considerar a educação a condição primeira para a cidadania, o governo Lula mostra-se empenhado em reverter esse processo que propõe um novo marco de responsabilidade entre os entes federativos para garantir a universalização da educação básica, tendo como meta elevar a média de escolaridade dos brasileiros e resgatar a qualidade do ensino em todos os aspectos, níveis e modalidades.

Para tanto, a garantia da educação de qualidade como direito encontra aporte no projeto de governo que teria três diretrizes essenciais a serem seguidas: a) a democratização do acesso e garantia de permanência; b) a qualidade social da educação; c) a instauração de um regime de colaboração e de democratização.

No plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007, a ênfase e a prioridade na melhoria da qualidade do ensino contam com diretrizes organizadas nos Eixos do Plano Plurianual, e nele constam também as medidas, gastos e objetivos a serem seguidos pelos governos em um período de quatro anos. Entre as ações do PDE há um dos aspectos fundamentais para a questão da qualidade do ensino, com implicações diretas e que se refere à

valorização docente, tais como: o plano de cargos e carreira, o piso salarial, a formação inicial e continuada, bem como as condições de trabalho.

No entanto as reformas educacionais, a partir da LDB 1996, trouxeram alterações para a vida e para a formação dos professores; as mudanças socioeconômicas apresentavam novas exigências no contexto de implementação das ações do PDE e o que cabe à análise desse estudo. É interessante sobretudo destacar que as reformas educacionais nos últimos anos devem ser compreendidas no bojo de ações do governo, mais amplas, tendo em vista que os acordos assinados desde 1990 influenciam e evidenciam, até os dias atuais, as interferências nas reformas e orientações para a educação brasileira. A partir dos anos 1990, no contexto da reforma administrativa do Estado brasileiro, a União centralizou a política educacional mediante reformas no currículo, na avaliação e no financiamento da educação (PERONI; OLVEIRA; FERNANDES, 2009), situação que obviamente implicou alterações importantes para as políticas de valorização da docência.

Há de se considerar que, nos aspectos estruturais do Plano de Desenvolvimento da Educação, pouco se contemplam questões inerentes à valorização docente. Como afirma Saviani (2007), as 30 ações apresentadas como integrantes do PDE aparecem no site do MEC de forma individualizada, encontrando-se justapostas, sem nenhum critério de agrupamento e, de modo geral, as ações podem ser distribuídas da seguinte maneira: no que se refere aos níveis escolares da educação básica, estão contempladas 17 ações, sendo 12 em caráter global e cinco específicas aos níveis de ensino. Entre as ações que incidem globalmente sobre a educação básica situam-se o “FUNDEB”, o “Plano de Metas do PDE – IDEB” e duas ações dirigidas à questão docente: “Piso do Magistério” e “Formação”.

Ainda sobre esse prisma, Saviani considera que:

O Fundo (Fundeb) representa um ganho de gestão; porém, não um ganho financeiro. Na verdade, os recursos nele alocados, se efetivamente aplicados e corretamente geridos, podem melhorar o financiamento da educação comparativamente à situação atual, mas não terão força para alterar o status quo vigente. Ou seja: uma boa gestão do fundo permitirá atender a um número maior de alunos, porém em condições não muito menos precárias do que as atuais, isto é, com professores em regime de hora-aula; com classes numerosas; e sendo obrigados a ministrar grande número de aulas semanais para compensar os baixos salários que ainda vigoram nos estados e municípios. (SAVIANI, 2007, p.1249).

Contudo, criado para estabelecer políticas e metas para dez anos, os Estados e Municípios deveriam, para ter êxito, não apenas organizar a base de infraestrutura mas definir em seus planejamentos metas para a melhoria do ensino. Toda a efetiva operacionalização dependeria inclusive dos recursos humanos, entre os quais os profissionais da educação. E ainda, conforme ressalta Saviani (2007), o magistério pode-se considerar um dos pilares de sustentação do PDE, sendo para tanto necessários alguns requisitos fundamentais que devem ser preenchidos: condições de trabalho, salário e formação inicial e continuada.

Saviani (2007) destaca que, entre as ações, a lei n. 11.738/2008, que institui o Piso Salarial para o Magistério, seria uma proposta de elevar gradativamente o salário dos professores da educação básica até atingir, em 2010, o piso de R\$ 950,00 para uma jornada de 40 horas semanais. No que se refere à formação docente, outra ação do PDE seria oferecer, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), cursos de formação inicial e continuada para docentes da educação básica, com o objetivo de atingir aproximadamente dois milhões de professores.

A proposta significaria avanço, embora modesto, em algumas regiões em que os salários se encontravam ainda mais depreciados. Segundo documento da SASE (MEC 2007), as Diretrizes Nacionais de Carreira, salários atrativos, condições de trabalho adequadas, processos de formação inicial e continuada e formas criteriosas de seleção são requisitos para reconhecer a valorização dos profissionais da educação como parte integrante e articuladora do Sistema Nacional. Esses aspectos, porém, não podem ser tratados de forma fragmentada. Isso não significa, necessariamente, construir uma carreira nacional padrão e nem única para todos no país. As especificidades e necessidades locais para o desempenho adequado dos profissionais e para o cumprimento das garantias deveriam estar fundamentadas nos planos de cargos e carreiras.

A diversidade de modelos e planos de cargos hoje existentes (elevada variação entre o maior e o menor salário, tipos diferentes de gratificações, regras muito diferenciadas de promoção) dificulta a viabilidade dos objetivos da lei.

Diferentemente das outras medidas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) instituídas por medidas provisórias ou decretos, a questão dos planos de cargos e carreira seria definido de outra maneira. Para Saviani (2007), essa carreira teria que estabelecer a jornada integral em um único estabelecimento de ensino, de modo que se pudessem fixar os professores nas escolas, tendo presença diária e se identificando com elas. E a jornada integral, de 40 horas semanais, teria que ser distribuída de maneira que se destinassem 50% para as aulas, deixando-se o tempo restante para as demais atividades. Com isso, os

professores poderiam participar da gestão da escola; da elaboração do seu projeto político-pedagógico; das reuniões de colegiado; do atendimento às demandas da comunidade e, principalmente, além da preparação das aulas e correção de trabalhos, estariam acompanhando os alunos, orientando-os em seus estudos e realizando atividades de reforço para aqueles que necessitassem.

Diante do exposto, Fernandes (2013) afirma que esse processo de readequação de seus planos de cargos significaria, também, que as unidades subnacionais deveriam instituir, por meio de lei específica, Planos de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) docentes de acordo com a legislação federal.

Por considerar a importância dos docentes no processo de ensino e, implícito a isso, a oferta da educação de qualidade, o merecido reconhecimento perpassa primeiramente pela valorização desses profissionais, devendo ser cumprido no plano de carreira, em melhores condições de trabalho e através formação inicial e continuada. Aspectos que se configuram como os maiores desafios para as políticas educacionais no Brasil até os dias atuais.

Oliveira (2011) explica que a valorização não se reduz às questões de procedimentos técnicos e financeiros, mas depende da correspondência existente entre o “avanço no campo das ideias”, proveniente da produção teórica sobre a temática e a adoção de medidas práticas que promovam avanços na solução de problemas, ou seja, pensar uma política global de formação profissional docente implica, portanto, tratar simultaneamente e com a mesma seriedade, a formação inicial, as condições de trabalho, salário e carreira, e formação contínua.

Salientando a concordância expressada na ANFOPE (1997), observa-se a crescente isenção dos deveres do Estado para com a educação. No que diz respeito à valorização docente, no âmbito das políticas de conformidade com os agentes financeiros, realiza-se como apelo aos diferentes formatos de parcerias e/ou projetos educacionais para tentativas e cumprimento das metas estabelecidas nos planos de governo.

Para tanto, os direitos e deveres entre o Estado e o cidadão, no bojo das políticas e programas de governo por vezes, determinam o que o sujeito tem de direito e o que o Estado demanda e requer em seu desempenho. Contudo, as conquistas e a valorização dependerão do modo que os profissionais exercerão seus deveres, para assim serem a ele concedidos os seus direitos.

Conforme afirma Oliveira (2011), o nível de instrução da maioria dos professores tende a ser mais um dos requisitos que cerca o exercício da profissão docente, contribui para a sua organização legal e corporativa e lhes concede um estatuto socialmente reconhecido.

Os diversos movimentos e os reflexos nos programas, cujas estratégias enfatizam a valorização docente para o desenvolvimento da qualidade e promoção do ensino de qualidade, não distantes dos governos, requer dos gestores uma análise para o planejamento e discussão sobre os diversos aspectos da educação que cabem aos governos locais. A compreensão mais aprofundada acerca das ações dos programas e das políticas de valorização docente devem considerar as interfaces com a formação desses profissionais e as demais garantias para a sua qualificação e eficácia de sua atuação.

No contexto das mudanças ocorridas na educação no Brasil entre 2007 e 2010, e no processo de formulação das políticas e propostas de implementação, verificam-se iniciativas importantes aos profissionais da educação, sobretudo aos docentes. No entanto deve ser salientado que as condições de trabalho, a carreira e os salários que os docentes da educação básica recebem, do ponto de vista desses profissionais, não são atraentes nem recompensadores, e a sua formação está longe de atender às suas necessidades de atuação.

Esses aspectos, conforme explica José Marcelino de Rezende Pinto (2007), trazem especificações que resultariam na implantação da Lei do Piso Salarial, que foi um grande avanço, mas que ainda se configura com problemas em relação a outras situações:

[...] não foram contemplados os demais trabalhadores da educação [...] não se articula a uma proposta de carreira profissional, pelo fato de este valor ser integralizado somente em 2010, porque não considera o nível de formação dos profissionais nem prevê tempo remunerado para atividades extraclasse. A regulamentação do fundo é também muito genérica no que se refere aos planos de carreira para a área e, assim, resta a expectativa de que o Conselho Nacional de Educação, agora com uma composição mais comprometida com uma escola pública de qualidade, estabeleça diretrizes que de fato assegurem a valorização de todos os profissionais da educação. (PINTO, 2007, p. 890).

Considerando a importância do papel dos professores para a qualidade da educação, é preciso não apenas garantir a formação adequada, mas também oferecer-lhes melhores condições de trabalho e valorizá-los para atraí-los e mantê-los em sala de aula.

Assim, é possível perceber que as responsabilidades de efetivação de um ensino de qualidade se fundamentam na lógica da organização das políticas públicas e sociais, perpassando pelos programas de governo, com ações reduzidas ao financiamento e custo-benefício, mas ampliadas no discurso do acesso e permanência sem as devidas providências de ordem estrutural (do sistema educacional) e pedagógica para efetivação real da qualidade.

Conforme afirma Azzi:

[...] não se trata, pois, de acreditar que a qualificação docente pode, isoladamente, assegurar um ensino de qualidade. [...] é importante acrescentar que não significa direcionar apenas ao professor e à sua formação a responsabilidade exclusiva no desempenho atual das redes de ensino, pois múltiplos fatores convergem para isso: as políticas e programas educacionais postos em ação, o financiamento da educação básica, as formas de estrutura e gestão das escolas, as condições sociais, econômicas e culturais dos responsáveis pelos alunos da população menos favorecida, e, também, a questão do professorado, principalmente sua formação inicial e continuada, os planos de carreira e salário dos docentes da educação básica, as condições de trabalho nas escolas etc. (AZZI, 2005, p.36).

Dessa maneira, as políticas públicas de valorização ao docente continuam no impasse da definição e papel do Estado e das responsabilidades atribuídas à qualidade do ensino, sobretudo redobradas aos papéis da escola e dos professores. Os velhos impasses continuam sendo os atuais desafios.

Para a implantação de políticas que visem a qualidade de ensino, e para qualquer proposta ou ação, é necessário a renovação dos objetivos e metas e mais perspectivas que valorizem a ação docente. A valorização docente é um dos aspectos cuja interface é diretamente relacionada com a qualidade do ensino. Qualquer possibilidade e êxito do processo que se pretenda focalizar e mobilizar deve ter a ação e a atuação dos docentes, valorizados em todas as dimensões da educação.

Portanto, do ponto de vista educacional, observam-se avanços nas políticas educacionais<sup>1</sup> em relação às reformas e ao controle da qualidade da educação, qualificação dos profissionais, organização e autonomia das instituições públicas de ensino, intensificados nos acordos internacionais e também na LDB 9394/96, que em seu art. 87 estabelece que seja priorizada a formação dos profissionais da educação, habilitação, formação inicial e continuada.

---

<sup>1</sup> No campo das políticas públicas de educação, a formação, o desenvolvimento profissional e a valorização de professores sempre estiveram, de alguma forma, na agenda de discussão. Mas, possivelmente, em nenhum outro momento da história da educação brasileira, a questão tenha merecido tamanha atenção como nas últimas décadas, e tantos agentes, instituições, organismos nacionais, internacionais e multilaterais tenham participado tão intensamente dessas discussões como a partir de 1990. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2008. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/pdf/volume3.pdf>. Acesso em: 01 março. 2016

Em síntese, os “caminhos e rumos” percorridos pela educação no que se refere à valorização dos docentes, no bojo das políticas educacionais, não se restringem apenas a uma questão; as múltiplas questões que permeiam a valorização docente perpassam por uma discussão teórica cujos mecanismos efetivaram a necessária qualidade, entre eles a profissionalização e resgate da identidade docente. Abordaremos nos tópicos seguintes aspectos da estrutura política contidos nos programas educacionais voltados para atender às propostas e metas para a valorização dos docentes implementadas através do Plano de Ações Articuladas (PAR), objeto de estudo desta pesquisa, mais precisamente o processo de elaboração, adesão e ações estratégicas referente à valorização docente e às interfaces com o Plano Municipal de Ensino.

## **1.2 O planejamento educacional municipal na última década**

Os impasses para os avanços da educação no Brasil incluem vários problemas da educação que não foram solucionados, dentre eles: a qualidade do ensino e a formação dos profissionais, talvez por circunstâncias das metas para a melhoria da qualidade da educação que se encontram limitadas a programas e reduzidas aos ditames do custo-benefício. É necessário que os governos ofereçam políticas educacionais voltadas para o desenvolvimento e a qualidade educacional, não se limitando a programas, mas com garantias concretas.

Nesse contexto, os elementos para análise das políticas educacionais na última década levaram em conta os aspectos sociopolíticos e históricos, e serão descritos nesta subseção apontando os avanços e impasses presentes na constituição e consolidação dessas políticas. Pautado no conceito de Estado proposto para essa análise, a posição ideológica norteará a discussão dos aspectos da construção das políticas públicas na última década.

Dentre as políticas educacionais, estão as reformas, algumas submetendo diretamente a escolarização e o processo de ensino-aprendizagem às exigências da produção e do mercado. Conforme afirma Libâneo (2012), os organismos multilaterais vinculados ao capitalismo, por sua vez, tratam de traçar uma política educacional aos países pobres, voltados quase que exclusivamente aos interesses da otimização dos sistemas educacionais, no intuito de atender às demandas da globalização com as ações que correspondem à intelectualização do processo produtivo e que sejam formadoras de consumidores.

Observa-se atualmente nas políticas vigentes que, além de se empenharem na reformulação do papel do Estado na educação, os mesmos organismos estão preocupados com a exclusão, a segregação e a marginalização das populações pobres, como bem afirma Libâneo:

[...] a globalização tem provocado um quadro dramático de desemprego e exclusão social que tende a intensificar-se sobretudo nos países pobres, caso não ocorram ações que ponham a economia a serviço da sociedade, com finalidade de gerar maior justiça social (LIBÂNEO, 2012, p. 65).

No debate sobre as políticas, as medidas no âmbito da educação têm sido viabilizadas pelas chamadas reformas neoliberais impostas por corporações e pelas instituições financeiras internacionais, a Organização Mundial ou Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Na realidade do Brasil a prática vem sendo implementada desde os anos 1990 do século XX, nas políticas econômicas de ajustes e de diretrizes educacionais cujo intuito seria o de adequar à modernidade inserindo programas educacionais que enfatizariam a preparação dos indivíduos para o trabalho, atendendo melhor a demanda do mundo globalizado.

As demandas da globalização, ajustadas às exigências da economia, refletem em todas as políticas e discursos da modernização educacional. Assim, a relação entre a política econômica e as políticas sociais evolui com o capitalismo e fundamentam-se no desenvolvimento contraditório da história.

Para Peroni (2009), sendo as políticas sociais resultados das lutas dos movimentos e representações sindicais geram ao Estado alegações sobre as garantias e a expansão dos direitos, colocando-o em dificuldades tendo em vista que para atender às demandas sociais, necessita-se aporte fiscal.

Os elementos que constituem essa nova ordem e exigências, no novo tempo, podem ser encontrados no âmbito da economia, da política e da educação, e têm relação por apresentar elementos que informam sobre o neoliberalismo de mercado em seu programa educacional. Nesse sentido, Libâneo ressalta que:

No tocante à educação, a orientação política do neoliberalismo de mercado evidencia ideologicamente um discurso de crise e de fracasso da escola pública, como decorrência da incapacidade administrativa e financeira de o Estado gerir o bem comum. (LIBÂNEO, 2012, p. 114).

A necessidade de reestruturação da escola pública advoga a primazia da iniciativa privada e, no contexto das Políticas e Programas Educacionais, tais ações são regidas pelas leis de mercado, ficando o Estado com o seu papel relegando a segundo plano, ao mesmo

tempo em que se valorizam os métodos e o papel da iniciativa privada no desenvolvimento e no progresso individual e social.

No entanto as alterações nas estruturas e organização do Estado brasileiro repercutem e geram tensões entre as diversas frentes de resistências, incidindo diretamente nas políticas públicas, especialmente nas educacionais. Conforme ressalta Peroni (2012), novas estratégias, como a retirada da responsabilidade do Estado para com as políticas sociais, estruturam-se em frentes diversas. Tais políticas não foram mais consideradas atividades exclusivas do Estado e, portanto, não pertenciam ao núcleo estratégico, descentralizando sua execução para a sociedade através da privatização.

Na concepção de Haddad, a reforma educacional seria uma das vias de efetivação das demais reformas:

[...] ficava claro o interesse em fazer da reforma educacional um braço das reformas mais gerais do Estado neoliberal. O que pode ser verificado nas orientações da reforma educativa ocorrida no Brasil nos anos 1990 não só pela focalização dos gastos sociais, mas pela descentralização (municipalização) e pela privatização, que no caso brasileiro traduzia na criação de um mercado de consumo de serviços educacionais, principalmente no ensino superior (HADDAD, 2008, p.11).

Assim, observa-se que, com a reforma, a educação passa a ser regulada por legislações caracterizadas como marco no processo de mudanças, algumas delas de muita importância para os profissionais da educação e para a sociedade, inclusive instituída na Constituição Federal com uma emenda que criou um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação, FUNDEB, E.C nº 53/2006 e regulamentada pela Lei nº 11.494/2007 e também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN nº 9394/96, que redimensionam as orientações para o Sistema Educacional Brasileiro, considerando a relação com a sistematização dessas mudanças/propostas.

Camargo e Gouveia (2010) argumentam que essa sistematização destina, através da Emenda à Constituição (EC) n. 14/96, a subvinculação de 60% dos recursos dos estados e municípios para o ensino fundamental, e também estabelece que uma proporção não inferior a 60% dos recursos recebidos do Fundo por governos estaduais e municipais deveria ser destinada ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério. A lei n.9.424/96, regulamentadora do Fundef, também determinou, no art. 9º, o estabelecimento de plano de carreira e remuneração do magistério que assegurasse:

- I- a remuneração condigna do professor do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério;
- II- o estímulo ao trabalho em sala de aula;
- III- a melhoria da qualidade do ensino. (BRASIL, 1996)

Tais propostas trazem perspectivas de mudanças na estrutura e organização do ensino e melhora no âmbito municipal, tanto em relação à carreira dos docentes quanto aos aspectos organizacionais para o ensino escolar.

Outro destaque dessas diretrizes, a valorização profissional dos docentes, seria defendido pelo projeto político dos governos e das escolas. Traria como proposta, que a escola fosse referência para a progressão funcional baseada na experiência e no desempenho dos compromissos desse projeto; incentivou-se a criação de centros de formação permanente e de aperfeiçoamento dos profissionais da educação (estados e região) articulados com as normatizações previstas nas leis.

Com a substituição do Fundef pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) – esse criado pela Emenda à Constituição n. 53/06 – a questão da valorização profissional do magistério continuava central. Desse modo, a lei n. 11.494/07, que regulamentou o Fundeb, passou a especificar as responsabilidades de estados e municípios com a política de valorização dos profissionais da educação da seguinte forma:

- Art. 40. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão implantar Planos de Carreira e remuneração dos profissionais da educação básica, de modo a assegurar:
- I – a remuneração condigna dos profissionais na educação básica da rede pública;
  - II – integração entre o trabalho individual e a proposta pedagógica da escola;
  - III – a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.
- Parágrafo único. Os Planos de Carreira deverão contemplar capacitação profissional especialmente voltada à formação continuada com vistas na melhoria da qualidade do ensino. (BRASIL, 2007, p.18)

Pelo exposto, há de se considerar que ocorreram alguns avanços, no entanto os impactos para cumprir as diretrizes e os dispositivos da lei que emergiram nos planos de governo a partir de 2001 trouxeram um período caracterizado por propostas de mudanças e inerentes em seu ideário, uma série de medidas descentralizadoras para a gestão pública.

Podemos, então, levantar a questão sobre quais são os mecanismos de distribuição de poder e de responsabilidades e quais são os incentivos para participação nas discussões e soluções dos problemas educacionais.

Tecendo uma nova história para a educação brasileira, o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006) ressalta a necessária política com ações que superassem o fracasso e descaso histórico de outros governos em relação à educação. Por considerar a educação como condição para a cidadania, o governo Lula mostrou-se determinado a reverter o processo de municipalização da educação pública estabelecendo responsabilidades no cumprimento das diretrizes, cujas metas objetivariam a elevação dos índices educacionais sendo também compromisso do governo federal. Nas palavras de Libâneo:

[...] o governo Lula, para garantir a educação como um direito, propôs um projeto de governo que obedeceria a três diretrizes gerais: a) democratização do acesso e garantia de permanência; b) qualidade social da educação; c) instauração do regime de colaboração e da democratização da gestão (LIBÂNEO, 2012, p.190).

A valorização profissional dos docentes estaria entre as ações do projeto desse governo, tanto nos projetos da gestão local como nos das instituições escolares.

A progressão funcional poderia estar vinculada à participação dos profissionais da educação das redes de ensino (estados e região) em cursos oferecidos pelos centros de formação permanente e de aperfeiçoamento, articulados com as universidades.

No entanto, para o cumprimento das diretrizes e dispositivos da lei, o programa determinou que se estabelecesse o regime de colaboração<sup>2</sup> entre as esferas administrativas. A proposta de lei complementar, segundo Libâneo (2012), regulamentaria e institucionalizaria as esferas e as instâncias democráticas de articulação.

O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) como parte da política descentralizadora que integrava o Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola) e o Planejamento Estratégico das Secretarias de Educação (PES), financiados pelo Banco Mundial e que tiveram continuidade no governo Lula (2003-2006) trouxeram como inovação e implantação, através do Ministério da Educação (MEC), o Plano de Desenvolvimento da Educação. (SCAFF, 2006, p.166)

---

<sup>2</sup> Libâneo afirma que a proposta de regulamentação do regime de colaboração não chegou a ser enviada ao Congresso Nacional durante os dois mandatos do governo Lula (2003-2010), e nem mesmo uma lei de responsabilidade educacional. Ambas, no entanto, permanecem no debate educacional brasileiro.

O Plano traz como princípio a responsabilização, definida como um dos imperativos na consecução dos propósitos do PDE, e ressalta a mobilização social. Conforme o documento “O Plano de Desenvolvimento da Educação, razões, princípios e programas”, há uma exigência na execução da política educacional, considerando que a educação é um direito constituído e é dever do Estado e da família. Para tanto, a responsabilização é dos gestores e da sociedade como um todo.

O PDE reúne um conjunto de iniciativas articuladas sob a abordagem do sistema educativo nacional, com a prioridade na qualidade da educação básica, passando por investimentos na educação profissional e na educação superior. E, com uma proposta de ações sistêmicas, articuladas, o PDE propunha mobilizar a sociedade para a importância da educação envolvendo todos os segmentos da escola (BRASIL, 2007, p.16)

Há de se considerar que as primeiras regulamentações impõem as responsabilidades aos gestores locais na esfera do PDE que, através do Decreto 6.094 assinado quando do lançamento do PDE, institui o Plano de Metas Compromisso de Todos pela Educação, estabelecendo 28 diretrizes. Esse plano ressaltava a melhoria da educação básica a ser implementada pelos municípios, estados e o Distrito Federal com a colaboração da União, por meio de adesão voluntária. Como contrapartida, a União oferece apoio técnico e financeiro, com prioridade para os municípios com os piores desempenhos aferidos pelo IDEB.

Aos gestores locais coube a responsabilidade pelo cumprimento de metas estabelecidas elencadas no Plano, devendo ser atestado pelo MEC (BRASIL, Dec. 06.094/07, 2007).

Considerando a importância da compreensão das políticas públicas, cujas estruturas participativas se sustentam, intensifica-se, nas interações econômicas e políticas através dos Planos de Governo ou do Estado, a efetivação das estratégias por parte dos atores envolvidos nos processos educacionais, devendo ser promovida por uma dinâmica administrativa de descentralização das decisões.

Tendo como controle as instâncias de participação no planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos programas, o movimento de participação conjunta entre Estado e sociedade é intrínseco às responsabilidades, que devem ser compartilhadas para a efetividade e para a transparência das ações do poder público local.

Nesse sentido, destaca-se como eixo central das políticas implementadas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação dos governos nas últimas décadas, o planejamento participativo, porém de sentido restrito quanto às normativas. A forma operacional, no âmbito

das decisões executivas já consolidadas, embasa a capacidade do ente executor. Segundo Gadotti,

[...] sem participação social é impossível transformar democracia política em democracia social. A igualdade formal, jurídica é insuficiente, sem a igualdade econômica. Vista desta forma, a participação social se constitui, também, num método de reconfiguração do próprio Estado. A democracia participativa não concorre com a representativa: elas se complementam, se fortalecem, aproximando o cidadão do Estado (GADOTTI, 2013, p.3).

Percebe-se no cenário educacional, a partir da implementação, que a ênfase dos Planos de Desenvolvimento da Educação (PDE) dos governos recai sobre os programas cujos recursos passam pela transferência aos estados e municípios, a exemplo, o Plano de Ações Articuladas.

Sob a égide de atender às reivindicações sociais pela ampliação da cidadania, as ações no campo das políticas educacionais voltam-se para estratégias e metas de transformação da cultura política e das relações entre Estado e seus cidadãos. Na perspectiva de ampliar a cidadania, as políticas educacionais têm focalizado, dentre outros, os processos de descentralização, poder local, democratização da gestão, participação e controle social, e autonomia.

Nessas condições, a política social no Brasil vem sendo pensada tendo em vista o lugar que ocupa na nova divisão internacional do trabalho, na tentativa de combinar o crescimento sustentado com a construção de uma sociedade justa e democrática. (SCAFF, OLIVEIRA, e SENNA, 2011, p. 02). Essa divisão, no entanto, consiste no resultado da lógica capitalista de produção que não apenas decorre do ordenamento natural mas, garante “supostos benefícios” refletidos nas políticas e relações entre governo e cidadãos.

Para complemento dessa análise, buscamos compreender, no âmbito da educação, a ênfase das políticas do governo (a partir do PDE- 2007) e os mecanismos de distribuição de poder e de responsabilidades nos processos de implantação dessas políticas; a transferência voluntária de recursos aos estados e municípios através do Plano de Ações Articuladas (PAR); e quais perspectivas para a valorização docente lhe são inerentes.

Ainda sobre esse mecanismo de colaboração entre Estados, Municípios e Distrito Federal, ocorre a importante interação entre os Planos: Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação – PMCTE. Ressalta-se que, entre as principais ações, consta a articulação entre as políticas públicas para o alcance

dos objetivos dos governos, caracterizadas como mecanismos estratégicos de cooperação técnica e financeira.

Saviani (2009) critica o PDE, mostrando inicialmente que o plano foi um instrumento com muitas ações, porém sem mecanismos claros de controle da execução, o que poderia causar um resultado duvidoso sem a possibilidade de aferição correta e realista do seu resultado efetivo.

Cabe destacar, sobretudo, que as questões acerca da qualidade de ensino e da valorização docente a serem atingidas correlacionam-se com a atuação dos entes federados que aderiram ao compromisso, sem lhes ferir a autonomia, envolvendo primordialmente a decisão política, a ação técnica e atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais, mas analisando os mecanismos de controle inerentes a esse compromisso. Tais diretrizes estão consubstanciadas em um plano de metas concretas, efetivas, que compartilham competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas e manutenção e desenvolvimento da educação básica. (MEC, 2011)

Segundo Adrião e Garcia (2008), a adesão ao Compromisso:

[...] pode possibilitar, por um lado, que se instaurem mecanismos meramente formais, apenas para cumprir exigências legais, incluindo-se a redução dos processos pedagógicos ao preparo para os exames externos, considerando-se que os resultados das avaliações concorrerão para o aumento dos recursos. Porém, por outro, é certo que os gestores municipais deveriam ser chamados a responder politicamente pelo direito a uma educação de qualidade para todos e para cada um. (ADRIÃO e GARCIA, 2008, p.792)

Ao ser efetivada a adesão ao Plano, o município deve realizar um diagnóstico da realidade educacional local e, em face deste e dos eixos de intervenção indicados pelo Compromisso, formular seu Plano de Ações Articuladas. (BRASIL, Dec. 06.094/07, 2007).

### **1.2.1 O município de Coxim: desenvolvimento e ações no campo educacional**

O município de Coxim situa-se ao norte do estado de Mato Grosso do Sul, entre o Planalto Central e a Planície do Pantanal, a 250 km de Campo Grande, capital do estado. Centro econômico e turístico regional, sendo nacionalmente conhecido como “Capital do Peixe” e “Terra do Pé de Cedro”, também é reconhecido por outras denominações populares, como “Portal Monçoeiro do Pantanal”.

Foi criado como distrito em 6 de novembro de 1872 pela Lei n° 1, e como município em 11 de abril de 1898, pela Resolução n.º 202, constituindo-se a primeira formação administrativa. Através da Lei estadual n° 1262 de 22/04/92, desmembra-se do município de Coxim o distrito de Alcinópolis, elevado à categoria de município.

Coxim ficou mesmo famosa na década de 60 com o sucesso da música “Pé de Cedro”, de autoria de um dos mais ilustres filhos da terra, o poeta imortal Zacarias Mourão. O apelido de “Terra do Pé de Cedro” perdura ainda hoje em função das constantes regravações desse sucesso e pela existência do Pé de Cedro original, que inspirou a música, localizado no centro antigo de Coxim.

Os principais distritos de Coxim (Jauru, São Romão, Taquari e Silviolândia) abrigam geralmente a população da zona rural, derivada das fazendas de gado de corte da região. Alguns contam com escolas e postos de saúde. Seguem as principais características dos distritos: Jauru - População estimada: 600 habitantes, distância de Coxim: 60 km; São Romão - População estimada: 500 habitantes, distância de Coxim: 12 km; Taquari - População estimada: 1000 habitantes, distância de Coxim: 4 km; Silviolândia - População estimada: 1100 habitantes, distância de Coxim: 5 km.

O município é o maior da região norte de Mato Grosso do Sul, sendo o mais populoso, com 33.045 habitantes, segundo o IBGE/2014 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Representa o 19º maior PIB do estado, estimado em aproximadamente R\$ 530 milhões em 2012, ainda de acordo com o IBGE. Sua economia baseia-se na agropecuária extensiva, cultura e turismo.

Em se tratando de serviços públicos, especificamente no setor educacional, Coxim conta na Educação Básica com um total de 20 (vinte) unidades de ensino entre educação infantil, ensino fundamental e médio, sendo 6 (seis) escolas da rede estadual, 2(duas) escolas municipais urbanas, 2 (duas) escolas municipais na zona rural e 1(uma) da rede federal IFMS. Conta, ainda, com 7(sete) Centros de Educação Infantil e 2 (duas) escolas particulares.

Em 2015 a Rede Municipal de Educação estava constituída por 401 (quatrocentos e um) trabalhadores em educação, distribuídos por unidade de ensino, funções e escolaridade nas etapas educação infantil e ensino fundamental – anos iniciais e finais, inclusive na região rural, (cujo ensino é responsabilidade da rede municipal) e EJA. O total de profissionais para atender a essa demanda era de 192 (cento e noventa e dois) professores da educação básica: sendo 36 apenas com a graduação e 156 (cento e cinquenta e seis) com pós-graduação *lato-sensu*; 61 (sessenta e um) atendentes de Centros de Educação Infantil, sendo 7 (sete)

graduados e 9 (nove) com pós graduação; 15 (quinze) técnicos-administrativos; e 133 (cento e trinta e três) profissionais de serviços diversos.

No Ensino Superior, o município conta com 1 (um) Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 1(um) Campus da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), e 2 (duas) unidades de ensino privadas que ofertam cursos a distância: UNOPAR e UNIGRAN.

O desenvolvimento econômico e social depende, entre outros fatores, da elevação do índice de escolaridade de nossa população, condição para o acesso à informação, ao trabalho e à cidadania, e do desenvolvimento de habilidades que permitam ao cidadão sua profissionalização, qualificação e atualização para o exercício de profissões e ocupações demandadas pelo mercado.

O campo educacional, considerando os princípios da Lei nº 9394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), regulamentou o ordenamento da educação, introduzindo uma série de inovações em relação à Educação Básica, dentre as quais a integração das creches nos sistemas de ensino, compondo, junto com a pré-escola, a primeira etapa da educação básica. No município de Coxim, essa alteração ocorreu através da Lei Complementar nº 026/2000 de 18 de Dezembro de 2000, art. 20, inciso I:

A reformulação da política educacional do município, estaria em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases, bem como, com definição das metas governamentais, elaborando os planos, os programas, os projetos e as atividades educacionais, e exercendo sua administração por intermédio das unidades orgânicas e dos mecanismos integrantes de sua estrutura. (COXIM, 2000)

A partir de 2001, as creches foram totalmente integradas à Secretaria Municipal de Educação, passando a ser chamadas de Centros de Educação Infantil (CEI), inseridos na programação do(s) anos letivos no calendário escolar, com professores habilitados, eleição para diretores, e profissionais qualificados para atuarem nessa faixa etária.

Paralelamente ao Plano Nacional de Educação (PNE), a Lei nº 10.172/2001 estabeleceu metas decenais para que, no final do período de sua vigência, em 2011, a oferta da Educação Infantil no município de Coxim deveria alcançar 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das crianças de 4 e 5 anos. O Plano Nacional de Educação para a próxima década prevê que, até 2016, todas as crianças de 4 e 5 anos devam estar matriculadas e atendidas na educação infantil; e que, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos estejam sendo atendidas

em creches. Para o município talvez esse seja o maior desafio dentre as outras metas que precisam ser atingidas pelo país.

Atualmente no município de Coxim, a Rede Municipal de Ensino oferta e atende a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. A garantia do direito à educação básica de qualidade é um princípio fundamental para o planejamento da educação, bem como para as políticas de gestão no país.

A Lei n.º 11.274/2006, fixou a obrigatoriedade de atendimento para a faixa etária de 6 a 14 anos de idade. Em 2009, a Emenda Constitucional nº 59 amplia a faixa etária para a obrigatoriedade e a universalização da educação básica, que passa a ser de 4 a 17 anos de idade. No município de Coxim, atualmente, apenas 43,3% das crianças e adolescentes na faixa de 6 a 14 anos encontram-se matriculados no ensino fundamental e conseguem concluir essa etapa.

O desafio da permanência das crianças na escola, a evasão e reprovação, a distorção idade-série, a falta de qualificação dos profissionais da educação, as condições didático-pedagógicas e de infraestrutura são fatores considerados para a elaboração das Políticas Educacionais, que trazem em seu bojo os desafios inerentes às necessidades educacionais.

A adesão do município ao Plano de Ações Articuladas – PAR, que se apresenta como ferramenta de planejamento da política nacional de educação do Brasil, gerido pelo MEC e instituído pelo artigo 9º do Decreto 6.094/2007, que trata do Compromisso Todos pela Educação, vem ao encontro da necessidade de elaboração e planejamento das ações cujos aspectos e dimensões do setor educacional encontravam-se em dificuldades. O diagnóstico situacional da realidade da rede deveria identificar e efetivar as articulações entre as ações do município de Coxim e a proposta e metas do Plano, sobretudo para que as ações envolvessem a decisão política, a ação técnica, o atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais.

Sob essa perspectiva, as ações referentes à valorização docente descritas no PAR, bem como as estratégias discutidas e definidas no PAR, também deveriam enfatizar a melhoria da qualidade no ensino, sobretudo nos municípios prioritários, cujos índices educacionais estavam abaixo do satisfatório.

Através da análise dos documentos e das narrativas dos envolvidos no processo, constata-se que os grandes desafios serão vencidos a partir da elaboração e execução do PAR a partir de 2008 e com a perspectiva de elaboração do Plano Municipal da Educação. As questões referentes à valorização docente nas dimensões: formação inicial e continuada,

planos de cargos e carreiras, condições de trabalho, entre outros aspectos, favoreceram e favorecem aspectos para se obter avanços e ensino de qualidade.

Há de ressaltar, ainda, que a ampliação de investimentos em educação significaria maior possibilidade de alcançar as metas e estratégias para a melhoria da qualidade de ensino, sobretudo, aquelas referentes à valorização e qualificação dos docentes. O êxito de um bom trabalho pedagógico pautado na boa formação dos profissionais da educação, com recursos adequados e suficientes e com remuneração à altura de sua importância, certamente contribuirá para a superação dos índices e para a melhoria do ensino e da aprendizagem.

Nessa vertente, o PAR, diferentemente de outros convênios unidimensionais, propõe aos entes federados o vínculo, via adesão, para efetivação das transferências de recursos e assistência financeira e técnica do Ministério da Educação, também disponibilizando instrumentos para a melhoria e a qualidade do ensino.

Todos os capítulos do Decreto nº 6094 de 24 de abril de 2007, portanto, evidenciam que a adesão aos princípios normativos colocaria os entes federados contemplados sob a assistência financeira e técnica do Ministério da Educação, posteriormente à elaboração de seus Planos de Ações Articuladas- PAR.

Observa-se que, dessa forma, segundo Sousa (2009), a constatação da abrangência dessa política reflete na:

[...] a execução do PAR e do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação permitirá ao MEC uma homogeneização no tratamento da questão educacional em todo o país, comprometendo o espaço de inovação e de propostas alternativas de cada sistema de ensino. Para os municípios o PAR se constitui num instrumento criado pelo governo federal necessário para formalizar convênios e repasse de recursos para investimentos na precária rede escolar de muitos municípios. O seu potencial limitado de servir de planejamento para a rede de escolas do município vai depender ainda da forma como essa política for apropriada por cada um dos municípios brasileiros. (SOUSA, 2009, p. 9).

No ano de 2007 Coxim adere ao Termo Compromisso Todos pela Educação e elabora seu Plano de Ações Articuladas, um instrumento de planejamento estratégico que possibilitaria ao município converter esforços e atuar em regime de colaboração com as ações do Ministério da Educação, em proveito da melhoria da qualidade e elevação dos índices educacionais.

### **1.3. O Plano de Ações Articuladas – PAR: elaboração e ações**

O processo de elaboração do diagnóstico para a composição do PAR é extremamente importante, pois os aspectos inerentes às dimensões do plano de metas retratam a atual realidade educacional nos diferentes âmbitos. Dessa forma haverá a discussão das prioridades, apresentadas como desafios a serem enfrentados e superados pelos gestores e demais profissionais da educação juntamente com o Estado e sociedade civil, cujas iniciativas deveriam considerar decisões e ações político-administrativas e orçamentárias.

Para a elaboração do diagnóstico a partir das quatro dimensões (gestão educacional; formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar; práticas pedagógicas e avaliação; e infraestrutura física e recursos pedagógicos), as informações deveriam ser coletadas das discussões feitas pelos membros da equipe técnica local, composta por: Dirigente Municipal de Educação; representante dos professores da zona urbana; representante dos professores da zona rural; representante dos coordenadores ou supervisores escolares; representante do quadro técnico-administrativo das escolas; representante dos conselhos escolares; e de um representante do Conselho Municipal de Educação, no caso de o município tê-lo constituído.

A equipe técnica local, diferentemente do Comitê Local, conforme orientações do MEC, deveria ser composta pelas pessoas que elaboram, implementam e monitoram a execução do PAR, enquanto o Comitê Local ficaria encarregado da mobilização da sociedade e do acompanhamento das metas de evolução do IDEB. O documento sugere, ainda, que ambos sejam compostos por membros distintos, com exceção do(a) dirigente municipal de educação, que irá compor os dois grupos.

A propositiva de o município convidar outros segmentos para compor o comitê local, por exemplo, um técnico da secretaria de planejamento da prefeitura municipal, um representante da rede estadual de educação, também é destacado como sugestão de importância no Manual de Elaboração do PAR, sendo que todos os membros deveriam participar ativamente do planejamento.

As etapas de elaboração do Plano apresentadas nos documentos do MEC esclarecem aos municípios, após a adesão, como proceder para desenvolver e executar as ações. Nesse contexto, cabe ressaltar que todo o processo deveria seguir rigorosamente as orientações.

Prosseguindo com essas etapas concluídas, com a participação e discussão da equipe técnica e comitê local, seriam preenchidos os 82 indicadores segundo a descrição dos critérios correspondentes, para, então, com a pontuação atribuída aos indicadores, serem geradas as ações e subações, compondo, dessa forma, o Plano de Ações Articuladas (PAR).

Com o Plano elaborado, os convênios são estabelecidos entre o FNDE/MEC e o município e posteriormente ocorre a liberação dos recursos. No entanto, o acompanhamento dos planos de ações articuladas (PAR) elaborados pelos estados e municípios se daria com a assinatura do Termo de Compromisso (T.C) em troca de assistência e apoio financeiro. Também foi implantado um Sistema Integrado de Acompanhamento das Ações (SIMEC), justamente para formalizar a assistência técnica e financeira (BRASIL, 2007a).

Pelo exposto, conclui-se que os repasses só seriam transferidos aos municípios frente ao acordo de cumprimento das metas e às exigências constantes nas condições para a adesão ao compromisso.

Conforme ressaltam Adrião e Garcia (2008), pode-se afirmar que esse processo se caracteriza como transferência de responsabilidade para as pontas das esferas governamentais, no caso, os municípios, que buscam responder às demandas educacionais por acesso e qualidade, mesmo marcados por desigualdades econômicas, sociais e administrativas e, de modo geral, pouco aparelhados e desprovidos de recursos.

Essas condições reconfiguram a proposta de “ações articuladas” pelo fato da União, sob o princípio de colaboração, ficar apenas com o caráter coordenador e fiscalizador das metas, na afirmação de Adrião e Garcia:

O PAR é um plano que traz como principais pressupostos para sua realização a responsabilização quase que exclusiva do gestor local (estadual/municipal) pelo sucesso/fracasso das ações e metas a se atingir, deixando à União a função de fiscalizar esta atuação. Um dos atrativos principais para estes gestores assinarem o PMCTE e assim tonarem-se pactuantes deste foi o condicionamento das transferências voluntárias da União à adesão ao referido Compromisso. Este fator acaba por forçar esta atitude por parte destes gestores, visto que os entes federados estão quase sempre necessitados de mais recursos, principalmente quando estes vêm da União, maior detentora de receita Tributária no Brasil. (ADRIÃO e GARCIA, 2008, p.781).

Cabe ressaltar que o caráter fiscalizador permeia também o acompanhamento da execução do convênio através de visitas aos municípios e relatórios ao MEC, cujo objetivo seria verificar o cumprimento das metas, observado sobretudo pela evolução do IDEB, principal indicador a aferir a qualidade da educação dos municípios que aderiram ao PAR.

O desdobramento da ideia de aferir a qualidade da educação tendo como parâmetro o do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB está inerente nas propostas de responsabilização e privatização do público. As autoras Adrião e Garcia (2008) consideram

que, sinteticamente o que se pretende com isso é “introduzir na gestão pública mecanismos que permitam aos usuários e gestores responsabilizar os prestadores de determinado serviço por aquilo que é oferecido à sociedade”, constituindo-se, dessa maneira, um quase-mercado.

No contexto dessa lógica, aferir a qualidade da educação com base no IDEB configura-se em uma relação com as propostas liberais de responsabilização e privatização do público agregadas à ideia de *accountability*<sup>3</sup>.

Dessa forma, concretiza-se a relação gerencial entre os municípios e a União uma vez que se faz de forma direta. Para Freitas (2007), trata-se de um projeto liberal hegemônico que não implica a qualidade enfatizada no discurso dos governantes:

[...] não somos contra a existência de avaliação externa. Não somos contra, igualmente, a existência de índices. Mas somos contra o uso da avaliação externa tendo como pano de fundo a “teoria da responsabilização” liberal. A responsabilização pressupõe uma linha direta de pressão sobre os municípios, o que poderá levar a toda sorte de armadilhas para se obter recursos. Prova Brasil, SAEB e IDEB devem ser instrumentos de monitoramento de tendências e não instrumentos de pressão. (FREITAS, 2007, p.981).

Nota-se que o objetivo de melhorar a qualidade de ensino requer que os gestores elaborem ações e estratégias que não necessariamente requeiram financiamento ou suporte técnico do MEC tendo em vista que, no conjunto de ações, a equipe técnica, juntamente com os representantes que compõem o comitê local, definirão quais ações seriam necessárias e possíveis para superar os reais déficits apontados no diagnóstico com vistas ao melhoramento da qualidade no ensino e na gestão escolar.

Contudo, os fundamentos da relação gerencial da União com os gestores municipais se configuram próximos, uma vez que os governadores e prefeitos se co-responsabilizam pela execução das políticas, no entanto compreende-se nessa relação os princípios de um projeto liberal hegemônico que reduz a qualidade a acesso, e teoricamente o discurso pauta-se na melhoria da qualidade.

Nesse sentido, pode ser citado o argumento de Araújo (2007, p.27) acerca do IDEB, definindo que o índice é apenas “mais um instrumento regulatório do que um definidor de

---

<sup>3</sup> A utilização desse termo, segundo Adrião e Garcia (2008, p. 781) é originária do modelo burocrático inglês de gestão gerencial adotado na reforma do Estado, o que significa a prestação de contas dos serviços públicos, com o objetivo de responsabilizar os prestadores, no caso funcionários e gestores públicos, e desresponsabilizar o Estado. (CALDAS, 2013, p.72)

critérios para uma melhor aplicação dos recursos da União visando alterar indicadores educacionais”.

Sendo o PAR um instrumento estratégico de uma política fundamentada na lógica da colaboração, fica explícito o caráter regulatório pela relação estabelecida nas esferas governamentais.

Duarte (2005) tem a seguinte explicação sobre a estrutura e princípios do PAR conferidos aos aspectos descritos, quando se discutem os objetivos do plano:

O que temos com o PAR é a manutenção de um federalismo não-cooperativo com a ação coordenadora por parte da União, fato este que não se constitui em regime de colaboração e sim em uma atuação regulatória por parte da União das metas a serem cumpridas pelos entes subnacionais por meio do PAR. Trata-se, portanto, de obter um consentimento ativo dos entes federados na consecução dos objetivos estratégicos a serem cumpridos pelo sistema público de educação básica (DUARTE, 2005, p. 827).

Para o autor, a compreensão sobre o federalismo brasileiro tem como pressuposto as relações cooperativas entre Governo Federal e entes federados que, conjuntamente porém, cada um tem competências de se autogovernar.

Pode-se considerar que tais princípios expressam uma “mudança das ações educacionais governamentais”, onde o Estado brasileiro, especialmente a União, rearticula seus procedimentos de implementação de políticas na área da educação com o objetivo de coordená-los com a participação de diferentes atores governamentais e não governamentais.

Todavia ocorre a necessária reorientação, tendo em vista a territorialização das ações e sendo as secretarias e escolas locus social específico para execução das políticas. Assim, cabendo ao governo preparar e qualificar os técnicos, dirigentes municipais e demais participantes do processo de elaboração e execução das políticas no sentido do controle social que a participação requer, sobretudo enquanto recurso para responsabilização dos agentes políticos.

Considerando, por último, o princípio da responsabilização (*accountability*) de acordo com o documento do PDE, consistiria em atribuir à classe política o comprometimento pela garantia do direito à educação para todos e promover a mobilização da sociedade para garantir esse direito. Quanto à mobilização social, a sociedade deveria, portanto, acompanhar a execução das ações prevista no PDE, propor ajustes e fiscalizar o cumprimento dos deveres do Estado (HADDAD, 2008, p.8).

Nesse sentido, é interessante citar as considerações sobre o comprometimento do governo na execução dos programas, apresentadas por Adrião e Garcia (2008):

[...] em contrapartida, o acompanhamento das ações pelo governo federal induz à responsabilização de gestores locais e, no limite, das próprias unidades escolares, pelo sucesso das ações e melhoria da escola pública, tendo em vista o efeito cascata que a lógica pressupõe. (ADRIÃO e GARCIA, 2008, p.791).

Tendo em vista que a expectativa em relação ao PAR se dá em função do comprometimento de todas as esferas administrativas do sistema educacional e da assistência financeira do governo, o maior desafio se coloca para todos os envolvidos nos processos educativos, o desejo da melhoria da qualidade do ensino. Do ponto de vista pedagógico, é salutar compreender que o déficit educativo brasileiro ocorre por diversos fatores, dentre eles: a falta de valorização dos docentes, expressa por professores e profissionais mal remunerados e sem qualificação para as funções, e jornada de trabalho excessiva; recursos e materiais didático-pedagógicos insuficientes, equipamentos ultrapassados e falta de novos recursos e equipamentos tecnológicos; transporte escolar insuficiente e em mau estado de conservação; mobiliário precário e, às vezes, falta de mobiliário; inexistência de bibliotecas e acervos ultrapassados; inexistência de laboratório para diversas ciências e tecnologias; recursos didáticos e infraestrutura deficientes para o atendimento à educação inclusiva.

Entretanto somente ações financiáveis não superarão os déficits, sobretudo pelo fato da identificação das diferenças entre as escolas por meio de um padrão para verificação de áreas e aspectos prioritários, gerado no sistema (SIMEC), que aperfeiçoa os recursos, mas descaracteriza as demandas específicas das escolas num processo de homogeneização.

### **1.3.1 O PAR do Município de Coxim: organização, dimensões e estratégias**

A estruturação do Plano de Ações Articuladas 2008-2011 seguiu os procedimentos para elaboração e definição das ações após a adesão e assinatura do termo ao Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação” pelo Prefeito-Gestor Municipal no ano de 2007. A equipe técnica e o dirigente municipal assumiram e iniciaram a primeira etapa de elaboração do PAR no mês de outubro de 2007, em conformidade com a orientação do MEC e prevista no §5º, seção I, Decreto nº 6094/2007, como exigência aos municípios para recebimento de assistência técnica ou financeira da União.

Em 29 de outubro do ano de 2007, a Prefeitura Municipal de Coxim, através do Decreto N°2900/2007, cria o *Comitê Gestor para a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação*, que estabelece as competências dos responsáveis para a implementação do plano, com base no decreto acima citado. Com o comitê criado através da Portaria N° 3254/2007, a Prefeitura Municipal nomeia os membros do *Comitê Gestor de Acompanhamento do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação*, considerando a necessidade de composição do comitê local do PAR. E, no dia 31 de outubro do ano de 2007, através da Portaria N° 005/ SEMED/2007, a Secretária Municipal de Educação do Município de Coxim nomeou os membros do Comitê Local de Acompanhamento do Plano.

Com a apresentação da equipe de trabalho, e a agenda de trabalho definida entre a Secretária Municipal e a equipe local, a técnica responsável da SED/MS analisa os Indicadores Educacionais do Município e as 28 Diretrizes que visam à melhoria do IDEB do município, entrega as questões pontuais e apresenta os documentos a serem trabalhados pela Equipe Local na elaboração do PAR (Instrumento de Campo e Guia das Ações).

O Plano de Ações Articuladas-PAR possui durabilidade plurianual, devendo ser elaborado a cada quatro anos. A constituição do plano deverá contemplar a participação de gestores e educadores locais e basear-se a partir da utilização do Instrumento de Campo (BRASIL, 2007c, p.24).

Segundo o documento orientador, a estruturação do PAR compreende três partes: Parte I - Elementos pré-qualificados (essa parte é composta de dados referentes ao município); Parte II - Instrumento para coleta de informações qualitativas; e Parte III Sistematização - destinada à sistematização das informações coletadas e que servirão de base para a elaboração do PAR (BRASIL, 2008).

Cabe ressaltar que o Plano pautou-se nas “Orientações Gerais para a Elaboração do Plano de Ações Articuladas dos Municípios 2007-2011”, cujo documento foi encaminhado através do cadastro ativo no Módulo PAR – Plano de Metas e disponibilizado pelo portal do Ministério da Educação<sup>4</sup>, e também utilizado para realizar o monitoramento das ações planejadas e aprovadas. Entretanto, para a edição do PAR 2011-214, a elaboração do diagnóstico contou com um novo modelo e proposição de novas ações.

Para esse diagnóstico da situação educacional do município através das quatro dimensões, estabelecido em um instrumento de diagnóstico específico e elaborado pelo MEC, é apresentado as informações da situação educacional da rede municipal de ensino para a

---

<sup>4</sup> Portal do MEC: <http://portal.mec.gov.br>

construção do PAR. Dá-se início aos trabalhos com uma análise conjunta entre a equipe externa (os consultores técnicos da Secretaria Estadual de Educação-SED e das universidades conveniadas com o MEC), os técnicos da equipe local da SEMED , e os representantes de diversos segmentos das Escolas e Centros de Educação Infantil.

Considerando que a elaboração da primeira parte da elaboração do Plano baseia-se em dados institucionais específicos do município como *elementos pré-qualificados* e, portanto, de simples acesso para o preenchimento, a complexidade se dá a partir da segunda parte, que requer a compreensão das quatro dimensões, preenchidas no *instrumento de campo*, o diagnóstico. O instrumento diagnóstico proposto para a elaboração do Plano, de caráter participativo, tem por objetivo promover uma análise compartilhada da situação educacional da Rede Municipal. (BRASIL, 2011)

Sendo o Plano de Ações Articuladas abrangente no que tange aos aspectos da gestão educacional dos municípios e estados a partir da implementação, a Gestão Municipal da Rede de Ensino do município de Coxim passa a obter a totalidade de aspectos das áreas que compõem seu ensino na estrutura o Plano de Metas.

Segundo a orientação no Plano de Trabalho, o procedimento deveria seguir as seguintes etapas: identificar os indicadores críticos; priorizar os indicadores por relevância; identificar as ações e formas de apoio; detalhar as ações – definição de metodologia; descrever a estimativa de tempo de realização com datas de início e término; estabelecer as matrizes de responsabilização pela execução da ação; definir/ calcular /propor os resultados esperados (demanda potencial); descrever a unidade de medida a ser utilizada como referência básica; descrever a quantidade anual prevista para até quatro anos (2008-2011) e definir os programas do MEC que deveriam ter apoio técnico e/ou financeiro para a ação.

Posteriormente a esse processo, foi feita a apresentação do documento final do PAR para o prefeito validar, assinar e encaminhar para a Comissão Técnica do MEC para análise e aprovação final. Após esse trâmite formal, no dia 01 de novembro do ano de 2007 o Plano foi enviado à Diretoria de Programas e Projetos Educacionais – MEC. Com tal comprometimento, o município de Coxim, através da Secretaria Municipal, promove o envolvimento e a participação de todos para acompanhar as ações propostas no referido documento.

De acordo com Adrião e Garcia,

[...] sinteticamente o que se pretende com isso é introduzir na gestão pública mecanismos que permitam aos usuários e gestores responsabilizar os prestadores de

determinado serviço por aquilo que é oferecido à sociedade, constituindo-se assim um quase mercado. (ADRIÃO e GARCIA 2008, p. 781)

Na complexa ação administrativa da gestão pública, o governo enseja que os planos a serem executados em regime de colaboração com Municípios e Unidades Federadas busquem também a participação das famílias e da comunidade, envolvendo primordialmente a decisão política, a ação técnica e o atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais. (BRASIL, 2008, p.2)

Os instrumentos demandaram envolvimento e habilidade da equipe técnica para o entendimento e execução das três etapas nas quais se divide a dinâmica do PAR: diagnóstico da realidade da educação local; a elaboração do plano; e a sua análise técnica. A responsabilidade para a execução da terceira etapa seria da Secretaria de Educação Básica do MEC (SEB) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A SEB verificaria e celebraria a parceria após a análise técnica, e considerando o Termo de Cooperação (T.C) com o MEC contendo os programas aprovados e classificados de acordo com a prioridade apontada pelo ente federado signatário do Plano.

Todo o processo de adesão e elaboração deveria também seguir a Legislação<sup>5</sup> – Bases Legais, como referência para implementação do PAR Municipal, sobretudo com a participação efetiva do dirigente municipal de educação em todo o processo de elaboração com o intuito de mobilizar e articular-se com sua equipe técnica na condução dos trabalhos.

Cabe mencionar que as especificidades de cada documento/resolução que orientaram e esclareceram detalhadamente o mecanismo e estratégias inerentes ao objetivo do PAR foram disponibilizadas em um Manual de Orientação para Elaboração do Plano de Ações Articuladas-PAR (MEC, 2011), contendo ainda as bases legais para elaboração do Plano.

As ações que compuseram o Plano foram geradas com base na perspectiva legal para a elaboração do PAR e os elementos constitutivos, a partir do diagnóstico minucioso da realidade educacional da Rede Municipal de Ensino. Segundo o Guia de Orientação para a elaboração do PAR (SIMEC Módulo PAR-Plano de Metas), as ações referentes às dimensões e subdimensões foram então avaliadas para, posteriormente, serem organizadas como indicadores avaliativos.

Para a construção do Plano, deveria ser constituída a equipe com o Dirigente Municipal de Educação, técnicos da Secretaria Municipal de Educação, representantes das

---

<sup>5</sup> Os documentos citados, que foram referência para a elaboração do PAR nos Estados e Municípios, se encontram disponíveis no portal do FNDE na Internet <<http://www.fnde.gov.br/index.php/legis-resoluções>>

instituições de ensino da rede municipal de educação e demais membros, e também o Comitê Local “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”. Esse grupo, com base no instrumento diagnóstico, discutiria e organizaria a realidade da Rede Municipal de Ensino de Coxim, baseando-se nas quatro dimensões: 1. Gestão Educacional; 2. Formação de Professores e de Profissionais de Serviço de Apoio Escolar; 3. Práticas Pedagógicas e Avaliação; e 4. Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos.

Os aspectos referentes às quatro dimensões<sup>6</sup> no documento Instrumento Diagnóstico PAR Municipal (BRASIL, 2011) para definição das ações configuram-se com a seguinte explicação:

**Dimensão 1 - Gestão educacional:** Refere-se às questões da qualidade da educação com a relação custo-benefício e a transparência do uso de recursos que priorize ações para o desenvolvimento da Educação Básica visando a universalização e a qualidade do ensino, com que a instituição dispõe, e que compreende ao compartilhamento de ideias e opiniões que os sujeitos que compõe a estrutura educacional. Tem relação direta com a implantação do Plano Municipal da Educação; a existência, composição e atuação democrática do Conselho Municipal de Educação, Conselho da Alimentação Escolar e Conselho do FUNDEB; Atuação dos Conselhos Escolares cujos objetivos e ações interligam-se ao Projeto Pedagógico, planejamentos, dinâmica e resultados dos processos escolares, pedagógicos e administrativos; Critérios existentes e de conhecimento público para escolha de diretores(as) das instituições de ensino; Plano de Cargo e Carreira para docentes e profissionais da educação;

**Dimensão 2 - Formação de Professores e de Profissionais de Serviço de Apoio Escolar:** Refere-se à qualificação dos professores que possuam habilitação específica e que atuam em creches, pré-escola, ensino fundamental, educação especial, educação em comunidades do campo, quilombola e indígenas; Existência de plano de formação continuada aos docentes e profissionais de apoio escolar; Exigência de formação mínima para os profissionais de apoio e demais cursos de formação continuada para adequação para atuação específica.

**Dimensão 3 – Práticas Pedagógicas e Avaliação:** Referem-se aos processos de análise, avaliação e correção de fluxo dos alunos; Avaliação participativa; Acompanhamento dos educandos; Envolvem os processos de elaboração e organização das práticas pedagógicas, momentos específicos para discussão e

---

<sup>6</sup> Para orientar a equipe técnica a elaborar o Plano, o documento *Diagnóstico PAR 2008* traz definido o conceito de dimensão. *Dimensões* são agrupamentos de grandes traços ou características referentes aos aspectos de uma instituição ou de um sistema, sobre os quais se emite juízo de valor e que, em seu conjunto, expressam a totalidade da realidade local. (BRASIL, 2008, p.9)

definição de ações e atividades pedagógicas; Existência de coordenadores pedagógicos no quadro dos servidores;

**Dimensão 4 – Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos:** Refere-se às condições das instalações físicas existentes; Existência de bibliotecas e acervo condizente; Existência e adequação de laboratórios de informática, de ciências e artes; Recursos didáticos, pedagógicos e audiovisuais adequados e suficientes; Existência e adequações de quadras poliesportivas e materiais esportivos; salas de aulas e mobiliário adequado e suficiente; Existência e condição de cozinhas e refeitórios; Estrutura e adequação e condição para deficientes; (BRASIL, 2011, p.15)

Para futura discussão dos resultados, cabe destacar que, segundo definição no Guia Prático de Ações para os Municípios do Plano de Ações Articuladas PAR (2011-2014), cada dimensão está composta por áreas<sup>7</sup> de atuação, com os aspectos e características da realidade que irão avaliar e observar, qualificar e analisar. Pontuados com os critérios<sup>8</sup> que são os padrões de base para apreciar, julgar ou comparar um indicador, sobretudo para análise da descrição em níveis, que deveriam ser construídos seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 6.094/200. Definidos no documento Instrumento de Campo, os *Critérios para Pontuação da Fase do Diagnóstico* (BRASIL, 2008) abaixo elencados explicaria a lógica e proporção para a análise:

**Critério de Pontuação 4:** a descrição aponta para uma situação positiva, ou seja, para aquele indicador não serão necessárias ações imediatas.

**Critério de Pontuação 3:** a descrição aponta para uma situação satisfatória, com mais aspectos positivos que negativos, ou seja, o município desenvolve, parcialmente, ações que favorecem o desempenho do indicador.

**Critério de Pontuação 2:** a descrição aponta para uma situação insuficiente, com mais aspectos negativos do que positivos; serão necessárias ações imediatas, e estas poderão contar com o apoio técnico e/ou financeiro do MEC.

**Critério de Pontuação 1:** essa descrição aponta para uma situação positiva, ou seja, para o indicador que não serão necessárias ações. (BRASIL, 2008, p.9-10)

Com base nos critérios acima destacados, a pontuação deve então estar justificada, sobretudo quando ocorrer demanda em potencial, ou seja, a demanda deve ser claramente

<sup>7</sup> Por *áreas*, o documento traz como definição: o conjunto de características comuns usadas para agrupar, com coerência lógica, os indicadores. Entretanto, não são objetos de avaliação e pontuação.

<sup>8</sup> *Critérios:* são os padrões que servem de base para comparação, julgamento ou apreciação de um indicador.

apresentada no diagnóstico. Tendo em vista a complexidade da etapa, a orientação salienta que:

[...] os critérios e indicadores não devem ser entendidos como inflexíveis; qualquer objeto educacional em avaliação existe num mundo de juízos de valor muitas vezes conflitantes, o que exige dos avaliadores uma análise equilibrada, sensata e voltada para o reconhecimento da realidade local. As informações qualitativas e quantitativas levantadas durante o processo deverão fornecer elementos para caracterizar o nível de atendimento aos indicadores de qualidade que, em conjunto, integram cada dimensão. (BRASIL, 2008, p.10).

Convém destacar que, em relação ao instrumento diagnóstico anterior (PAR 2007 – 2011) no qual havia 52 indicadores para as quatro dimensões, ampliou-se o quantitativo de indicadores para contemplar alguns aspectos que não foram evidenciados na primeira edição. Quanto à metodologia de elaboração do PAR, as pontuações 3 e 4 aceitariam a proposição de ações e subações pelo município, sendo estas optativas. Já para as pontuações 1 e 2, as ações seriam obrigatórias (BRASIL, 2011, p.14).

Em abril de 2011, o MEC apresentou aos estados e municípios um novo instrumento diagnóstico cuja continuidade das ações, para os anos de 2011-2014, se configuraria em 15 questões pontuais e 80 para a elaboração do PAR Municipal – 2011/ 2014:

O instrumento diagnóstico para a elaboração do PAR 2011-2014 possui oitenta e dois indicadores. Foram incluídos novos indicadores, bem como alguns já existentes tiveram sua redação aprimorada, para que o diagnóstico seja realizado de forma mais próxima da realidade de cada município e com maior precisão. (BRASIL, 2011, p.6).

As informações qualitativas e as informações coletadas no município (diagnóstico local), constantes da segunda parte de estruturação do PAR, foram necessárias para os quadros de Sistematização dos Critérios de Pontuação e Sistematização Geral por Dimensão. Esses dados foram transformados em informações derivadas do diagnóstico preliminar e do *diagnóstico in loco* - desenvolvimento de ações, sob a seguinte ordem: Síntese por Indicadores; Síntese por Dimensões; Síntese das questões pontuais; e a finalização da estruturação do Plano de Ações Articuladas – PAR.

Ainda como requisito para a estrutura do Plano, as partes que compõem os dados foram incluídas no Simec, gerando as sínteses automaticamente, o que proporcionou à equipe

local uma visão ampla para se estabelecer alternativas e ações para os prováveis problemas detectados no diagnóstico.

A elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR), portanto, iniciou-se a partir desse processo efetivado. Através de suas normativas, o MEC destacou que todos os indicadores poderiam gerar ações, no entanto, nem todas seriam passíveis de financiamento ou apoio técnico. Sendo assim, foram geradas ações que contaram com a assistência técnica do MEC; com a assistência financeira do MEC; executadas diretamente pelo Município; e que contaram com outras formas de apoio e parcerias. (BRASIL, 2008, p.48)

Enfim, nas orientações para definir ações organizadas em outro documento: “Guia Prático de Ações”, a equipe técnica local teve disponíveis ações e subações destacadas para contemplar em seu PAR, se julgadas necessárias e pertinentes para a realidade e melhoria da qualidade da educação do município.

## **CAPÍTULO II. O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS E O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE COXIM**

O presente capítulo tem como objetivo discutir o Plano de Ações Articuladas – PAR – e o Plano Municipal de Educação – PME – como elementos que compõem o planejamento do município de Coxim, configurado pela política nacional de educação do Brasil, gerido pelo MEC e instituído pelo artigo 9º do Decreto 6.094/2007, que trata do Compromisso Todos pela Educação. O intuito foi compreender e analisar a elaboração e planejamento das ações, identificando as articulações existentes com as ações no município, sobretudo aqueles referentes à valorização docente descrita no plano e sua efetiva estratégia e resultado na melhoria do ensino da rede municipal de ensino.

### **2.1 O contexto institucional e os aspectos estruturais para a elaboração e implantação do PAR**

Baseados nas reformas educacionais no Brasil na última década, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (PMCTPE), lançado simultaneamente com o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE), traz como premissa ordenar a política, sistematizando ações articuladas nas diversas esferas e níveis de governo, com o intuito de superar as expressivas desigualdades regionais e sociais. Com o objetivo de melhorar a qualidade da educação, com base nos baixos índices educacionais dos municípios, o PDE estrutura-se em quatro eixos (educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização), com

seis pilares norteadores (visão sistêmica da educação, territorialidade, desenvolvimento, regime de colaboração, responsabilização e mobilização social) e compreende, ainda, 40 ações e programas.

O conjunto das ações do Plano da Educação deveria, nessa perspectiva, articular-se com o Plano Nacional da Educação através dos objetivos, metas e estratégias, com competências políticas, técnicas e financeiras de responsabilidades conjugadas. O esforço conjunto e o envolvimento dos gestores, dos profissionais da educação e da comunidade levaria à melhoria da qualidade educacional.

O PDE como elemento estratégico do PMCTPE inicia-se como um pacto de colaboração entre União, estados e municípios, através da adesão voluntária, mas representada pelo gestor responsável e com o compromisso de superar os baixos índices

Nesse sentido, o PAR, como mecanismo para operacionalizar as metas, traz como possibilidades aos gestores a efetivação de avanços nos aspectos inerentes aos processos educacionais. Os convênios<sup>9</sup>, firmados e assinados entre os municípios e o MEC/FNDE com duração de quatro anos, delegariam aos gestores, segundo Adrião e Garcia (2008), a tarefa de elaborar em seus planos um conjunto de ações educacionais visando ao desenvolvimento da educação básica e responsabilizando-se pelo alcance das metas estabelecidas no âmbito federal. A União, por sua vez, se comprometeria a transferir recursos financeiros e prestar assessoria técnica aos entes subnacionais, com prioridade para aqueles com os piores desempenhos aferidos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o principal indicador de verificação do cumprimento das metas fixadas no Compromisso e, por conseguinte, da qualidade da educação básica no Brasil.

Diante desse instrumento, e dos aspectos conjecturais e técnicos para adesão e financiamento das ações e subações do PAR, o Município de Coxim organiza-se a partir das orientações do MEC para a elaboração de seu plano, seguindo rigorosamente as etapas, que serão descritas e apresentadas desde a adesão até a avaliação e monitoramento das ações.

A adesão ao Compromisso, como alertam Adrião e Garcia (2008), pode possibilitar, por um lado, que se instaurem mecanismos meramente formais, apenas para cumprir exigências legais, incluindo-se a redução dos processos pedagógicos ao preparo para os exames externos, considerando-se que os resultados das avaliações concorrerão para o

---

<sup>9</sup> Convênio é o nome dado à transferência de recursos financeiros de dotações orçamentárias e que tenha como partícipe órgão ou entidade da administração pública federal direta ou indireta, de um lado, e órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal direta ou indireta, ou entidades privadas sem fins lucrativos, de outro lado, para a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou eventos de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação, conforme Decreto nº 6.170/2007, artigo 1º, §1º, inciso I (BRASIL, 2007).

aumento dos recursos. Porém, por outro lado, “é certo que os gestores municipais devem ser chamados a responder politicamente pelo direito a uma educação de qualidade para todos e para cada um” (SCAFF; OLIVEIRA, 2011, p.7).

Segundo o governo federal, a adesão de estados e municípios ao Plano de Metas significa mais do que o reconhecimento das diretrizes elencadas. “Significa o compromisso dos gestores municipais com sua concretização no plano local” (BRASIL, 2007c, p. 24).

Segundo a orientação do decreto 6094/2007, artigos 4º e 5º, que se refere ao “compromisso e responsabilidade de promover a melhoria da qualidade da educação básica em sua esfera de competência, expressa pelo cumprimento da meta de evolução do IDEB”, e observadas as diretrizes relacionadas no artigo 2º, o então prefeito do município, Sr. Moacir Koll, documenta a apresentação do Termo de Adesão ao “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” nos seguintes termos:

[...] Visando promover a melhoria da qualidade da Educação Básica oferecida nesse Município, nos propomos a cumprir integralmente as ações propostas no presente Plano de Ações Articuladas- PAR e, com a mesma responsabilidade esclareceremos, em parceria com o MEC, sistemas de acompanhamento e avaliação das ações a serem desenvolvidas, além disso, é nosso compromisso divulgar a evolução dos dados educacionais à população local e estimulá-la a participar e promover o controle de todas as ações desse documento. Nossa sugestão de PAR concentra-se na melhoria gradativa dos resultados educacionais e tem o aluno como centro de todas as decisões. Assim, o seu principal objetivo é contribuir para o desenvolvimento de aprendizagens, habilidade e competências, atitudes e valores necessários para sua formação integral. [...] apresentaremos o PAR elaborado a partir do diagnóstico realizado pela equipe da Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com especialista do MEC, no dia 1 de novembro de 2007 e convalidado por mim, Prefeito Municipal, Moacir Kohl” (PMCTE, PAR, Coxim-2007).

Dessa forma, os procedimentos de elaboração do PAR, posteriores à adesão ao Termo de Compromisso, obedeceram à seguinte ordem:

- 1º Adesão do ente federado ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação;
- 2º Composição da equipe técnica local;
- 3º Análise das informações pré-qualificadas disponibilizadas pelo MEC/sINEP: dados da unidade (Município) e dados demográficos e educacionais;
- 4º Respostas às questões pontuais;
- 5º Realização do diagnóstico local a partir da análise do instrumento composto pelas dimensões, áreas e indicadores;
- 6º Levantamento dos indicadores com baixa pontuação;
- 7º Elaboração do Plano de Ações Articuladas – PAR, buscando a melhoria dos indicadores com pontuação; (BRASIL, 2008b)

A princípio ocorreu o cadastramento da secretária de educação no período (outubro de 2007), professora Marilene de Fátima Gasperin do Lago, junto ao Sistema Integrado de

Monitoramento (SIMEC), no qual o MEC e sua(s) equipe(s) analisaram as informações, autorizando o acesso da secretária, que indicaria um(a) técnico(a) para operacionalizar todas as etapas da elaboração do PAR.

Scaff e Oliveira (2011), que pesquisaram o PAR no Município de Coxim, analisando e discutindo as ações da gestão educacional no Plano de Ações Articuladas, afirmam que esse processo confirma a intenção do governo, através do decreto, de instituir o Plano de Ações Articuladas (PAR), instrumento operacional a ser elaborado pelos estados e municípios para recebimento de assistência técnica e financeira do Ministério da Educação (MEC).

Após a primeira etapa, deu-se a apresentação do Plano de Ações Articuladas pelos consultores do MEC/SED ao gestor municipal e técnicos da secretaria municipal de educação. A síntese das informações preliminares da realidade educacional, informações e dados sobre as unidades de ensino da Rede Municipal e orientações sobre o Instrumento de Campo gerou a sistematização da pontuação dos conceitos por dimensão; depois o Resultado do Diagnóstico *in loco*, descrevendo os indicadores qualitativos, e, por fim, a partir destes, o início da construção do PAR.

A etapa seguinte do processo de preparação do PAR compreendeu a realização da identificação dos indicadores com pontuação 1 e 2 para elencar e discutir ações de priorização do atendimento. Foi organizado um quadro, cuja ordem de prioridade justificaria a proposta de ações.

Após a composição do Comitê Local “Plano de Metas e Compromisso” - PAR -, os membros elaborariam o detalhamento das ações para o período de quatro anos e o cronograma financeiro para o primeiro ano. Para tanto, o grupo deveria ser composto pelos seguintes membros: dirigente municipal de educação; técnicos da secretaria municipal de educação; representantes dos diretores de escola, dos professores da zona urbana e rural, dos coordenadores ou supervisores escolares, do quadro técnico-administrativo das escolas, dos Conselhos Escolares e do Conselho Municipal de Educação (se houvesse).

Para a elaboração do PAR, foi instituída, através de portaria (ANEXO A), a nomeação do Comitê Gestor de Acompanhamento do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, cujas atribuições seriam acompanhar a elaboração e a execução do Plano de Ações Articuladas; analisar as estratégias de implementação das propostas do PAR; analisar os relatórios de progresso de execução do PAR; avaliar o desempenho e os resultados alcançados pelo PAR; identificar possibilidades de parcerias que possam contribuir para acelerar a implementação e a execução do PAR; e contribuir para o diálogo com as escolas do sistema

municipal de ensino na ampliação da adesão e execução do PAR e na divulgação junto à comunidade civil e escolar.

Há de ressaltar que nas orientações consta que a apresentação dos cronogramas físico-financeiros fosse feita somente para o primeiro ano de execução do PAR, no momento em que seriam assinados os primeiros convênios (ANEXO A) e os Termos de Cooperação. Anualmente deveria ser assinado o convênio para execução das demais ações do PAR que não foram contempladas no primeiro convênio, sendo nessa oportunidade elaborados os respectivos cronogramas.

Sendo de responsabilidade principal do município elaborar, executar e monitorar o PAR, deveria ser considerado o caráter participativo com o objetivo de promover uma análise compartilhada da situação educacional da rede com os profissionais dos diversos segmentos da secretaria municipal de educação (BRASIL, 2007).

Após esse processo, o PAR se efetivou em duas etapas: a aplicação do instrumento para o diagnóstico da situação educacional do município e, posteriormente, a elaboração do plano propriamente dito: a forma de execução das ações.

Destaca-se que, no documento PAR Coxim 2008 (ANEXO A), há uma especificação quanto ao detalhamento dos diferentes e principais insumos necessários à execução do Plano: a caracterização da metodologia, ou seja, como seria executada; a estimativa do período de realização, com as datas de seu início e término; a nomeação do responsável, na Prefeitura Municipal, pela execução da ação; os resultados esperados; a unidade de medida a ser usada como referência básica para dimensionamento físico e financeiro; a quantidade anual prevista para cada ano do período de planejamento de quatro anos e os custos anuais; e, por fim, quais programas do MEC poderiam apoiar a ação técnica e/ou financeiramente.

Os resultados do detalhamento das ações e seus respectivos cronogramas deveriam ser registrados nos quadros constando as propostas de desenvolvimento das ações que necessitariam apoio financeiro ou técnico do MEC pelo período de quatro anos; propostas de desenvolvimento de ações que o município se proporia a executar sem o apoio direto do MEC; e, ainda, propostas de desenvolvimento de ações que demandariam outras formas de apoio. Todas essas propostas estão detalhadas, com cronogramas das ações e datas previstas, no Plano de Metas Compromisso todos pela Educação – PAR: Detalhamento das ações - item 3.2, Coxim/MS, 2007.

Ainda sobre o detalhamento das ações, solicita-se a apresentação dos cronogramas físico-financeiros apenas para o primeiro ano de execução do PAR, ressaltando que seriam assinados os primeiros convênios e Termos de Cooperação e, posteriormente, assinados

anualmente para a execução das demais ações do PAR não contempladas no primeiro convênio e que, na oportunidade, deveriam ser elaborados os respectivos cronogramas. (PMCTE–PAR, Coxim/MS, 2007)

Cabe a partir desta etapa da pesquisa apresentar os dados contidos no documento Plano de Metas “Compromisso Todos Pela Educação” - PAR /Coxim – MS 2007 e 2012, cujo fluxograma do processo do diagnóstico/PAR deveria ser considerado e seguido na íntegra posteriormente inserido no sistema on-line, SIMEC, e enviado para análise da equipe técnica do MEC.

Através do SIMEC<sup>10</sup> observam-se a análise documental e o relato da técnica responsável em operar o PAR, que, em posse de uma senha e *login* para acesso ao sistema, inseriu os dados básicos de identificação, que foram descritos eletronicamente no sítio do MEC, módulo PAR.

Dando continuidade ao processo, a equipe local preenche os *dados da Unidade*, que compreende os dados do município, do Prefeito Municipal, da secretária municipal de Educação; os dados da Equipe Local e do Comitê Local “Planos de Metas Compromisso Todos pela Educação”. Os comitês respondem às perguntas denominadas *questões pontuais*, sendo, no ciclo 2007-2010, catorze (14) questões na dimensão 1. Gestão Educacional; cinco (5) questões na dimensão 2; e quatro (4) questões na dimensão 3. Para o segundo ciclo, PAR 2011-2014, foram quinze (15) questões na dimensão.

Na análise do documento PAR 2007, conforme observa-se nos quadros 1, 2 e 3 (anexos pag. 157) questões contidas, para cada dimensão com respostas baseadas na realidade educacional do município no período. Como parte integrante do diagnóstico da situação educacional local, o município informou sobre itens de grande relevância na construção da qualidade do ensino. Esses itens aparecem no sistema como “Questões Pontuais” (BRASIL, 2011, p. 23).

As respostas da *dimensão 1. Gestão Educacional* revelam que o município carecia de recursos e parcerias para que os programas co-relacionados no PAR fossem instituídos e efetivados, tanto nos aspectos administrativos como nos pedagógicos. Na *dimensão 3. Práticas Pedagógicas e Avaliação*, somente foram apresentadas 4 (quatro) perguntas, cujas respostas não explicitam total clareza. Já a *dimensão 4. Infra Estrutura Física e Recursos Pedagógicos*, no documento não constam questões pontuais. Analisando o documento para a

---

<sup>10</sup> SIMEC é o instrumento vinculado ao sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do MEC proporciona um ambiente para realização do cadastro e o acompanhamento do trâmite do PAR.

elaboração do Diagnóstico - Instrumento Diagnóstico MEC-2008, essa orientação é confirmada, a não necessidade de questões sobre a dimensão. O documento sugere, ainda, que:

Para essa dimensão é importante destacar que, quando o diagnóstico apontar para a infraestrutura física como requisito fundamental para a melhoria da qualidade da educação no município, será necessário contatar a equipe do MEC para realizar um diagnóstico mais detalhado (MEC 2008, p.35).

Sendo assim, as respostas dadas às questões pontuais serviram para orientar e definir as ações e subações que estariam contidas no PAR Municipal. O(a) dirigente municipal teria disponível um “Guia Prático de Ações” contendo as orientações e programas disponibilizados pelo Ministério da Educação e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que poderiam ser solicitados pelos municípios em seus respectivos planos (MEC, 2013, p.31).

Para a forma de execução das ações geradas (a serem executadas pelo município), o documento nesta etapa estruturou-se em quadros, com base nas questões pontuais e discutidas pelo comitê, definindo: os responsáveis pela ação, o período de realização, o resultado esperado, a subação, a metodologia com unidade de medida, quantidades (anos para ser executada) e o cronograma contendo o início e o fim da ação.

Para o procedimento de acompanhamento e avaliação do PAR, o documento apresenta uma explicativa que, durante a execução, o acompanhamento sistemático das ações seria fundamental e contaria, quando necessário, com o apoio da equipe técnica do MEC.

A avaliação do processo de implementação do plano é realizada continuamente e deveria captar em que medida as estratégias e opções metodológicas utilizadas no desenvolvimento das ações seriam adequadas para concretizar os objetivos propostos. Assim, periodicamente, deveriam ser enviados ao MEC relatórios com a explicação, estruturada com os procedimentos de acompanhamento e avaliação sistemática da execução do plano e dos resultados alcançados.

### **2.1.1 A elaboração e implantação do PME: propostas para a valorização dos docentes**

Com base nos princípios constitucionais (CF 1988) e na LDB 9394/96, o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação – PME - encontra respaldos legais e normativos que embasam o regime de colaboração dos entes federados: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. O PME de Coxim encontra-se alinhado ao Plano Nacional de Educação – PNE Lei 13.005/2014 e ao Plano Estadual de Educação – PEE Lei 4.621/2014.

A perspectiva da construção e efetivação do PME, cujas metas e estratégias definidas apontam para as perspectivas transformadoras e emancipatórias da educação no município de Coxim, estão delineadas com base na Legislação Educacional, nos Planos Nacional e Estadual de Educação e na realidade do município.

Ainda em 2010 foi constituída uma equipe técnica composta por representantes da Secretaria Municipal de Educação de Coxim, Câmara Municipal de Vereadores de Coxim, Universidades, Escolas públicas e privadas do Município de Coxim bem como da sociedade civil organizada. Constituída e organizada, essa comissão teve por objetivo planejar e coordenar todo o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação, desde o cronograma, o planejamento de todas as etapas, a análise do material, até a revisão do texto do PME e a elaboração do projeto de lei. Embora tenham sido cumpridas todas as etapas, o Plano não foi implantado (PME - Lei Ordinária Nº 1.733/ 2016, p.10).

Após o PNE ser aprovado, começaram a ser efetivadas as exigências do cumprimento das diretrizes e da implantação do PME. Foi instituída a comissão de coordenação e elaboração, que se pautou no Art. 8º do atual PNE (Lei 13.005/2013). Com prazos estabelecidos aos Estados, o Distrito Federal e os municípios para elaborarem seus correspondentes planos de educação, ou adequarem os planos já aprovados em lei em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE, no prazo de 1 (um) ano contado a partir da publicação, a Secretaria Municipal de Educação de Coxim – SEMED organizou-se em 2015 para iniciar a elaboração do PME.

No mês de janeiro de 2015, através do Decreto Nº 05/2015, o prefeito municipal nomeou os membros da Comissão Representativa para a formulação/elaboração do Plano Municipal de Educação. Essa comissão designada a elaborar e acompanhar o PME participou de todas as capacitações oferecidas pela equipe da SED/MS que, seguindo as orientações, mobilizou os segmentos e instituições para definir os membros das subcomissões em conformidade com as metas a serem estudadas e detalhadas em estratégias. No dia 29/03 foi instituída pela secretária municipal de educação, através da Portaria n. 01/2015, as 11 subcomissões, com representantes de todas as unidades de ensino do município (redes municipal, estadual e privada, filantrópica e universidades), Poder Executivo, Poder Legislativo, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social (PME - Lei Ordinária nº 1.733/ 2016).

Todo o processo de construção do PME contou com a participação dos representantes de todos os segmentos educacionais do município: para levantamento de dados nas unidades de ensino para construir a análise situacional do município; para a tabulação dos documentos

recebidos da análise situacional; para a construção do diagnóstico da educação no município (com cada subcomissão); para a apresentação do PME à Comunidade Escolar da Rede Municipal, aos convidados de outras redes e à comunidade externa; para a apresentação das metas, do texto-base e das estratégias elaboradas pela comissão da SEMED e pelas subcomissões de elaboração do PME-Coxim; e para o encaminhamento do PME ao Poder Executivo Municipal e ao Departamento Jurídico da prefeitura para análise.

Como membro representante e, naquele momento, atuando como técnica pedagógica na SEMED, ressalto a relevância da participação no processo de estudo e discussões sobre o Plano Municipal, a qual foi extremamente enriquecedora, pois trouxe elementos importantes para a análise e reestruturação da realidade educacional do município.

Houve necessariamente o envolvimento de representantes de todas as etapas, níveis e modalidades de ensino ofertado no município bem como das redes públicas e privadas. A primeira reunião com todos os representantes das subcomissões aconteceu no dia 06/04/2015. Entre os dias 07/04 a 10/04 foram realizados, na Sala de Reuniões da SEMED, encontros com cada subcomissão, totalizando 11 reuniões, para leitura das respectivas metas e distribuição das planilhas para levantamento de dados nas unidades de ensino para se construir a análise situacional do município.

Concomitantemente às reuniões, aconteceu o levantamento dos dados para a análise situacional das unidades; contudo os resultados levantados na maioria dos casos foram insuficientes para tabular os dados necessários, sendo indispensável buscar outras fontes oficiais, tais como IBGE e INEP, sites e informações do MEC e do setor da SEMED.

O período compreendido entre abril e maio do mesmo ano foi destinado à tabulação dos documentos recebidos da Análise Situacional, visando construir o diagnóstico da educação no município com cada subcomissão. A partir do diagnóstico, o texto-base e as estratégias foram construídos com os membros das subcomissões e concluídos no mês de junho. Após esse processo, ocorreu a apresentação do PME à Comunidade Escolar da Rede Municipal, convidados de outras redes de ensino e comunidade externa, onde foram expostas as metas, o texto-base e as estratégias elaboradas pela Comissão da SEMED e pelas subcomissões de elaboração do Plano Municipal de Educação de Coxim – MS. Na ocasião os participantes puderam fazer indicações nas estratégias apresentadas, como aditivas/supressivas/substitutivas ou, ainda, propor novas estratégias.

Com a formalização e trâmites necessários, através dos Ofícios nº 02 e 03/2015-SEMED/Coxim-MS, foi encaminhado ao Poder Executivo Municipal e ao Departamento Jurídico da prefeitura municipal o documento final para análise. Prosseguindo a formalidade

para efetivação legal do processo, no dia 07 de julho foi entregue uma cópia do PME para os vereadores realizarem a leitura prévia e a análise.

Por fim, o Projeto Lei - Plano Municipal de Educação foi entregue no mês de novembro/2015 ao Poder Legislativo, pelo Prefeito Aluizio São José, para os trâmites legais e aprovação. Diante de todas as etapas cumpridas, a decisão e aprovação do PME estenderam-se por um longo tempo, sendo aprovado em Projeto de Lei pelo Poder Legislativo no dia 08 de março de 2016. O Prefeito Municipal sancionou o Plano Municipal de Educação de Coxim- PME - em 09 de março de 2016, através da Lei Ordinária Nº 1.733/ 2016.

No entanto, tendo em vista o ano da aprovação do plano, cabe analisar as estratégias em relação à meta IX do Plano Municipal de Educação de Coxim: a valorização dos profissionais da educação, buscando a correlação entre estratégias para a qualificação e formação docentes, definidas no PAR.

A comparação e a relação entre as ações e estratégias referidas serão apresentadas a partir das dimensões do PAR 2007-2010 e 2011-2014 (segundo ciclo do PAR), analisando se estão contempladas ações condizentes com as metas sobre a valorização, descritas no PME.

O processo que gerou os indicadores demonstrados nas dimensões nos leva a concluir que as ações e subações se correlacionam com os aspectos da valorização dos docentes, embora de forma indireta. Todas as dimensões têm implicações e refletem na prática e resultados da ação docente e estão inerentes à valorização, porém não especificadas.

As ações destacadas nesse processo da análise serão fundamentadas no segundo ciclo do PAR (2011-2015), pois a elaboração do PME estava prevista no PAR (2007-2011). Com a abertura do segundo ciclo do PAR, o Plano ainda implementado reaparece na Dimensão 1. Gestão Educacional, *área 1*: Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino, Indicador 6, a ação: Plano Municipal de Educação como demanda potencial.

É importante mencionar que, no Termo de Cooperação Técnica do PAR, no relatório síntese do PAR, constam claramente os objetivos, cláusulas e conjunções para a união de esforços na promoção de ações e atividades que contribuam para o processo de desenvolvimento educacional do município, visando à melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB; e que a implementação do Termo se constituiu por intermédio da execução de ações e atividades que configuram assistência técnica do MEC ao Município de Coxim. O documento evidencia os aspectos que contemplariam a valorização dos docentes e demais aspectos para a melhoria.

Para tanto, apresentaremos as informações contidas no documento:

### **1. Gestão Educacional:**

1. Disponibilizar um kit de material informativo, para qualificação da SME, pelo SECAD Programa Mais Educação (kit informativo).
2. Capacitar quatro conselheiros para formação dos demais conselheiros municipais, pelo Pró-conselho – Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação.
3. Disponibilizar recursos financeiros para quatro unidades escolares, para aplicação em projetos decorrentes do PDE Escola – Plano de Desenvolvimento da Escola.
4. Construir juntamente com a SME, um documento com propostas de reordenamento da rede, pelo Programa Microplanejamento Educacional.

### **2. Formação de Professores e de Profissionais de Apoio Escolar:**

1. Capacitar 44 professores em cursos de formação continuada, pela Rede de Formação Continuada de Professores da Educação Básica – Aperfeiçoamento Professores Educação Infantil.
2. Disponibilizar 126 Kits de material de suporte ao processo didático de implantação da Lei 10.639, pela SECAD.
3. Capacitar quatro professores cursistas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em curso de formação continuada para professores que atuam com crianças de 6 anos pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica – Aperfeiçoamento de Professores Anos Iniciais do Ensino fundamental.
4. Capacitar oito professores cursistas dos anos/séries finais do ensino fundamental em curso de aperfeiçoamento na área de Alfabetização e Linguagem, pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica- Aperfeiçoamento em Alfabetização e Linguagem para os Anos Finais do Ensino Fundamental.
5. Capacitar quatro professores cursistas dos anos/séries finais do ensino fundamental em curso de aperfeiçoamento nas áreas de Arte e Educação Física, pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica- Aperfeiçoamento em Arte e Educação Física para os Anos Finais do Ensino Fundamental.
6. Capacitar oito professores cursistas dos anos/séries finais do ensino fundamental em curso de aperfeiçoamento nas áreas de Educação Matemática e Científica pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica- Aperfeiçoamento em Educação Matemática e Científica para os Anos Finais do Ensino Fundamental.
7. Capacitar quatro professores cursistas dos anos/séries finais do ensino fundamental em curso de aperfeiçoamento na área de ensino de Ciências Humanas e Sociais pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica- Aperfeiçoamento em Ciências Humanas e Sociais para os Anos Finais do Ensino Fundamental.
8. Qualificar 16 funcionários de serviço de apoio escolar, pelo Profucionário – Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação (Alimentação Escolar).
9. Qualificar oito funcionários de serviço de apoio escolar, pelo Profucionário – Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação (Gestão Escolar).
10. Qualificar 16 funcionários de serviço de apoio escolar, pelo Profucionário – Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação (Meio Ambiente e manutenção de Infra-Estrutura Escolar).
11. Capacitar 126 professores cursistas em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, pela SECADI –Formação pela Diversidade –Educação das Relações Étnicas Raciais.
12. Capacitar 16 professores cursistas em curso presencial pela SEESP – Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade.

### **3. Práticas Pedagógicas e Avaliação:**

1. Capacitar 100 professores cursistas em curso de formação continuada, nas áreas de currículo e avaliação pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica – Aperfeiçoamento – Currículo e Avaliação.

### **4. Infra Estrutura Física e Recursos Pedagógicos:**

1. Capacitar oito professores cursistas para a utilização do material das salas de vídeo, pelo Programa de Formação Continuada Mídias na Educação (formação continuada para o uso pedagógico das tecnologias da informação e da comunicação).
2. Implantar em quatro unidades escolares laboratórios de informática, pelo Proinfo – Programa Nacional de Tecnologia Educacional.
3. Disponibilizar 16 kits de materiais didáticos diversos para as unidades escolares pelo Kit Pedagógico – SEB.
4. Disponibilizar oito kits de materiais didáticos diversos para as unidades escolares, para incentivar a implementação de atividades no contra-turno, pelo SECAD – Programa Mais Educação ( kit de materiais didáticos).
5. Implantar em quatro unidades escolares programas de conexão à Rede Mundial de Computadores, pelo Proinfo–Banda Larga nas Escolas e Gesac.
6. Realizar juntamente com a SME a adequação de quatro unidades escolares, tornando-as acessíveis a pessoas com deficiência pelo SEESP – Acessibilidade (BRASIL.2010, p.9).

Cabe ressaltar que, ao serem geradas, as ações trouxeram possibilidades de avanços significativos, tendo em vista que a realidade da rede municipal carecia, no momento da implementação do plano, de aspectos que contemplassem todos os aspectos da organização educacional: na gestão educacional percebeu-se que os recursos e apoio técnico destinados para a qualificação de conselheiros, elaboração de projetos e programas (Programa Mais Educação, por exemplo) propiciaram o esclarecimento e a participação de gestores e equipe pedagógica nas atividades. Outro aspecto relevante foi a possibilidade de formação continuada aos professores sobre as novas demandas e exigências educacionais e curriculares da educação; e também para os profissionais administrativos, para quem foram oferecidos cursos sobre gestão escolar (Pró-funcionário). Ressalta-se, ainda, o envio de kits e materiais diversos para subsidiar as propostas e os projetos da escola no que se refere ao atendimento da diversidade e educação especial. Nas entrevistas tal fator foi evidenciado como uma ótima oportunidade de todos os envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem das escolas se capacitarem e se atualizarem. Também como perspectiva promissora foi a capacitação de professores em curso de formação continuada, nas áreas de currículo e avaliação, considerando a necessidade de acompanhamento e cumprimento dos critérios das avaliações externas e institucionais.

As ações para a infra-estrutura e recursos pedagógicos trouxeram consideráveis avanços no que tange a materiais didáticos e equipamentos tecnológicos, conforme afirmações descritas pelos sujeitos entrevistados.

Diante das ações geradas, a implementação do Termo de Cooperação Técnica e os partícipes, estando em acordo para a execução das ações e atividades, deveria no prazo de quatro anos:

a- desenvolver, elaborar e prover apoio técnico aos programas e projetos definidos para a implementação do presente termo;

b- disponibilizar materiais e informações necessária para a implementação dos programas e projetos;

c- acompanhar, monitorar e avaliar os resultados alcançados nas ações e atividades programadas, visando a otimização e/ou adequação quando necessárias;

d- conduzir todas as atividades com eficiência e dentro das práticas administrativas e técnicas adequadas;

Cabe ressaltar que o MEC disponibilizou um Guia Prático de Ações para os municípios, com programas e suas autarquias elencadas, sugerindo possíveis ações de assistência técnica e/ou financeira para os municípios solicitarem com base nos seus respectivos planos, e propostas para subações com execução pelo próprio município.

E, para a execução das ações, inclusive para a elaboração do Plano Municipal de Educação, a Secretaria Municipal contou com a assistência e parceria da Secretaria Estadual de Educação, SED/MS, técnicos que capacitaram as equipes municipais para a organização e definição das etapas.

Diante do exposto, a apresentação e discussão sobre as ações e subações dos dois ciclos do PAR têm como objetivo descrever a relação entre a dimensão e a questão da valorização, bem como as implicações.

Ressalta-se que intrínsecos nas quatro (4) dimensões estão os aspectos: condições e jornada de trabalho, formação inicial e continuada aos professores e remuneração salarial, inerentes à valorização.

Nos indicadores qualitativos da **dimensão 1. Gestão Educacional** encontram-se ações e subações que não resultam em implicações diretas na valorização dos docentes; no entanto trata-se de aspectos intrínsecos às atribuições, finalidades e resultados do fazer docente, cabendo citá-las: Conhecimento e utilização de informação – Gestão escolar; Acompanhamento e registro de frequência de alunos beneficiados pelo Programa Bolsa Família (PBF); Existência de monitoramento do acesso e permanência de pessoas com deficiências, de 0 a 18 anos, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC); Formas de registro de frequência; Gestão de finanças; e Comunicação e interação com a sociedade.

Percebe-se nas dimensões a relação da prática pedagógica com a valorização do docente uma vez que a estrutura organizacional tem aspectos que dependem do fazer docente, ou seja, há uma ligação entre as ações docentes e as demandas administrativas escolares. O conhecimento dos processos de gestão escolar, sobretudo dos fatores que têm interferências no fazer pedagógico, é de extrema importância, haja vista o envolvimento entre as dimensões profissionais, pedagógicas, organizacionais e sociais.

A próxima dimensão, os indicadores qualitativos - **Dimensão 2. Formação de Professores e dos Profissionais de Apoio** enfatizam a oferta de cursos de aperfeiçoamento e formação continuada aos profissionais da educação, via formulação e implantação de uma política para a secretaria municipal de educação, atingindo todos os professores, níveis e modalidades: alfabetizadores, professores das séries/anos iniciais e finais, aos professores de turmas multisseriadas das escolas do campo etc. Também nos quadros observa-se a prioridade para a contratação de professores habilitados para a educação infantil, professores habilitados e com cursos para a EJA, para o atendimento aos alunos com necessidade educacional especializado (AEE), implementando, inclusive, o Programa Educação Inclusiva para professores e gestores e implementação de políticas para a formação de professores da educação básica visando ao cumprimento das leis 9.795/99; 10.693/03; 11.525/07 e 11.645/08.

Nessa perspectiva, os objetivos do PAR e as possibilidades de avanços na consolidação das metas elencadas no PME “mobilizaram” os gestores municipais a instituir e organizar a rede de ensino em conformidade com as reais necessidades, cumprindo as exigências e garantias previstas em leis, e organizando e definindo diretrizes e ações para efetivar o que se previa nos planos, sobretudo possibilitando a participação dos técnicos e demais profissionais da Rede de Ensino, o que viabilizou a elaboração do planejamento estratégico para a educação municipal. Parei

Nas ações dos Planos – PAR 2007 e 2011, os indicadores qualitativos referentes à **Dimensão 3. Práticas Pedagógicas e Avaliação** pode ser consideradas relevantes as subações que enfatizam a qualificação da equipe da secretaria municipal de educação para orientar, implementar e acompanhar os programas e projetos da rede, discutindo com gestores e equipes pedagógicas das escolas a organização do ensino para melhorar as práticas pedagógicas e avaliativas, para melhorar as condições de expansão do ensino, para correção do fluxo escolar, inserção do ensino integral, para implantação de uma sistemática de estudos sobre a proposta curricular, conselhos escolares e propostas pedagógicas; enfim, enfatizando a necessidade de promover o envolvimento e compromisso de todos os profissionais da educação no planejamento educacional do município.

Para essa dimensão, cabe destacar a relação intrínseca dos aspectos estruturais dos processos de ensino com a prática docente. Desse modo, confirma-se a necessidade da participação dos docentes na discussão dos critérios e propostas, principalmente por ter implicações diretas no resultado de sua ação.

As ações e subações, cujos indicadores qualitativos estão destacados na **Dimensão 4- Infra Estrutura Física e Recursos Pedagógicos**, trazem implicações indiretas à valorização dos profissionais e docentes, por exemplo, a definição de prioridades sobre construção, reformas e adequação dos ambientes e espaços escolares. Nada mais coerente de que a opinião de quem faz o uso, descrever o que deve ser prioridade. A qualidade do “serviço” prestação depende de recursos suficientes, adequados e atualizados, assim como as condições de infraestrutura são fundamentais para que a qualidade e oferta do ensino sejam efetivadas.

Há de ressaltar que os programas sugeridos pelo MEC trouxeram orientações sobre a adesão, convênios e implantação para a Rede Municipal, como, entre outros, implantar laboratórios de informática nas escolas – Programa: SEED, PROFINFO (urbano e rural) e MÍDIAS NA EDUCAÇÃO; Programa Nacional da Biblioteca do Professor- PNBP; Programa CAMINHO DA ESCOLA; Programa Banda Larga nas Escolas - PNLE; Programa Nacional Biblioteca Escolar – PNBE. Mesmo com discussões e definição conjuntas, gestores e comitê local, o plano apresentou-se direcionado e com os programas definidos em função da pontuação que foi gerada considerando o diagnóstico situacional da Rede de Ensino.

O PAR se direciona diretamente aos governos, incorporando e ampliando a lógica da descentralização de recursos para as escolas. No entanto, esse processo continua a funcionar por meio do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), vinculados ao PAR. Houve um aumento de recursos, de atividades e programas, embora nem todas as ações foram cumpridas a tempo e conformidade, ou seja, não concluídas no período previsto.

A política de melhoria da qualidade da educação no Brasil tem enfatizado a participação e envolvimento da União e entes federados com foco nas questões do processo de ensino e na aprendizagem, no planejamento, na formação do corpo docente, na atenção individual ao aluno, nas atividades complementares e nas parcerias. A implementação dessas ações nos sistemas da educação tem sido decisiva no esforço empreendido pela melhoria do aprendizado, para o alcance das metas estabelecidas nas 28 diretrizes do Plano Compromisso Todos pela Educação, e na elevação do IDEB em busca dos índices projetados pelo MEC (BRASIL, 2011, p.2).

Contudo, a discussão sobre essa reordenação e alinhamento das ações nas políticas e programas, a partir do exposto demonstrará, conforme afirma Oliveira (2015, p.2012), que as dificuldades enfrentadas inicialmente pelos gestores locais e o caráter centralizador do MEC implicaram entraves para a incorporação do PAR como instrumento de planejamento local.

A definição do PAR como instrumento de gestão para o município demanda a constituição e participação constante da comissão para acompanhamento e avaliação das ações. A não ocorrência desse fato, a falta de agilidade no processo de efetivação das ações do Plano Municipal da Educação, que também requer um acompanhamento permanente das metas, pressupõem consequências para o município, conforme demonstrado nos dados da pesquisa de Oliveira (2015) em outros municípios de Mato Grosso do Sul. No município em estudo aparece como justificativa de “... haver a intenção de elaborar o Plano Municipal de Educação” (Coxim, 2007) e no PAR 2012, com base nos Indicadores Qualitativos; aparece na dimensão 1. Gestão Educacional, na Área 1: A existência, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME); seção e subações enfatizam “...garantir a condições para a elaboração, implantação e implementação do Plano Municipal, com a participação de representantes dos diversos segmentos com atribuição de acompanhar o cumprimento das metas do PME.” (COXIM, 2012.). Pode-se concluir que somente a intenção demonstrada no plano não foi o fator que efetivou as condições para a elaboração do PME naquele período de execução das ações do PAR, ficando o cumprimento para o prazo final, em 2015, e aprovado agora em 2016.

O fio articulador e que se alinha de forma mais direta na relação das ações para a valorização encontram-se destacadas em ambos os planos, PAR e PME: a formação dos profissionais, a condição de trabalho, a valorização profissional e carreira, salário e remuneração.

A abrangência das metas do Plano Municipal de Educação de Coxim, em consonância com as dos Planos Nacional e Estadual de Educação que serão delimitadas nesta análise para correlacionar com as ações do PAR- Coxim, sendo: a) Formação de profissionais da educação (Metas 15 e 16); b) Condições de trabalho e valorização profissional (Meta 17); c) Carreira, salário e remuneração (Meta 18).

No tópico a seguir, serão destacadas as ações do PAR 2007-2010 e 2011-2014 que foram executadas ou se encontram ainda em desenvolvimento e que estão relacionadas com as metas elencadas no PME. Apresentadas em conjunto, Metas 15, 16, 17 e 18, configuram-se no Plano Municipal de Educação como o bloco da *Valorização dos Profissionais do Magistério*. Serão descritas por metas e em quadros com as ações e dimensões do PAR, cujas estratégias se mostram relacionadas e articuladas.

### **2.1.2 Organização das ações do PAR 2007 e 2011 referentes à valorização dos docentes**

O processo de organização do PAR do município de Coxim se deu, após todas as etapas concluídas pelo Comitê Gestor e Comitê Local, ainda no 1º ciclo do plano (2008). O documento foi concluído, apresentado e aprovado pelo prefeito e, posteriormente, encaminhado ao FNDE - (PMCTE -SIMEC).

A etapa seguinte seria o processo de definição da Forma de Execução das Ações do Plano de Ações Articuladas do Município de Coxim (a partir do guia prático de orientações MEC/FNDE), sobretudo destacando as ações cujos programas disponibilizados pelo Ministério da Educação, e suas autarquias, possibilitariam assistência técnica e/ou financeira do MEC, e que poderiam ser contempladas pelo município em seus respectivos Planos, destacando, também, as subações com execução pelo próprio município. (MEC, 2011, p.2)

Dessa forma, para o segundo ciclo, o guia orientaria sobre a necessária atualização dos dados do município – o diagnóstico para assim adequá-lo à nova proposta para a vigência do PAR 2011-2014, sendo que a realidade local deveria estar enfatizando a importância do planejamento na construção da qualidade do ensino.

O Plano de Ações Articuladas, portanto, foi novamente discutido: a análise do monitoramento de ações executadas, ações ainda não concluídas e avaliação criteriosa do que foi executado. Constituinte um planejamento plurianual para os próximos quatro anos, esse processo deveria ser norteado pela busca da qualidade do ensino em todas as escolas, atendendo às expectativas de aprendizagem de cada série e pelo alcance dos resultados e metas previstos a partir do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

O PAR foi e é determinante para a melhoria do IDEB. E o IDEB, fator relevante para a liberação de mais recursos do MEC/FNDE, uma vez que os resultados irão fomentar a liberação de recursos ou não. Para o levantamento das reais necessidades, o comitê deveria ampliar a visão inicial e estabelecer relações mais amplas, de modo a visualizar os fatores determinantes dos problemas e elaborar um plano com alternativas de ação.

Constata-se nos quadros que nem todas as ações e subações são passíveis de financiamento ou apoio técnico do MEC, pois há ações com a contrapartida e recursos próprios da secretaria municipal de educação, seguindo a rigor as orientações no processo de elaboração e execução das ações que contariam com a assistência técnica e assistência financeira do MEC; há outras que seriam executadas diretamente pelo Município; ou, ainda, aquelas que contariam com outras formas de apoio (parceiros).

Com princípios fundamentalmente pautados no regime de colaboração, conclui-se que, para a melhoria da qualidade do ensino, união e municípios prioritários seguiram a premissa descrita na política:

O Plano de Ações Articuladas (PAR) - um dos programas constituintes do PDE - foi lançado como um plano de cooperação entre municípios, estados e União, pelo Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007. Este Decreto em seu Art. 8º § 5º - prevê que “o apoio da União dar-se-á, quando couber, mediante a elaboração de um Plano de Ações Articuladas - PAR”, o qual é definido e em seu Art. 9º como “o conjunto articulado de ações, apoiado técnica ou financeiramente pelo Ministério da Educação, que visa o cumprimento das metas do Compromisso e a observância das suas diretrizes”. (BRASIL, 2007b).

A conclusão, portanto, é que no Plano de Ações Articuladas do município de Coxim, encontram-se elementos da Assistência Técnica, Termo de Cooperação e Assistência Financeira como também Transferência Voluntária. No entanto é importante destacar que, conforme afirmação de Adrião e Garcia (2008), a adesão ao Plano pode possibilitar, por um lado, que se instaurem mecanismos meramente formais, apenas para cumprir exigências legais, incluindo-se a redução dos processos pedagógicos ao preparo para os exames externos, considerando que os resultados das avaliações concorrerão para o aumento dos recursos. Porém, por outro lado, “é certo que os gestores municipais devem ser chamados a responder politicamente pelo direito a uma educação de qualidade para todos e para cada um” (ADRIÃO e GARCIA, 2008, p. 792).

Essa afirmação está confirmada e explicitada na efetivação das ações no âmbito das escolas e foi detectada nas respostas dos sujeitos envolvidos, partícipes da elaboração do plano e, ao mesmo tempo, profissionais que atuam na rede municipal de ensino. Frente a essa análise, constata-se, ainda, que no processo da implantação do Plano houve a possibilidade de inserção da participação de todos, porém o PAR apresenta-se com o caráter de imposição da política, vulgo, “de cima pra baixo”, e que não há outras alternativas senão seguir as ações delineadas pelo Governo; e a adesão está fundamentalmente atrelada a esses programas para a obtenção de repasse de recursos.

As contradições observadas nos Planos PAR do Município de Coxim relacionam-se à análise das pesquisadoras Scaff e Cestari (2011), que dizem que a ausência de incorporação do PAR como uma metodologia de planejamento e gestão das ações locais, é apontada como a principal dificuldade do programa, devido ao seu caráter altamente burocrático, dificultando o envolvimento de vários segmentos não somente em sua elaboração, mas também na implementação, transformando-se em atividade técnica a fim de assegurar o recebimento de recursos da União.

Contudo, vemos que ainda em proporção insatisfatória ocorreram alguns avanços e melhoria nos processos e resultados educacionais da rede municipal de ensino de Coxim. No que diz respeito à valorização dos docentes, a política demonstrou-se com ações definidas nos

dois ciclos do Plano para um período de médio prazo, ocasionou melhoria nas condições de trabalho - infraestrutura, recursos didático-pedagógicos e tecnológicos - bem como para qualidade das práticas pedagógicas. Foram parcialmente consideradas as ações referentes às formações e estratégias de participação na definição de ações e nos processos ensino e aprendizagem, cuja efetivação é substancialmente decidida e aplicada pelos docentes.

As autoras citadas corroboram a análise quando pontuam, em sua pesquisa sobre "Educação, Democracia e Desenvolvimento nos Planos do governo Lula, no item: O PAR em municípios sul-mato-grossenses, que "(...) nos municípios considerados neste estudo foi possível identificar a contradição entre a teoria e a prática, pois a metodologia utilizada na elaboração do PAR não corresponde ao caráter participativo exigido em teoria". Essa disfunção está intimamente relacionada com a segunda contradição uma vez que o curto prazo para preenchimento e encaminhamento dos formulários dificultou a participação efetiva para discussão e definição das ações do Plano" (SCAFF e CESTARI, 2011, p. 9).

Em grande medida, a participação mais ampla da comunidade escolar não ocorreu, a princípio, em conformidade com as orientações do MEC, concentrando a elaboração do planejamento nas mãos de alguns técnicos das Secretarias de Educação, tendo como consequência a descontinuidade dessa política para as próximas gestões municipais. A troca das equipes acabaria por fragilizar as políticas não consolidadas no âmbito da gestão pública, comprometendo, assim, o estabelecimento da inovação proposta como política pública local.

Todos esses aspectos condizem com as impressões e relatos dos sujeitos entrevistados, e serão apresentados no capítulo a seguir.

## **2.2. Composição do planejamento educacional do município de Coxim: implicações na valorização docente a partir do PAR**

As políticas públicas e os planos de educação na última década pouco incidem na sistematização de experiências em relação ao conhecimento acumulado. As ações e medidas que se apresentam em relação à valorização do magistério são poucas e o reconhecimento cultural e seu papel científico, político-social e cultural que os profissionais da educação desempenham são desconsiderados.

No entanto, cabe neste estudo a alisar os aspectos que se referem à valorização dos docentes no Plano de Ações Articuladas – PAR no município de Coxim, focalizando no plano as propostas para a valorização docente, considerando a complexa temática da formação: falta de professores com formação específica, formação inadequada e profissionais com formação.

Sem dúvida é necessário reconhecer o papel social que os docentes desempenham frente às demandas da realidade. Deve-se levar em consideração que a formação e a valorização dos mesmos estejam articuladas e que, no âmbito de sua atuação, as condições sejam asseguradas para a boa formação e a qualificação contínua desses profissionais. Assim, os avanços e resultados do processo de ensino certamente serão melhores.

Os princípios elencados na LDB 9394/96, inciso II do artigo 43, ressaltam que as boas condições dos formandos em licenciatura devem ser asseguradas para a inserção nos diversos setores profissionais, tendo-se presente a grande heterogeneidade das demandas sociais em relação a profissionais de alto nível.

Para Severino (2001, p.181), o delineamento do perfil de profissionais que atendam ao contexto social perpassa por questões que devem ser pensadas a partir da qualidade da formação nos cursos de graduação, como um marco inicial dessa formação a ser continuamente desenvolvida mediante os processos de educação permanente, vistos com exigência inerente ao mundo do trabalho.

Nesse sentido, trataremos do aspecto qualificação dos docentes quanto à formação e a relação da valorização docente referida na política pública educacional. A valorização desse profissional, no contexto das Reformas Educacionais que visam à melhoria da qualidade do ensino, requer análise para que a compreensão sobre a lógica da eficácia e qualidade não atribua somente aos docentes a responsabilização pelos resultados e índices educacionais.

Observa-se, porém, que algumas conquistas nesse campo foram alcançadas em determinação da LDB, que preconiza que todos professores do sistema nacional do ensino básico tenham formação em nível superior. O MEC desencadeia programas de formação inicial e continuada, incluindo cursos a distância, em parcerias com universidades. Em estudos recentes sobre as interferências das estratégias e ações dos Programas Educacionais, Saviani (2010) argumenta sobre o aborda o contexto que fundamenta a lógica neoliberal nas políticas de governo na última década, cujo discurso da qualidade de ensino centra-se na formação de professores. O autor considera que, através do ensino, ocorrerá uma minimização da segregação social, e reflete, ainda, sobre:

As necessidades sociais, ao serem levadas em conta, sempre são analisadas sob o crivo da relação custo-benefício. [...]o Estado, submetido a essa mesma lógica, tenderá atrofiar a política social subordinando-a, em qualquer circunstância, aos ditames da política econômica. Esta aí a raiz das dificuldades por que passa a política educacional. As medidas do governo, ainda que partam de necessidades reais e respondam com alguma competência a essas necessidades, padecem de uma incapacidade congênita de resolvê-las (SAVIANI, 2010, p. 252).

As limitações dos programas e planos de governo voltados ao desenvolvimento econômico coloca a questão da qualidade da educação resumida à universalização e ao acesso a educação, e pauta-se na questão custo-benefício sem o contraponto da qualidade da formação e valorização dos docentes no decorrer e na efetivação do processo de ensino.

Porém, sabe-se que somente a valorização e as boas condições para o ensino não garantem que a qualidade e a aprendizagem sejam eficientes e significativas a todos os educandos, tendo em vista que os fatores socioculturais, econômicos e cognitivos têm implicações nos resultados do ensino de uma forma geral. As questões relacionadas com a estrutura física das instituições de ensino, recursos didáticos e a formação inicial e continuada dos docentes também são fatores que trazem implicações para os índices de fracasso e evasão escolar, sobretudo interferências no cumprimento da função social da escola.

Para Barreto (2011),

[...] formação docente, assumida como uma política de Estado há de ser capaz de articular as instituições formadoras e os projetos formativos com vistas ao cumprimento precípua da função social da escola: a de assegurar a todos, indistintamente, o direito ao conhecimento valioso, aquele que serve para entender e transformar a realidade e contribui para a realização plena de cada um e para a construção de um mundo mais justo e solidário. (BARRETO, 2011, p.52)

A abordagem proposta para esse tópico do estudo versará sobre quais ações as políticas e programas de governo vêm enfatizando a valorização dos docentes, sobretudo a sua formação, considerando que esse fator historicamente sempre esteve entre os principais pontos da má qualidade do ensino. As pesquisas recentes, no entanto, apontam que as lutas da categoria e entidades no campo educacional têm como reivindicação, no contexto da valorização, os demais aspectos da inter-relação com sua prática e trajetória profissional, como formação e valorização dos docentes e demais profissionais da educação, garantia de planos de carreira, piso salarial, ascensão na carreira, formação continuada e condições dignas de trabalho.

Desde a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 9394/96, observa-se a necessidade de garantir os planos de cargos e carreiras aos docentes e profissionais da educação, piso salarial e a obrigatoriedade da formação superior para os professores atuarem na Educação Básica. Conforme afirma Scheibe,

[...] a Constituição reafirmou, paralelamente, a condição do país como uma República Federativa e o reconhecimento dos municípios, inclusive, como entes federativos. Tal fato colocou em destaque o princípio da descentralização e, com isso, o campo educacional e todas as ações que dizem respeito aos docentes da escolarização básica passam a depender,

cada vez mais, da organização dos diversos entes federativos em regime de colaboração. (SCHEIBE, 2010, p.985).

Cabe ressaltar que, dentre os dispositivos regulamentados pela nova lei, foi exatamente no que concerne à formação dos profissionais da área que mais mudanças ocorreram. Com efeito, os profissionais da educação mereceram todo um título (art.61-67) e também Disposições Transitórias (art.87) inciso III, que trata da formação e capacitação em serviço, educação a distância, e formação em nível superior (SEVERINO, 2001, p.178).

A reestruturação e a participação da União e entes federados em relação a essa responsabilização requerem investimentos financeiros e normatizações que atendam à necessária qualificação e valorização dos docentes e demais profissionais da educação.

Para Freitas (2012), as reivindicações históricas dos educadores também trazem como “bandeira” maior responsabilização da União no setor educacional, e ações nas Políticas e Programa com vistas à ampliação de recursos e maior financiamento da educação para elevar os índices e melhorar a qualidade do ensino brasileiro. Traz para discussão:

A implementação de ações com o objetivo de elevar a qualidade da educação, da Escola pública e da formação de seus profissionais exige, ainda, a determinação clara da responsabilidade dos estados e municípios no oferecimento da infraestrutura necessária à educação básica, além da alteração das adversas condições sob as quais se desenvolve o trabalho educativo nas escolas públicas da imensa maioria dos municípios. Também, cabe destacar que, no escopo de um pacto federativo necessário, ainda observamos a dívida imensa de estados e municípios com a formação de seus profissionais, pela ausência de apoio permanente e plano de carreira adequados, impeditivos da profissionalização, como direitos dos educadores, deveres do Estado e compromissos de ambos com a formação integral e a construção de uma nova sociedade justa e igualitária (FREITAS, 2012, p. 220).

As discussões sobre esse aspecto perpassam também pela necessidade de constituir um Sistema Nacional de Educação cujos princípios fundamentem e garantam uma política de formação e valorização dos docentes, mas que, segundo Freitas (2012), não deva ser uma mera justaposição dos entes federados e suas responsabilidades no cumprimento de metas determinadas de ação e execução orçamentária. A própria ideia de sistema necessita ser qualificada de modo a superar a concepção mecânica.

Para que sejam contempladas e efetivadas ações nas Políticas do Sistema Nacional de Educação, Saviani (2008) aponta para a constituição de um sistema cuja concepção seja democrática e emancipadora, e tenha sentido unitário, ou seja, um todo orgânico com articulação e coerência entre as várias instâncias – municipais, estaduais e da União – e modalidades entre os diferentes níveis de ensino. A existência desse sistema, de caráter plural, concretiza-se, portanto, na organização da educação e da formação nas diversas instâncias e

níveis de ensino, em regime de colaboração e corresponsabilidades, explicitando mecanismos democráticos de decisão e participação, e combinando, em cada um deles, concepção e execução, centralização e descentralização (SAVIANI, 2008 apud FREITAS, p.214).

Ressaltamos que o aprofundamento da compreensão sobre a constituição e a necessidade de um Sistema Nacional de Educação, elemento do quadro de Políticas Públicas Educacionais a partir de 2001, se faz pela relação com as questões da qualidade do ensino e valorização dos docentes, bem como das interfaces dessas ações com o PAR e suas inferências no âmbito do ensino municipal. Alinhado à proposta de governo no PDE, Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação e ao PNE, o Sistema Nacional de Educação traz como perspectiva a garantia da continuidade das ações para o cumprimento das metas para a universalização do ensino e qualidade da educação.

No âmbito das políticas educacionais, as metas dos governos para o desenvolvimento socioeconômico do país nas últimas décadas destacam a qualidade da educação. Para Scheibe (2012), as discussões sobre um possível Sistema Nacional de Educação que priorize as Políticas Educacionais de Formação sintonizadas com os anseios e necessidades históricas das classes populares não podem prescindir dos princípios basilares do compromisso das políticas públicas com o caráter emancipador dos sujeitos históricos e de nosso povo. Todavia a construção de um subsistema nacional de formação de professores consolidaria a proposta de uma política sintonizada com os anseios históricos e necessidades atuais na política de valorização dos docentes.

A União almeja abarcar a participação colaborativa de todos os segmentos da sociedade para superar a má qualidade educacional, dando destaque à colaboração entre estados, municípios e à participação dos profissionais da educação e da comunidade. A mobilização social pela melhoria da qualidade educacional seria feita mediante a elaboração, monitoramento e avaliação das ações do PAR, bem como das ações de assistência técnica e financeira.

O documento Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação” – PAR Plano de Ações Articuladas do município de Coxim aponta, portanto, a primeira evidência da necessária valorização dos docentes no período de 2008/ 2011, tendo em vista a prioridade de implementar o Plano de Cargos e Carreiras para os docentes e profissionais de serviço e apoio, e foi considerada a partir das proposições de mudanças que a LDB 9394/96 preconiza.

Nesse contexto observa-se que o PAR no município de Coxim se constituiu sob essa égide: um plano cujo instrumento se define dentro das ações e desdobramentos do Plano de

Governo, uma correspondência com as 28 diretrizes do Plano de Metas através dos indicadores do diagnóstico.

Referindo-se à valorização docente, o PAR do município se constituiu com metas e estratégias, cujo enfoque, a qualidade do ensino e da aprendizagem, foi destacado e discutido, pressupondo identificação das condições da política de gestão e construção de estratégias que redimensionassem a qualidade educacional e a formação dos docentes da Rede Municipal de Ensino.

Os quadros a seguir demonstrarão os indicadores qualitativos, constituídos e gerados a partir do *diagnóstico in loco*, cuja síntese dos conceitos gerados por dimensão aponta a demanda.

Quadro 1. Pontuação síntese das dimensões do PAR - Município de Coxim/MS

<b>SÍNTESE DA DIMENSÃO</b>					
Dimensão	Pontuação				
	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>n/a</b>
1. Gestão Educacional	6	3	5	6	0
2. Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar	2	2	5	1	0
3. Práticas Pedagógicas e Avaliação	1	1	4	1	1
4. Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos	0	1	12	1	0
<b>Total:</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>26</b>	<b>9</b>	<b>1</b>
*n/a : Não se aplica.					

Fonte: <http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal>

O quadro exposto demonstra as dimensões do PAR com ênfase nos aspectos da formação e qualificação docente: no primeiro plano, PAR 2008-2011, são 52 indicadores, pontuados nas quatro dimensões. Observa-se que, a ordem decrescente de 1(um) e 2(dois) representa situação insatisfatória e inexistente, devendo, portanto, gerar ações. A pontuação 3 (três) e 4(quatro) representam a situação satisfatória e positiva, não necessitando ações imediatas. Para o segundo plano, PAR 2012-2015, os 82 indicadores não constam no site do MEC/SIMEC para consulta da síntese.

Em todas as dimensões, a pontuação um (1) demonstra que há situação crítica nas áreas. Porém na dimensão **1, Gestão Educacional**, ocorre uma maior quantidade de indicadores com pontuação um (1). Na dimensão **4, Infra Estrutura Física e Recursos Pedagógicos**, verifica-se maior quantidade de indicadores de pontuação dois (2), um total de

doze (12). Para a dimensão 2. **Formação de Professores e Gestão Educacional**, há um total de cinco (5) para cada uma. Chama a nossa atenção a dimensão 3, **Práticas Pedagógicas e Avaliação**, com quatro indicadores apresentando a pontuação dois (2).

Considerando a grande quantidade de pontuações 1 e 2 na Síntese dos Conceitos Gerados por Dimensão dos respectivos indicadores, analisarei, no capítulo a seguir, as áreas constantes no documento Plano de Metas “Compromisso Todos Pela Educação” PAR Coxim-2007<sup>11</sup> que, necessariamente, precisariam gerar ações (demanda potencial). Para discussão e entendimento das estratégias que se subentende que melhoraria o diagnóstico e a realidade educacional da Rede Municipal de Ensino, serão descritas as justificativas e demanda potencial dos indicadores com pontuações 1 e 2. Nos quadros serão destacados sobretudo os indicadores das quatro dimensões onde ocorreu a necessidade de ações no PAR e que conferem implicações com a valorização e formação docente.

### Dimensão 1. Gestão Educacional

Quadro 2: **Área 1. Gestão Democrática: Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino**

Indicador	Pontuação	Justificativa	Demanda Potencial
1. Existência de Conselhos Escolares (C.E)	1	A SEMED já se mobilizou junto às unidades escolares, prestando as devidas orientações, porém os Conselhos Escolares ainda não estão implantados	Conselhos Escolares Implantados
2. Existência, composição e atuação do Conselho Municipal de Educação	1	A SEMED organizou equipes compostas por professores para organizar a realização de uma conferência para posterior implantação do C.M.E	Conselho Municipal de Educação implantado e Sistema Municipal de Educação criado.

<sup>11</sup> Dados obtidos nas planilhas resultantes dos quadros de **Sistematização dos Critérios de Pontuação e Sistematização Geral por Dimensão** da Parte II do Instrumento de Campo – COXIM/MS

6. Existência, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), desenvolvido com base no Plano Nacional de Educação	1	Ainda não há Plano Municipal de Educação, mas já existe a intenção de elaborá-lo. (sic)	Plano Municipal de Educação implantado e implementado.
9. Plano de Carreira dos Profissionais de serviço e apoio escolar	1	Existe um grupo de estudo com a intenção de incluir os profissionais de serviços e apoio à educação no PCCR dos Trabalhadores em Educação.	O Plano de Cargos e Carreiras para os Profissionais de Serviço e Apoio Escolar inseridos no PCCR dos trabalhadores em educação implantado

Quadro 3: **Área 2.** Desenvolvimento da Educação Básica: ações que visem a sua universalização, a melhoria das condições de qualidade da educação, assegurando a equidade nas condições de acesso e permanência e conclusão na idade adequada.

Indicador	Pontuação	Justificativa	Demanda Potencial
2. Existência de atividades no contra-turno	2	Apenas uma escola faz atendimento no contra-turno aos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental	Todas as escolas com atividades no contra-turno implantadas e implementadas;
3. Divulgação e Análise dos resultados das avaliações oficiais do MEC	2	A divulgação é realizada apenas com os professores, sem o envolvimento de outros segmentos da comunidade escolar	Os resultados analisados com toda a comunidade escolar com estratégias de melhorias estabelecidas;

Fonte: Dados obtidos das planilhas resultantes dos quadros de **Sistematização dos Critérios de Pontuação e Sistematização Geral por Dimensão** da Parte II do Instrumento de Campo – COXIM/MS

Quadro 4: **Área 3.** Comunicação com a Sociedade

Indicador	Pontuação	Justificativa	Demanda Potencial
1. Existência de parcerias externas para a realização de atividades complementares	2	Em 2006 houve parceria com pessoas da comunidade local em apenas uma escola para realização de projetos pontuais;	Parcerias instituídas para atender 100% das escolas municipais;
2. Existência de parcerias externas para execução/adoção de metodologias específicas	1	As escolas da zona rural aplicam a metodologia da Escola Ativa em parceria com a FUNDESCOLA FNDE, porém, não utilizam nenhuma outra metodologia diferenciada;	Escolas com parceiros voltados para trabalhar metodologias diferenciadas de acordo com níveis e modalidades de ensino.
3. Relação com a comunidade/promoção de atividades e utilização da escola como espaço comunitário	2	As escolas são utilizadas pela comunidade sempre que solicitadas, porém não existe nenhum projeto da Secretaria Municipal de Educação para a prática do uso dos espaços escolares;	Escolas abertas nos finais de semana e em turnos ociosos para uso da comunidade em geral;

Fonte: Dados obtidos das planilhas resultantes dos quadros de **Sistematização dos Critérios de Pontuação e Sistematização Geral por Dimensão** da Parte II do Instrumento de Campo – COXIM/MS

#### Quadro 5: **Área 4.** Suficiência e estabilidade da equipe escolar

Indicador	Pontuação	Justificativa	Demanda Potencial
2. Cálculo anual/semestral do número de remoções e substituições de professores	1	As remoções estão contempladas no PCCR dos trabalhadores em educação; será	Normatização quanto à remoção e ao gozo de licença-prêmio (direito adquirido)

		normatizado o período das mesmas e as licenças prêmio não são planejadas	
--	--	--	--

Fonte: Dados obtidos das planilhas resultantes dos quadros de **Sistematização dos Critérios de Pontuação e Sistematização Geral por Dimensão** da Parte II do Instrumento de Campo – COXIM/MS

### Área 5. Gestão de Finanças

Os indicadores dessa área apresentaram pontuação 3, que aponta para uma situação satisfatória, com mais aspectos positivos que negativos, ou seja, o município desenvolve, parcialmente, ações que favorecem o desempenho do indicador (BRASIL, 2008, p.9).

Para os indicadores onde a situação ou aspecto se encontrava satisfatório (indicadores pontuados acima de 3), não havia necessidade de se elencar justificativa nem demanda potencial, daí o motivo de não haver o quadro para essa área.

### Dimensão 2. Formação de Professores e Profissionais de serviço de Apoio Escolar

#### Área 1. Formação inicial de Professores da Educação Básica.

Tendo em vista que os indicadores dessa área referem-se à: Qualificação dos professores que atuam nas creches; Qualificação dos professores que atuam na pré-escola; Qualificação dos professores que atuam nas séries iniciais do ensino fundamental; Qualificação dos professores que atuam nos anos/séries finais do ensino fundamental, pode-se concluir que a pontuação aponta para uma situação positiva (3 e 4 pontos), ou seja, não foram necessárias ações imediatas. Consta no quadro síntese, como justificativa, que todos os professores da Rede Municipal de Ensino atuando nas creches, pré-escolas, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental possuem habilitação específica em nível superior.

#### Quadro 6: Área 2. Formação Continuada de Professores da Educação Básica

Indicador	Pontuação	Justificativa	Demanda Potencial
1. Existência e implementação de políticas para a formação continuada de professores que atuam na Educação Infantil.	2	Existem vários cursos na área de educação infantil, porém não estão sistematizados como política da SEMED como formação continuada.	Política de formação continuada para os professores de educação infantil implementada.

2. Existência e implementação de políticas para a formação continuada de professores, que visem a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental.	2	Existem vários cursos aos professores dos anos iniciais, porém não estão sistematizados como política da SEMED como formação continuada.	Política de formação continuada para os professores dos anos iniciais implementada.
3. Existência e implementação de políticas para a formação continuada de professores, que visem a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries finais do ensino fundamental.	2	Existem vários cursos aos professores dos anos finais, porém não estão sistematizados como política da SEMED como formação continuada.	Política de formação continuada para os professores dos anos finais implementada.

Fonte: Dados obtidos das planilhas resultantes dos quadros de **Sistematização dos Critérios de Pontuação e Sistematização Geral por Dimensão** da Parte II do Instrumento de Campo – COXIM/MS

**Quadro 7: Área 3. Formação de Professores da Educação Básica para atuação em Educação Especial, Escolas do Campo, Comunidades Quilombolas ou Indígenas**

Indicador	Pontuação	Justificativa	Demanda Potencial
1. Qualificação dos professores que atuam em educação especial, escolas do campo, comunidades quilombolas ou indígenas.	2	Alguns professores que atuam na rede ainda não foram capacitados em cursos específicos.	Todos os professores capacitados em atendimento educacional especializado e na educação do campo.

Fonte: Dados obtidos nas planilhas resultantes dos quadros de **Sistematização dos Critérios de Pontuação e Sistematização Geral por Dimensão** da Parte II do Instrumento de Campo – COXIM/MS

**Quadro 8: Área 4. Formação Inicial e Continuada de professores da Educação Básica para cumprimento da Lei 10.639/03**

Indicador	Pontuação	Justificativa	Demanda Potencial
-----------	-----------	---------------	-------------------

1. Existência e implementação de políticas para a formação inicial e continuada de professores, que visem à implementação da Lei 10.639/03, de 09 de janeiro de 20043.	1	Está contemplada no regimento escolar, na proposta pedagógica e na ementa curricular, porém faz-se necessário uma política de formação continuada.	Política de formação continuada visando ao cumprimento da Lei 10.639/03 implantada e implementada.
--	---	--	--

Fonte: Dados obtidos das planilhas resultantes dos quadros de **Sistematização dos Critérios de Pontuação e Sistematização Geral por Dimensão** da Parte II do Instrumento de Campo – COXIM/MS

### **Dimensão 3. Práticas Pedagógicas e Avaliação**

#### **Área 1. Elaboração e Organização das Práticas Pedagógicas**

Para essa área, o indicador 1: Presença de coordenadores ou supervisores pedagógicos nas escolas, consta com pontuação 4, considerando que a Rede Municipal de Ensino tem esses profissionais em seu quadro de efetivos. No entanto, para os demais indicadores, a pontuação consta baixa, conforme o quadro a seguir:

Quadro 9: **Área 1. Elaboração e Organização das Práticas Pedagógicas**

Indicador	Pontuação	Justificativa	Demanda Potencial
2. Reuniões pedagógicas e horários de trabalhos pedagógicos para discussão dos conteúdos e metodologias de ensino.	2	As escolas desenvolvem esporadicamente atividades pedagógicas	Reuniões periódicas previstas no calendário e realizados em todas as escolas da Rede
3. Estímulos das práticas pedagógicas fora do espaço escolar	2	As escolas recebem apoio da SEMED, mas não tem a prática pedagógica fora do espaço escolar	Projetos elaborados e implementados
4. Existência de programas de incentivo à leitura, para o professor e o aluno.	2	Faltam projetos que incentivam a leitura tanto para professores quanto para o aluno;	Programas para todas as escolas de incentivo à leitura, envolvendo os segmentos dos professores e dos alunos docente e discente implantado e implementado.

Fonte: Dados obtidos das planilhas resultantes dos quadros de **Sistematização dos Critérios de Pontuação e Sistematização Geral por Dimensão** da Parte II do Instrumento de Campo – COXIM/MS

Quadro 10: **Área 2.** Avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem

Indicador	Pontuação	Justificativa	Demanda Potencial
1. Formas de avaliação da aprendizagem dos alunos	2	As escolas rurais utilizam a metodologia da Escola Ativa tendo a avaliação no processo. As escolas urbanas não utilizam a avaliação.	Auto-avaliação aplicada em todas as escolas urbanas e implementada nas escolas rurais;
2. Utilização do tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem.	1	As escolas não oferecem aulas de reforço;	Salas de reforço em todas as escolas implantadas;

Fonte: Dados obtidos das planilhas resultantes dos quadros de **Sistematização dos Critérios de Pontuação e Sistematização Geral por Dimensão** da Parte II do Instrumento de Campo – COXIM/MS

#### **Dimensão 4:** Infra Estrutura Física e Recursos Pedagógicos

##### **Área 1.** Instalações físicas gerais

Desta área, somente um indicador, o 7, Manutenção e conservação geral das instalações e equipamentos, consta com pontuação 3 (três), cuja descrição aponta para uma situação satisfatória, com aspectos positivos, ou seja, o município desenvolve, parcialmente, ações que favorecem o desempenho do indicador. No entanto os demais indicadores, no quadro abaixo descrito, apareceram com situação insuficiente, com mais aspectos negativos do que positivos; foram necessárias ações imediatas e estas puderam contar com o apoio técnico e/ou financeiro do MEC.

Quadro 11: **Área 1.** Instalações físicas gerais

Indicador	Pontuação	Justificativa	Demanda Potencial
1. Biblioteca: instalações e espaço físico	2	Em algumas escolas faltam espaços adequados	LSE implantado e microplanejamento da rede efetivado
2. Existência e funcionalidade de laboratórios (informática e ciências)	2	Em apenas uma escola há um laboratório de	LSE implantado e microplanejamento da rede efetivado (sic)

		informática com poucos equipamentos, sem acesso à internet; não existe laboratório de Ciências e Arte.	
3. Existência e conservação de quadra de esportes	2	As escolas possuem quadras, mas 50% não são cobertas e todas necessitam de reparos e equipamentos.	LSE implantado e microplanejamento da rede efetivado (sic)
4 Existência e condições de funcionamento da cozinha e refeitório.	2	As escolas não dispõem de refeitórios; 50% das cozinhas e despensas necessitam de reforma, ampliação e novos equipamentos.	LSE implantado e microplanejamento da rede efetivado (sic)
5 Salas de aula: instalações físicas gerais e mobiliário	2	Existem escolas com salas de aula que não possuem ventilação.	LSE implantado e microplanejamento da rede efetivado (sic)
6 Condições de acesso para pessoas com deficiência física	2	As escolas da Rede Municipal atendem parcialmente aos D.F, precisando ainda de algumas adequações;	LSE implantado e microplanejamento da rede efetivado (sic)

Fonte: Dados obtidos das planilhas resultantes dos quadros de **Sistematização dos Critérios de Pontuação e Sistematização Geral por Dimensão** da Parte II do Instrumento de Campo – COXIM/MS

Quadro 12: **Área 2. Integração e Expansão do Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Pública**

Indicador	Pontuação	Justificativa	Demanda Potencial
1. Existência de computadores ligados à rede mundial de	2	As escolas da zona urbana têm acesso à	LSE implantado e microplanejamento da rede

computadores e utilização de recursos de informática para atualização de conteúdos e realização de pesquisa.		internet via celular, impossibilitando a utilização pelos alunos; e as escolas da zona rural não têm acesso	efetivado
2. Existência de recursos audiovisuais	2	Todas as escolas possuem TV, vídeo e DVD, mas estão em espaços inadequados	LSE implantado e microplanejamento da rede efetivado

Fonte: Dados obtidos das planilhas resultantes dos quadros de **Sistematização dos Critérios de Pontuação** e **Sistematização Geral por Dimensão** da Parte II do Instrumento de Campo – COXIM/MS

Quadro 13: Área 3. Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

Indicador	Pontuação	Justificativa	Demanda Potencial
1. Suficiência e diversidade do acervo bibliográfico.	2	Existe acervo, mas não atende a todos os níveis e modalidades de ensino.	LSD implantado e microplanejamento da rede efetivado (sic).
2. Existência, suficiência e diversidade de materiais pedagógicos (mapas, jogos, dicionários, brinquedos).	2	Existem materiais pedagógicos, porém insuficientes e desatualizados.	LSD implantado e microplanejamento da rede efetivado (sic).
3. Suficiência e diversidade de equipamentos esportivos.	2	Existem materiais esportivos, porém insuficientes para atender à demanda dos alunos.	LSD implantado e microplanejamento da rede efetivado (sic).
4. Existência e utilização de recursos pedagógicos que considerem a diversidade racial, cultural, e pessoas com deficiência.	1	Os materiais didáticos e recursos pedagógicos existentes não consideram as diversidades.	LSD implantado e microplanejamento da rede efetivado (sic).
5. Confeção de materiais didáticos diversos.	2	As escolas da zona rural confeccionam	LSD implantado e microplanejamento da

		periodicamente materiais pedagógicos e as da zona urbana não têm essa prática, embora haja incentivo por parte da secretaria.	rede efetivado (sic).
--	--	---	-----------------------

Fonte: Dados obtidos das planilhas resultantes dos quadros de **Sistematização dos Critérios de Pontuação e Sistematização Geral por Dimensão** da Parte II do Instrumento de Campo – COXIM/MS

Com base nessa pontuação contida nas dimensões e subdividas em áreas, a demanda potencial geral revelou qual seria a necessidade real e urgente para a melhoria da qualidade (inicialmente pautada nos índices – IDEB, da Rede Municipal de Ensino), tendo em vista que o PAR, a partir desse momento, passaria a ser o plano norteador das ações e programas da Secretaria Municipal.

No município em estudo, os incentivos e recursos para a elaboração de planos e projetos da secretaria de educação trouxeram a perspectiva da melhoria do ensino e do atendimento educacional, no que se refere à infraestrutura e qualificação profissional.

Constata-se que as ações contidas na Dimensão 2 – Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar –, requerem uma análise e ressignificação sobre a política municipal de formação e qualificação dos docentes, tendo em vista os indicadores do nível e habilitação constatados no diagnóstico do PAR. No entanto há de se considerar que o ideário formativo dos professores desde os anos 1990 (e que perdura até os dias atuais e legitima uma política de formação profissionais da educação) ocorrem de forma aligeirada com duração da educação, em serviço e/ou a distância, sem articulação com o ensino, pesquisa e extensão.

O PAR 2007-2011 traz evidências dessa prioridade. A forma estabelecida e a definição da pontuação sobre os aspectos dos indicadores questionados no instrumento, e a condução do trabalho de elaboração do PAR pautada nos indicadores, ocorreram com a participação do dirigente municipal e a equipe técnica que mobilizavam os representantes do comitê local para a construção do Plano. No entanto não deixaram de ter incoerência e contradições na constatação da real necessidade para a definição das ações.

Essas informações sobre a compreensão do objetivo de cada dimensão e indicadores propostos serão discutidas a partir das respostas dos entrevistados (partícipes da comissão de elaboração do PAR) no capítulo a seguir.

### **2.2.1 O planejamento educacional do município de Coxim: perspectivas para a valorização docente a partir do PME**

Considerando a aprovação do PME do município de Coxim/MS, com vigência de dez anos a contar da publicação da Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal, e em consonância com a Lei Federal nº.13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional (PNE) e a Lei Estadual n. 4.621/2014 que aprovou o Plano Estadual de Educação (PEE-MS), o planejamento educacional para a Rede Municipal de Ensino tem como diretriz a execução das estratégias para o cumprimento das metas.

Quanto à temática desse estudo, as diretrizes referentes ao conjunto das Metas 15, 16, 17 e 18 se configuram no Plano Municipal de Educação como: o bloco da *Valorização dos Profissionais do Magistério*, serão descritas por metas e em quadros com as ações e dimensões do PAR, cujas estratégias demonstram-se relacionadas e articuladas.

Em conformidade com a Lei do PME – Coxim/MS (Lei Ordinária Nº1.733 de 09 de março de 2016), consta no artigo Art. 3º:

As metas e estratégias previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência da Lei Federal Nº. 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional (PNE) e na Lei Estadual nº 4.621, de 22 de dezembro de 2014, que aprovou o Plano Estadual (PEE-MS), e serão objeto de monitoramento e acompanhamento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pela Comissão Municipal de Monitoramento e Avaliação do PME/Coxim, constituída pelo Poder Executivo e instituída em Diário Oficial do Município, com a participação, dentre outras, das seguintes instâncias:

- I - Secretaria Municipal de Educação;
- II - Secretaria de Estado de Educação;
- II - Comissão de Educação e/ou Representante do Poder Legislativo;
- III - Conselho Municipal de Educação e outros órgãos fiscalizadores;
- IV - Ministério Público;
- V - Fórum Municipal de Educação; (COXIM, 2016, p.14)

Cabe, no entanto, ressaltar que constituem grandes desafios as perspectivas para a superação e avanço nos índices educacionais da Rede Municipal de ensino a partir desse planejamento, execução e monitoramento de estratégias.

Na análise situacional contida no documento, constam as metas 15, 16, 17 e 18 do Plano Municipal de Educação alinhadas às metas do Plano Nacional de Educação e Plano Estadual de Educação. Referem-se aos(as) profissionais da educação e estão dispostas em bloco, apresentando uma análise abrangente que contemplam os três temas: a) Formação de profissionais da educação (Metas 15 e 16); b) Condições de trabalho e valorização profissional (Meta 17); e c) Carreira, salário e remuneração (Meta 18).

A valorização dos(as) profissionais da educação passa por princípios e diretrizes articulados e integrados para a promoção de um profissional satisfeito, eficiente e sustentável.

Os profissionais do magistério são aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº9394/96 e pela Lei nº 11.738/08.

O quadro de trabalhadores da educação, além dos professores, também inclui os servidores técnico-administrativos, zeladores, merendeiras, porteiros e auxiliares administrativos. Todos esses profissionais, dentro de suas esferas de atuação, são responsáveis pela aprendizagem do aluno e pelo processo educativo da escola; no entanto a questão apresentada e discutida estará restrita à valorização dos docentes.

A eficiência profissional envolve uma formação inicial acessível, sólida, versátil, de qualidade, específica e articulada às demandas profissionais; formação continuada periódica, planejada, subsidiada e articulada ao trabalho e à jornada de trabalho; estabilidade, continuidade e autonomia para a atuação profissional; recursos suficientes para o bom desempenho do trabalho (adequação de preparação/formação, espaço, tempo, equipamentos e materiais); e avaliação de demandas e resultados do processo educacional.

A trajetória recente registra sucessivas leis que ampliam as garantias profissionais dos professores brasileiros. Contudo, ainda há os desafios de conquistas a médio prazo, como:

- formação, na sua totalidade, de profissionais do magistério com licenciatura específica no componente curricular em que atuam, concursado na área, atuando na sala de aula (ou outros espaços de aprendizagem com estudantes, com formação em pós-graduação também na área, autonomia pedagógica, participação na gestão democrática, atuando em jornada integral em escola de tempo integral (com concepção de educação integral), com estabilidade e reconhecimento pelo seu trabalho;

- jornada de trabalho docente melhor estruturada e flexível, incorporando estudos e formação continuada formal na jornada, valorizando a opção de dedicação exclusiva e permanência na sala de aula (e/ou outros espaços de aprendizagem com estudantes);

- condições de trabalho atraentes, com segurança, conforto, tecnologia, boas relações e reconhecimento social, e que permitam aos profissionais do magistério manter a saúde física e mental;

- política de salário e remuneração distintiva, com alcance de média salarial superior a de outros profissionais com a mesma formação e carga horária, bem como incentivos tributários, e culturais, entre outros, inclusive para os aposentados;

- organização de carreira com níveis de progressão e promoção por tempo de serviço e formação continuada, com reconhecimento salarial;

- formação inicial e continuada dos profissionais, com incentivo financeiro das redes para afastamentos remunerados, bolsas, parcerias e flexibilização de carga horária e contrapartida do profissional de produção científica, artística, técnica, tecnológica ou didática diretamente relacionada com a realidade educacional em que atuam.

Desde a aplicação do Piso Nacional Salarial dos Professores, o município de Coxim vem cumprindo rigorosamente o determinado na Lei nº 11.738/08, no art. 2º, § 1º, que regulamenta o valor mínimo que a União, estados, o Distrito Federal e os municípios deverão fixar para o vencimento inicial da jornada de 40 horas semanais das carreiras do magistério público da educação básica.

A maior variação de valores ocorreu no ano de 2010, com um aumento de 29%, para se obter a equiparação do salário dos professores municipais com o Piso Nacional Salarial dos Professores (conforme demonstrado na tabela) o que podemos considerar um avanço, considerando que atualmente há municípios no Estado de Mato Grosso do Sul e de outros estados brasileiros em que a Lei do Piso não foi implantada.

Tabela 1 . Salário inicial dos professores classe A aplicado na Rede Municipal de ensino do Município de Coxim-MS.

ANO	PNSP 40h	SALÁRIO PROF. NI – 20h	SALÁRIO PROF. NI – 40h	% DE AUMENTO
2008	—	378,00	756,00	-
2009	950,00	442,60	885,00	17,10 %
2010	1.024,67	574,00	1.148,00	29,69 %
2011	1.187,14	619,92	1.239,84	8%
2012	1.451,00	726,00	1.452,00	17,14%
2013	1.567,00	798,60	1.597,20	10%
2014	1.697,39	852,74	1.705,48	6,78%
2015	1.917,78	963,68	1.927,36	13,01%

Fonte: Lei Complementar nº 023/2000 de 27 de abril de 2000. Dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras e Remuneração do Grupo Trabalhadores da Educação Básica de Coxim-MS

A temática da formação e valorização de professores está cada vez mais presente nas discussões sobre as políticas públicas no país. O inciso V do art. 206 da Constituição Federal assegura, como princípio para a educação nacional, a “valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso

exclusivamente por concurso público de provas e títulos.” O inciso VIII do mesmo artigo estabelece a necessidade de um “piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal”.

Para Fernandes (2014), há outras questões que implicam e se configuram na conjuntura da implantação da lei:

[...] o grande desafio para a valorização docente, carreira, remuneração e jornada de trabalho ainda permanece. O PSPN tem provocado, na conjuntura econômica e política nacional, todos os estremecimentos possíveis, alguns já superados, outros ainda em curso, como o cálculo de seu reajuste ano a ano. De fato, o reajuste anual do PSPN deve operar com o mesmo índice de reajuste do valor do custo/aluno/ano/Fundeb. Contudo, ao se tomar aqui como exemplo o reajuste do PSPN praticado em 2013, constatou-se que: “Cálculos preliminares do governo federal apontam um aumento de 19% em 2014, mais do que o dobro do que os 7,97% concedidos à categoria no início deste ano. (FERNANDES, 2014, p.55)

Nesse contexto, o município de Coxim, com Plano de Cargos e Carreiras garantindo os direitos e progressões na carreira, encontra-se em conformidade com a Lei do Piso Salarial; todavia, nas estratégias do PME, maiores avanços surgirão se alguns aspectos forem executados.

Outro aspecto relevante, e que fundamentou as estratégias para o cumprimento das metas do PME, é a formação do grupo de docentes atuantes na rede de ensino. Diante do exposto, fica claro que, dentre muitas situações necessárias para que profissionais do magistério sejam devidamente valorizados, faz-se necessário ter políticas salariais para haver equidade salarial entre profissionais com o mesmo tempo de escolaridade, com melhores condições de trabalho (estrutura física, materiais pedagógicos), e contando com formação continuada, tão necessária para que esses profissionais estejam sempre atualizados e em condições de atuar nas salas de aula, desempenhando suas atribuições com qualidade e realização.

Atualmente a rede municipal de educação possui 398 trabalhadores (professores, atendentes de cento de educação infantil, administrativos e auxiliares de serviços diversos-ASD), visualizados no quadro abaixo por unidade de ensino e escolaridade na rede municipal de Coxim no ano de 2015.

Tabela 2. Funções por dependências administrativas dos trabalhadores de educação da rede municipal de Coxim/MS – 2015.

UNIDAD EDE ENSINO	PROFESSORES			ATENDENTES			ADMINI S TRATIV OS	AS D	Total
	Nível Médi o	Gradu ação	Pós- lato sensu	Nível Médio	Gradu ação	Pós- lato sensu			

Escola Marechal Rondon	0	8	33	-	-	-	1	24	66
Escola Willian Tavares	0	3	30	-	-	-	5	24	62
Escolas do Campo	3	13	3	-	-	-	2	5	25
CEI	0	42	55	45	7	9	7	80	245
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>63</b>	<b>123</b>	<b>45</b>	<b>7</b>	<b>9</b>	<b>15</b>	<b>133</b>	<b>398</b>

Fonte: Plano Municipal de Educação – PME (COXIM, 2016, p.104).

As escolas que oferecem o Ensino Fundamental (séries/anos iniciais, finais e EJA) na rede municipal possuem atualmente 156 professores dos quais 42% têm pós-graduação, conforme apresentado no quadro. Também pode ser observada a quantidade de professores em cada especialidade.

Para esse dado, cabe ressaltar que há um desafio a ser elencado no planejamento educacional da rede municipal no que se refere à formação (inicial, mas principalmente continuada) de seus docentes.

Tabela 3. Professores das escolas de ensino fundamental da rede municipal de Coxim com graduação, em 2015.

<b>ÁREA/Disciplina</b>	<b>Marechal Rondon</b>	<b>William Tavares</b>	<b>Escolas do Campo</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Arte</b>	2	2	0	4
<b>Ciências Biológicas</b>	0	2	0	2
<b>Ciências Hab. Matemática</b>	2	1	0	3
<b>Ed. Física</b>	3	3	1	7
<b>Geografia</b>	3	1	0	4
<b>História</b>	3	3	1	7
<b>Letras</b>	11	10	4	25
<b>Matemática</b>	1	1	1	3
<b>Normal Médio/Magistério</b>	1	1	3	5
<b>Normal Superior</b>	3	0	1	4
<b>Pedagogia</b>	12	9	5	26
<b>Pós Graduação</b>	33	31	2	66
<b>Total Geral</b>	<b>74</b>	<b>64</b>	<b>18</b>	<b>156</b>

Fonte: Plano Municipal de Educação – PME (COXIM, 2016, p.106)

Esse cenário revela a necessidade e importância de se investir na formação inicial e continuada dos profissionais que atendem à educação na rede municipal, bem como os

professores da primeira etapa do ensino fundamental. Para tanto, porém, faz-se necessário tornar atrativa e duradoura a carreira do magistério bem como a de todos os profissionais da educação. Portanto a meta 15 do PME, bem como algumas das estratégias alinhadas com o PNE, traz como perspectiva a consolidação dessa necessidade.

Ao analisar o PNE, Dourado (2016) destaca sua importância a despeito dos limites e, no tocante à valorização profissional, analisa as metas 15 a 18, sinalizando sobre sua materialização. A esse respeito, afirma:

*A Meta 15, garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o DF os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação, tem sido objeto de luta e reivindicação pelos segmentos acadêmicos e sindicais e se articula às deliberações da Conae. Destaque-se dois movimentos para a efetivação dessa meta e de boa parte de suas estratégias: 1) a aprovação do Parecer CNE/CP nº 2, de 2015, em 9 de junho de 2015, cuja homologação pelo MEC efetivou-se em 25 de junho de 2015 e, em decorrência desse parecer, a Resolução CNE/CP nº 2, de 2015, de 1 de julho de 2015; 2) a proposta de política nacional de formação de profissionais da educação, lançada pelo MEC, em 25 de junho de 2015, e submetida a consulta pública, que ratifica as concepções contidas no Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, sobre a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, e insere questões específicas da formação dos funcionários e técnicos, visando a conferir maior organicidade à formação dos profissionais da educação.*

No tocante à meta 15 do PME, as estratégias propõem elementos para o cumprimento dessa garantia:

*[...] em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos(as) os(as) professores(as) da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (COXIM, 2016, p.101)*

Tendo em vista que a temática da valorização abrange outras categorias e apresenta outros desafios que envolvem, além da formação, as condições de trabalho e salário, as metas 16, 17 e 18 complementam os indicadores que sinalizam a atual realidade.

*[...] formar, em nível de pós-graduação, 60% dos(as) professores(as) da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (COXIM, 2016, p.101)*

Esse apontamento da meta 16, baseado nos indicadores que constata a imprescindível adequação do plano de carreira, propõe uma política que incentive o desempenho e o desenvolvimento profissional compatíveis com uma educação de qualidade,

que estejam organizados para uma efetiva progressão profissional, e que tenham critérios para qualificação da meritocracia e do compromisso com a aprendizagem do aluno e com o projeto educacional da instituição. (COXIM, 2016, p.104)

A continuidade dos apontamentos no PME traz também a afirmação de que a formação dos professores é importante, mas considera que todos os profissionais da educação, incluindo os não-docentes e os demais servidores, precisam dela em caráter permanente para dar sentido à sua atuação e para se apropriar dos princípios da Proposta Pedagógica da Rede e da escola. Todos precisam compreender que, como servidores da educação, estão ao serviço da aprendizagem de todos os alunos da escola.

Para essa demanda, cabe mencionar as estratégias pontuadas na meta 17 do PME, cujas ações contemplariam a perspectiva de [...] valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME. (COXIM, 2016, p.101)

Dentre as estratégias mais relevantes, encontram-se as seguintes ações: 17.1 constituir, no segundo ano de vigência do PME, fórum específico com representações de órgãos públicos, de trabalhadores(as) da educação e de segmentos da sociedade civil, para acompanhamento da atualização do valor do piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, de acordo com o custo-aluno; e 17.2 assegurar a valorização salarial, com ganhos reais, além das reposições de perdas remuneratórias e inflacionárias, e busca da meta de equiparação da média salarial de outros profissionais de mesmo nível de escolaridade e carga horária, até o final da vigência do PME.

Há, ainda, a perspectiva de contratação de novos profissionais do magistério para atender a expansão, projetada para 2016, de universalização da educação básica obrigatória (4 a 17 anos). Outro indicador relevante refere-se ao contingente de profissionais em idade para aposentadoria, cuja substituição vai requerer novas contratações.

Quanto à meta 18 do bloco da valorização dos profissionais, o PME do município, pautado na análise situacional, confere em sua meta:

[...] assegurar, no prazo de dois anos, a existência de Planos de Carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública e, para o Plano de Carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal. (COXIM, 2016, p.101)

As estratégias trazem como ações a adequação de alguns aspectos para que assim o Plano de Cargos e Carreira e Remunerações (PCCR) se alinhe às exigências legais e ao cumprimento das metas. É conferido destaque para as seguintes estratégias: 18.2 oferecer, aos docentes iniciantes, cursos de aprofundamento de estudos na sua área de atuação, com destaque para os conteúdos e as metodologias de ensino, na vigência do PME; 18.4 garantir, nos Planos de Cargos, Carreira e Salário dos(as) profissionais da educação municipal, licenças remuneradas e incentivos salariais para qualificação profissional, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, a partir do primeiro ano de vigência deste PME, cabendo à Lei Complementar definir os critérios e limites para a concessão desse benefício; 18.6 instituir, no município, juntamente com o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (SINSMC), comissões permanentes de profissionais da educação da rede municipal de ensino, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos Planos de Carreira; 18.12) criar critérios específicos no Plano de Cargos, Carreira e Salários dos profissionais de educação, com política salarial fundamentada em titulação, experiência, qualificação e desempenho, visando valorizar o profissional de educação, no segundo ano de vigência do PME.

Com essas proposições, ocorreu alguma superação nas condições dos trabalhadores da educação e principalmente nas assimetrias no plano de carreira, na contratação e ainda na (re)construção da identidade dos profissionais da educação, marcada por discussões e embates. Conforme afirma Dourado:

Nas últimas décadas, outros importantes avanços se efetivaram na agenda da legislação e das políticas nacionais, destacando, entre outros: a Lei nº 11.738, de 2008, que instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica; a Lei nº 12.014, de 2009, que definiu, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação; a Resolução CNE/CEB nº 2, de 2009 do Conselho Nacional de Educação, que fixou as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, em conformidade com a Lei nº 11.738, de 2008; a Resolução nº 5, de 2005 do Conselho Nacional de Educação que instituiu a área de Serviços de Apoio Escolar como a 21ª Área Profissional; o Decreto nº 6.755, de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica; o Decreto nº 7.415, de 30 de dezembro de 2010 que instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, dispõe sobre o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (Profucionário), e dá outras providências. (DOURADO, 2016, p. 42)

Nas Políticas e Planos Educacionais, ficam evidenciados os dispositivos legais que sinalizam avanços aos docentes e demais profissionais de educação, sobretudo pelo fato de o

MEC apresentar esforços e cumprir as metas, estruturando e disponibilizando e efetivando formação a todos.

### **CAPÍTULO III – ANÁLISE DOS DADOS SOBRE AS AÇÕES LOCAIS DO PAR E DO PME DE COXIM – MS**

Neste capítulo será apresentada a análise dos dados, na qual procuramos constatar as contribuições que o Plano de Ações Articuladas trouxe para a valorização docente do município de Coxim. O contexto político-educacional considerado (de 2007 a 2015) foi o período de elaboração do PAR e do PME de Coxim, bem como das informações e depoimentos dos atores envolvidos no processo de elaboração, execução e monitoramento. Esses dados foram analisados com base nos critérios definidos nos dois planejamentos estratégicos da gestão municipal, objeto de análise desta pesquisa, com as impressões e considerações dos profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino de Coxim sobre a valorização docente nos planos.

Observamos que a análise ocorreu a partir das ações e estratégias dos planos previstas e executadas, sobretudo os aspectos da valorização docente que avançaram e/ou melhoraram: infraestrutura e recursos didáticos pedagógicos; formação continuada; implantação do piso salarial e adequação do PCCR; e jornada de trabalho com a implementação de 1/3 do tempo destinado ao planejamento. Também consideramos e analisamos os índices educacionais iniciais a partir da implantação e implementação do PAR e PME, representados nas avaliações oficiais.

Sendo o PAR um plano que se configura como um instrumento orientador das Políticas do MEC, a partir de 2007 as práticas e planejamento dos gestores municipais e estaduais contam com a assistência técnica e financeira para assim adequar ações e estratégias para cumprir as metas educacionais, prevendo em seus planos as possibilidades e necessidades mais relevantes.

A questão norteadora é analisar em que proporção o PAR se efetivou como instrumento estratégico e de que forma contribuiu para efetivar ações de valorização docente, tendo em vista o caráter descentralizador e participativo inerentes à sua implementação. Todos os aspectos para compreender e problematizar limites e possibilidades do planejamento estratégico - PAR - estão explicitados e discutidos ao longo desta análise.

#### **3.1. Analisando as dimensões que contemplam a valorização docente: ações do PAR efetivadas no âmbito da qualificação**

Considerando as etapas para a elaboração do PAR, deveriam ser priorizadas as ações definidas pelo Comitê Gestor e Comitê Local, ainda no 1º ciclo do plano, a partir dos

indicadores com pontuação 1 e 2. Em seguida, viria a definição das ações que iriam auxiliar na melhoria dos indicadores prioritários e, assim, realizar o detalhamento das ações. Posteriormente a todas essas etapas deveria ser organizada a apresentação do PAR ao prefeito para aprovação e encaminhamento ao FNDE - (PMCTE -SIMEC). A etapa seguinte seria o processo de definição da Forma de Execução das Ações: as ações a serem executadas pelo município, considerando o guia prático de orientações MEC/FNDE, servindo para a equipe técnica municipal se orientar e definir as ações que comporiam o PAR do município de Coxim, cujos programas estariam disponibilizados pelo Ministério da Educação, suas autarquias, com ações de assistência técnica e/ou financeira do MEC e que poderiam ser solicitados pelos municípios em seus respectivos planos, além de subações com execução pelo próprio município ( MEC, 2011,p.2).

Dessa forma, o guia orientaria, para o segundo ciclo do PAR, a atualização dos dados do município, o diagnóstico, na nova proposta apresentada pelo MEC em 2010 para a vigência do PAR 2011-2014, sendo que a realidade local deveria enfatizar a importância do planejamento na construção da qualidade do ensino. O Plano de Ações Articuladas deveria refletir a análise do monitoramento com avaliação criteriosa do que foi executado e constituir um planejamento plurianual para os próximos quatro anos. Esse processo deveria ser norteado pela busca da qualidade do ensino em todas as escolas, atendendo às expectativas de aprendizagem de cada série e alcançando os resultados e metas previstos a partir do IDEB. Diante do exposto, apresentarei a seguir as subações elencadas no PAR 2007-2010 e no PAR 2011-2014 (Anexo B), cujas implicações contemplam os aspectos da valorização docente: condições e jornada de trabalho, formação inicial e continuada aos professores, e remuneração salarial.

Segue a apresentação das ações inerentes à dimensão:

Implantar Conselhos Escolares, Implantar Conselhos Municipais de Educação; Implantar e/ou reestruturar o Plano Municipal de Educação; Implantar política de apoio às escolas: parcerias para desenvolvimento de metodologias específicas para a Ed. Integral; Elaborar plano de mobilização de gestores para ampliar os contatos com visitas e disponibilização dos espaços escolares à comunidade; Implementar ações de planejamento para o provimento das demandas da rede (micro planejamento); Implementação de política de formação continuada aos docentes que atuam na Ed. Infantil, considerando a Lei 10.639e princípios das Diretrizes para a Ed. do Campo; Implantar políticas de análise e divulgação dos resultados das avaliações educacionais do MEC (COXIM, 2007).

Na **Dimensão 1 – Gestão Educacional** encontram-se ações que não geram implicações no processo de ensino, no entanto são aspectos intrínsecos às atribuições, finalidades da prática docente.

No segundo ciclo do PAR, para a dimensão 1, estão apresentadas no documento as seguintes ações:

Implantar, acompanhar e avaliar o Plano Municipal de Educação – PME com base no PNE; Criar e/ou compor o Conselho Municipal de Educação (CME); Revisar os Projetos Pedagógicos (PP) nas escolas inclusive nas de alfabetização de jovens e adultos (AJA) e da educação de jovens e adultos (EJA), com a participação dos docentes e do CE na elaboração; Composição e atuação do Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica FUNDEB; Implantar o Comitê Local do Compromisso com regulamentação clara quanto às competências, composição e funcionamento; A partir do planejamento da SEMED promover concurso para o provimento dos e cursos de formação em serviço aos servidores; Publicizar o ato legal que estabelece critérios para escolha de diretores escolares e garantir o provimento de todas as vagas de acordo com esses critérios na Rede Municipal de Ensino; Implementar um sistema de supervisão da Rede escolar, provendo vagas de coordenadores ou supervisores pedagógicos nas escolas, de forma a garantir a presença, em tempo integral, desses profissionais em todas as unidades escolares; Implementar ações de planejamento na secretaria municipal de educação para todas as escolas, com vistas ao provimento de vagas de docentes na rede de ensino, procurando reduzir o número de remoções e substituições no quadro de professores das unidades escolares; Promover o debate para revisão das regras para o estágio probatório de professores e demais profissionais da educação, na legislação vigente; Plano de carreira para o magistério; Piso salarial do professor; Existência de professores para o exercício da função docente no atendimento educacional especializado (AEE) complementar ao ensino regular.(CTPE –PAR Coxim., 2011)

Na **Dimensão 2. Formação de Professores e dos Profissionais de Apoio**, encontram-se ações referentes à valorização principalmente quanto à formação continuada; e no segundo ciclo do PAR, ações referentes à qualificação para o exercício no magistério, além de contemplar cursos de formação continuada, como apresentado a seguir:

Expandir as atividades de contra-turno nas escolas, articulando às atividades como o PP com a implementação do programa Rádio Escola; Implementar política de formação continuada dos docentes que atuam na Educação Infantil (creches e pré-escola) considerando a Lei 10.639 e os princípios preconizados pelas Diretrizes para a Educação Básica nas Escolas do Campo; Implementar políticas voltadas para a formação continuada dos professores que atuam nos anos/séries iniciais do ensino fundamental, considerando também as especificidades das escolas do campo; Formular e implantar políticas voltadas para a formação de professores que atuam nos anos/séries iniciais do ensino fundamental, visando integrar à melhor qualidade de aprendiz da leitura /escrita e matemática, considerando também as especificidades das escolas do campo; Desenvolver plano de formação continuada de professores da Educação Básica visando o cumprimento da Lei 10.639/03 (COXIM, 2008).

Na continuidade das ações, no ciclo seguinte, observa-se ainda a ênfase na formação, qualificação dos docentes, constituída como ações de médio prazo; é previsto, também, um processo de aprimoramento contínuo aos professores e profissionais de apoio com diversos programas, ampliando a parceria MEC, estados e municípios. Ocorreu, ainda, uma alteração para o levantamento diagnóstico no qual novas orientações para a aplicação do instrumento reforçam aspectos importantes, como demonstrado no documento:

1. O diagnóstico proposto é de caráter participativo e tem por objetivo promover uma análise compartilhada da situação educacional da rede municipal; 2. O instrumento para o diagnóstico da situação educacional local está estruturado em quatro grandes dimensões: dimensão 1 - Gestão Educacional; dimensão 2 - Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar; dimensão 3 - Práticas Pedagógicas e Avaliação; e dimensão 4 - Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos; 3. No total são 82 indicadores, que deverão ser pontuados segundo a descrição de critérios correspondentes a quatro níveis de pontuação. Após avaliação da equipe, a escolha de um desses quatro níveis deve corresponder à situação que melhor reflete a realidade local com relação àquele indicador (BRASIL, 2011, p.3).

Percebe-se que os critérios de pontuação nesse segundo ciclo dificilmente gerariam situações idênticas à do município, fazendo com que a equipe e comitê local discutissem e avaliassem um a um, com o objetivo de chegar ao consenso sob qual pontuação estaria mais adequada à situação do município, tendo como base para discussão dados do MEC e da SEMED (levantamento de evidências concretas como, por exemplo, os Indicadores Demográficos e Educacionais – IDE, Legislação Municipal, informações sobre as escolas, sobre os professores e outros profissionais da Educação).

Nesse contexto, cabe reconhecer que as possibilidades de avançar consideravelmente na qualificação dos docentes se apresentaram bem mais coerentes que no primeiro ciclo do plano, conforme se vê nas ações a seguir:

Assegurar a contratação de professores habilitados para o provimento de novas vagas nas creches e pré-escolas municipais; Assegurar a contratação de professores habilitados para o provimento de novas vagas nas escolas com os anos iniciais do Ensino Fundamental, nas que oferecem EJA e favorecer a formação exigida em lei, a todos os professores que já atuam na Rede Municipal de Ensino; Assegurar a contratação de professores habilitados para o provimento de novas vagas nas escolas com os anos finais do Ensino Fundamental, nas que oferecem EJA e favorecer a formação exigida em lei, a todos os professores que já atuam na Rede Municipal de Ensino; Assegurar as condições necessárias para que os professores que atuam na educação infantil (creches e pré-escolas) possam fazer formação continuada em serviço; Implementar políticas de formação continuada aos professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental e EJA para que possam fazer formação continuada em serviço; Implementar políticas de formação continuada aos

professores que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental e EJA visando a melhoria da qualidade da aprendizagem de todos os componentes curriculares e assegurando condições necessárias para que possam fazer formação continuada em serviço; Implementar políticas para a formação continuada de professores que visem ao desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas, nas classes comuns em todas as etapas e modalidades; Implementar política de formação educação básica que atuam no atendimento educacional especializado (AEE), complementar ao ensino regular; Implementar política de formação educação básica que atuam em escolas do campo para cursos de formação para o atendimento nessa modalidade; Implantação de políticas para a formação de professores da educação básica visando o cumprimento das Leis: 9.795/99; 10.693/03; 11.525/07 e 11.645/08; Implementação de Políticas de Formação de profissionais da Educação e de outros representantes da comunidade escolar; Implementar o Programa Educação Inclusiva: Educação para a Diversidade e consolidar o plano de formação para gestores, equipes pedagógicas, docentes e profissionais de serviço e apoio escolar a participação nos curso do programa; Incentivar a participação dos profissionais de serviços e apoio escolar e representantes da comunidade escolar nos cursos de programas de qualificação (COXIM,2011)

**A Dimensão 3 - Práticas Pedagógicas e Avaliação** também tem relação com as questões da valorização docente, tendo em vista que as áreas da dimensão são compreendidas por aspectos como organização da rede de ensino; organização das práticas pedagógicas; avaliação da aprendizagem dos alunos; e tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem. Esses aspectos referem-se diretamente à atuação e resultados desenvolvidos pelos docentes. Também cabe mencionar que, durante as discussões para definição das ações desta dimensão, o comitê do processo de organização pontuou a relevante e necessária participação dos demais profissionais da educação, no sentido de estarem incluídos nas propostas de formação, participação de reuniões e conselhos bem como nos projetos e ações das unidades escolares.

Para tanto, há de se atentar para o fato de que ambos os ciclos do PAR elencam ações importantes para a melhoria dos aspectos das áreas apresentadas e contemplam a participação de todos os profissionais que atuam nos que processos escolares:

Implantar uma sistemática e cronograma de reuniões, para discussões sobre conteúdos e metodologias de ensino; Promover a execução das práticas pedagógicas alternativas previstas no planejamento das escolas e secretaria; Expandir os programas de incentivo à leitura em todas as escolas, em especial, apoio pedagógicos às escolas do campo que atendem Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental (classes multisseriadas); Criar uma política educacional, como componente, o estímulo à auto avaliação e às práticas interdisciplinares; Elaborar um Plano e orientar as escolas a incluírem no PP tempo destinado para assistência individual e/ou coletiva aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem durante o ano letivo; (COXIM, 2008)

A compreensão que se tem do ponto de vista da organização dos processos administrativo e pedagógico do contexto escolar traz como perspectiva uma melhoria expressiva nas condições do/para o trabalho docente. Essa continuidade, no ciclo do PAR-2011, é confirmada pelas ações destacadas a seguir:

Implantação e organização do ensino fundamental de 9 anos, realizando as adequações na proposta pedagógica e na infraestrutura das escolas da rede municipal; Implantação e organização do ensino obrigatório de 4 a 17 anos promovendo a discussão sobre universalização e assegurar as condições necessárias para a progressiva expansão; Implantar uma política de educação integral nas escolas da rede municipal de ensino; Definir e implementar políticas para correção de fluxo escolar; Implantar uma sistemática de estudo e proposta curricular da Rede de Ensino e as especificidades e características das escolas, para que a comunidade escolar participe das discussões para sua atualização; Assegurar as condições necessárias à organização e orientação do processo de escolha do livro didático nas escolas da rede municipal; Manter as equipes pedagógicas e os professores da rede atualizados nas metodologias de alfabetização para crianças, assegurando as condições de implementação, da metodologia que mais se adequar ao PP; Incluir como componente da política educacional, a ser considerado no projeto pedagógico (PP) de cada escola, a realização de práticas pedagógicas alternativas fora da escola; Implantar calendário de reuniões para discussão do currículo e metodologias de ensino; Manter as equipes pedagógicas e os professores atualizados sobre as estratégias para as estratégias para a avaliação dos alunos e práticas interdisciplinares, considerando para sua implantação, as diretrizes da SEMED e os projetos pedagógicos (PP) das escolas. (COXIM, 2011)

Cabe ressaltar que, a respeito da valorização, os embates sobre a profissão docente, a profissionalização e o fazer docente sempre estiveram nas pautas de luta para se definir a concepção de valorização. Com a aprovação do Plano Nacional de Educação em vigência, vêm apresentando alguns avanços no âmbito escolar as políticas visando superação do cenário marcado pela necessidade de diretrizes nacionais para as carreiras, piso salarial nacional para todos, melhoria das condições de trabalho e garantia de formação inicial e continuada para os profissionais da educação.

Segundo Dourado (2016, p.39), as concepções são fundamentais para discutir e avançar a agenda ampla que compõe a valorização envolvendo questões como formação inicial e continuada, carreira, salários e remunerações, condições de trabalho e saúde, que certamente interferem no pensar e no fazer político-pedagógico do profissional da educação e, portanto, na sua profissão.

Portanto a proposta do Plano e Ações Articuladas e as implicações das ações trouxeram possibilidades de inserção, a partir da (re)definição dos profissionais, das exigências de formação técnica ou superior em área pedagógica ou afim, sobretudo para o

envolvimento e participação nos processos educacionais na escola. Essa mudança na LDB recontextualiza o que se entende por educação e redefine os diferentes profissionais que a constroem no cotidiano das instituições de educação básica.

A última dimensão do Plano, **Dimensão 4: Infraestrutura e Recursos Pedagógicos** relaciona-se com os demais aspectos e áreas das dimensões anteriores sobretudo por complementar a ordem da estrutura organizacional da rede de ensino. As condições de trabalho estão intrinsecamente ligadas à infraestrutura da rede de ensino bem como na forma que esse aspecto influencia o processo de ensino e aprendizagem. Outra questão inerente à dimensão é a informação que todos os partícipes do processo de ensino na escola devem ter: sobre os padrões de funcionamento das escolas estabelecidos pelo MEC e sobre os programas do FNDE vinculados às escolas. E, por fim, demonstra a relevância da ligação entre práticas pedagógicas e os recursos pedagógicos, principalmente como os recursos pedagógicos podem favorecer o processo educativo.

As ações apresentadas para essa dimensão estão descritas da seguinte forma:

Desenvolver estratégias para ativar gradativamente os laboratórios existentes considerando as orientações do manual de padrões mínimos e implantar salas de recursos multifuncionais, inclusive nas escolas do campo; Implantar gradativamente salas de vídeo nas escolas com materiais didáticos atualizados; Elaborar plano para aplicação do acervo bibliográfico (de referências e literatura) para as escolas da rede e incentivar a produção de materiais específicos para as escolas do campo considerando a diversidade e regionalidade. (COXIM, 2008)

Torna-se importante destacar que, para a discussão dessas ações, foi necessário ao comitê pautar-se no diagnóstico, seguindo a regra fundamental colocada pelo MEC: da importância da participação dos membros da equipe-comitê local para levantamento do diagnóstico e, por consequência, a elaboração do PAR, ações e subações. Compreende-se, dessa forma, que o PAR foi e é determinante para a melhoria do IDEB e os índices, fator determinante para a liberação de mais recursos do MEC/FNDE.

Para o levantamento das reais necessidades das escolas da rede municipal de ensino, o comitê deveria ampliar a visão inicial e estabelecer relações mais amplas, de modo a visualizar os fatores determinantes dos problemas, e elaborar um plano com alternativas de ação. Foi certamente o fator mais coerente de toda a proposta do plano, conforme se pode conferir nas ações do PAR-2011:

Garantir condições necessárias para as condições necessárias para a aquisição (ou construção) e manutenção de infra-estrutura física para o funcionamento da secretaria municipal de educação; Garantir condições necessárias à aquisição de novos mobiliários e equipamentos para a secretaria municipal e equipamento, a manutenção dos existentes bem como as condições para o deslocamentos do

professores e funcionários para visitas e outras atividades; Construir novos espaços, nas escolas da rede para as bibliotecas (ou espaços de leituras) com esforços progressivos para a universalização das bibliotecas escolares de acordo com a lei 12.224/2010; Garantir as condições necessárias à ampliação, melhoria e manutenção da infra-estrutura física das escolas de educação infantil, incluindo as do campo, e as escolas de ensino fundamental; Garantir a aquisição regular de materiais pedagógicos diversos para as escolas da rede municipal, considerando as necessidades explicitadas no planejamento anual dos professores e PP da escola; Garantir a aquisição regular de equipamentos e materiais esportivos para as escolas da rede municipal, considerando as necessidades explicitadas no planejamento anual dos professores e PP da escola; Garantir a aquisição regular e/ou a produção de materiais didáticos e pedagógicos diversos para todas as etapas e modalidades, considerando as necessidades explicitadas no planejamento anual dos professores e PP da escola;(COXIM,2011)

As ações e as subações são expostas nos quadros do documento, PMCTPE-PAR município de Coxim dos dois ciclos (2007 e 2011), porém nem todas foram passíveis de financiamento ou apoio técnico do MEC. Algumas ações foram estabelecidas com a contrapartida e recursos próprios da Secretaria Municipal de Educação. Com princípios fundamentalmente pautados no regime de colaboração, conclui-se que, para a melhoria da qualidade do ensino, união e municípios prioritários seguiram a premissa descrita na política:

O Plano de Ações Articuladas (PAR) - um dos programas constituintes do PDE - foi lançado como um plano de cooperação entre municípios, estados e União, pelo Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007. Este Decreto em seu Art. 8º § 5o - prevê que “o apoio da União dar-se-á, quando couber, mediante a elaboração de um Plano de Ações Articuladas - PAR”, o qual é definido e em seu Art. 9º como “o conjunto articulado de ações, apoiado técnica ou financeiramente pelo Ministério da Educação, que visa o cumprimento das metas do Compromisso e a observância das suas diretrizes”. (BRASIL, 2007b).

A conclusão obtida, portanto, é que no Plano de Ações Articuladas do município de Coxim encontram-se elementos da Assistência Técnica, Termo de Cooperação e Assistência financeira como também Transferência Voluntária. No entanto é importante destacar que, conforme afirmação de Adrião e Garcia, a adesão ao Plano pode possibilitar, por um lado, que se instaurem mecanismos meramente formais, apenas para cumprir exigências legais, incluindo-se a redução dos processos pedagógicos ao preparo para os exames externos, considerando-se que os resultados das avaliações concorrerão para o aumento dos recursos. Porém, por outro lado, “é certo que os gestores municipais devem ser chamados a responder politicamente pelo direito a uma educação de qualidade para todos e para cada um” (ADRIÃO e GARCIA, 2008, p. 792).

Essa afirmação está confirmada e explicitada na efetivação das ações no âmbito das escolas e foi detectada nas respostas dos sujeitos envolvidos, partícipes da elaboração do plano e concomitantemente profissionais que atuam na rede municipal de ensino. E, frente à

análise, constata-se ainda que, no processo da implantação do Plano, houve a possibilidade de inserção de todos, porém o PAR apresenta-se com o caráter de imposição da política, vulgo “de cima pra baixo”, e que não há outras alternativas senão seguir as ações delineadas pelo Governo, e a adesão está fundamentalmente atrelada a esses programas para obtenção de repasse de recursos.

Todos esses aspectos condizem com as impressões e relatos dos sujeitos entrevistados e serão apresentados e discutidos no subitem a seguir.

### **3.2. As ações do PAR e reflexos na gestão do ensino municipal de Coxim**

Para melhor compreensão e análise do objeto de pesquisa, verificamos e comparamos os aspectos do PAR do município de Coxim em seus dois ciclos: 2007-2010 e 2011-2014 por entender que apresentam marcos diferenciados, que direcionam a continuidade e destacam a prioridade na política dos planos.

Nesta etapa da pesquisa, serão analisados os dados obtidos através das entrevistas com os gestores – secretários(as) de educação do município bem com os membros representantes que compuseram os Comitês Gestor e Local com vistas a confrontar os dados descritos nos Planos e a efetividade das ações no processo de execução, monitoramento e avaliação dos planos. Nas questões elaboradas para as entrevistas estão inerentes os processos de implantação, metodologia adotada para a composição de equipes e elaboração do documento, o apoio técnico e financeiro e as repercussões na valorização dos docentes.

Para tanto foram consideradas na íntegra as interpretações dos sujeitos envolvidos no processo de elaboração do PAR, desde o diagnóstico até a análise das ações que implicam a valorização docente.

Ressaltamos que a adesão ao PAR em 2007 conferiu a exiguidade nos prazos estabelecidos. No início, com o diagnóstico e definição das ações, esse fator foi um entrave uma vez que não permitiu a efetiva participação da comunidade, restringindo a responsabilidade da elaboração do projeto a pequenos grupos de técnicos das Secretarias de Educação ou, até mesmo, a uma pessoa.

A partir do questionamento feito às secretárias municipais de educação sobre o motivo para a adesão ao Plano de Metas “Compromisso todos pela Educação – PAR”, a primeira secretária expressa grande expectativa em relação ao impacto na educação da rede considerando as metas do plano:

*“Pensamos que seria muito bom pra educação da rede municipal”. Para melhorar a situação da educação. Com o objetivo de melhorar os índices, as mudanças advindas do quando foi proposta a adesão, o PAR gerou boas expectativas tendo em vista a Plano proporcionaria a melhoria das condições e do atendimento, e resolvendo parcialmente os problemas atendendo melhor as necessidades das unidades”. (ENTREVISTADA A, COXIM, 27/6/2016)*

Cabe explicar que o processo de implantação se deu no ano de 2007, no mês de outubro, mais precisamente, e o início das etapas para a elaboração (apresentação do PAR, dos objetivos e da metodologia de trabalho; discussão e síntese de informações preliminares; informações sobre os dados da unidade; respostas às questões pontuais; elaboração do diagnóstico sobre indicadores qualitativos; construção do Plano – PAR a partir dos indicadores e envio para a análise da equipe técnica do MEC) aconteceu ao longo do ano de 2008. Posteriormente, outro prefeito assumiu e indicou uma nova secretária para a gestão da educação municipal 2009/2012.

Essa configuração do contexto político daquele momento, no qual a secretária de educação e o prefeito mudaram em função do resultado das eleições, não impediu a consolidação do pacto. No entanto os aspectos ideológicos e políticos interferiram na composição do comitê gestor bem como no comitê local, tendo em vista a indicação de novos profissionais que iriam compor a equipe da secretaria municipal para a próxima gestão. As mudanças dos membros não foi um entrave para a definição das ações do Plano, pois já estavam definidas. A continuidade das ações deveria ser seguida. A secretária que assumiu a secretaria em 2009 tece as seguintes considerações quanto à adesão ao Plano:

*“Na ocasião eu não estava ainda secretária. No início da gestão 2009/2012 era outro, portanto não fui eu quem assumiu inicialmente a elaboração do PAR.”*

A constituição do comitê gestor e local já havia sido feita, e a secretária considerou a maioria dos membros, porém os cargos da secretaria necessariamente foram trocados e novos membros, novos técnicos, assumiram. Cabe mencionar que a pessoa que atuaria como operador(a) do PAR foi indicada, portanto, pela nova secretária.

Em sua avaliação, a nova secretária confirma que a implantação foi um processo e que ele e sua equipe tiveram conhecimento da proposta no decorrer da elaboração e, assim, puderam observar as implicações que o PAR traria na gestão da educação municipal. Assim narra, sobretudo destacando as dificuldades:

*[...] aconteceu uma capacitação do FNDE/UNDIME, que nos esclareceu sobre a elaboração do PLANO e posteriormente aos técnicos. Aconteceu ainda uma assessoria da SED aos técnicos da Secretaria Municipal (SEMED)”. [...] tivemos dificuldades técnicas com o Sistema (SIMEC), que por vezes ocorria um “congestionamento” na hora de preencher e operacionalizar as etapas da elaboração do plano bem como no envio, no sistema. (ENTREVISTADA B, Coxim, 21/6/2016)*

Já para o segundo ciclo do PAR, a impressão da secretária que assumiria a próxima gestão não coincide com as impressões e dificuldades iniciais, enfrentadas na primeira versão do plano. Na narrativa, ela diz que a continuidade do PAR teve que ser processada na medida em que as ações, já definidas na gestão anterior (comitê gestor do PAR 2007-20011), fossem liberadas para a execução.

*“Através do SIMEC tive conhecimento sobre o Plano, as ações e recursos que estavam liberados. Algumas das ações, como por exemplo, a entrega de mobiliário, eu quem efetuei o pagamento. Portanto a continuidade foi para as ações cujos recursos já estavam liberados e executei pagamentos, e também acompanhei e monitorei algumas ações”. (ENTREVISTADA C, Coxim 28/06/2016).*

Diante da análise sobre os princípios dos documentos sobre o PAR no conjunto das instâncias (**A organização das Leis:** Lei de Diretrizes e Bases, do Plano Nacional -PNE, Estadual – PEE e Municipal de Educação – PME; **a organização interna das políticas educacionais:** o Plano de Desenvolvimento da Educação-PDE, Planejamento Estratégico da Secretaria; e a **Mobilização dos Planos e Políticas da Educação:** Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, Diretrizes e Metas Nacionais), o PAR foi considerado um **instrumento que organiza e operacionaliza as ações** vinculando cooperação técnica e financeira da União. Os municípios priorizados consolidam, dessa forma, a implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública preconizada pelo MEC e utilizam com eficácia as avaliações para verificação de avanços nos índices e na qualidade do ensino na rede municipal.

Dessa forma, comparando os relatos das gestoras da educação municipal, no que se refere ao planejamento estratégico da secretaria de educação que tem como meta principal melhorar a qualidade da educação, o PAR auxiliou e auxilia a gestão educacional em termos técnicos e financeiros. No entanto, e ainda com base na análise documental, a articulação entre as ações dependeu do planejamento e da realidade situacional das unidades escolares que também tinham sua organização interna e legal.

Os princípios estabelecidos na política educacional da Rede Municipal de Ensino estão referidos na Proposta Pedagógica das unidades escolares, no Regimento Interno e na

operacionalização das ações articuladas e referidas no Plano de Desenvolvimento da Escola, PDE-Escola.

E, nesse contexto didático sobre a visão na qual está organizada a Política Educacional do Município, como está refletido no PAR, visualiza-se a importância das ações locais (da Rede Municipal especificamente) estarem articuladas em um mecanismo de cooperação MEC/FNDE-PAR, entendido como mecanismos de cooperação entre as secretarias-PAR e escolas-PDE, para melhorar os índices educacionais e conquistar a educação de qualidade que todos almejam, para todos os alunos da rede de ensino do município.

Há de se considerar, também, que a articulação entre o PAR e o PDE Escola se faz necessária uma vez que a consonância e a correspondência das diretrizes do Plano de Metas estão contidas nos indicadores do diagnóstico e nos programas ofertados pelo MEC, propostos nos dois planos, quais sejam: Programa Mais Educação, Acessibilidade, Pró Info e Conselhos Escolares. Destacamos que, para as subações das ações descritas e definidas para cada uma das 4 (quatro) dimensões, esses programas são classificados e sugeridos pelo MEC para assim serem “incorporados” às estratégias do PAR.

Sobre esses aspectos, as secretárias entrevistadas foram unânimes, entendendo que o PDE contempla todos os fatores/aspectos que as escolas necessitam para garantir a oferta de um ensino de qualidade aos alunos, com boas condições de trabalho aos docentes e demais profissionais da educação, valorizando as práticas pedagógicas e avaliativas do grupo escolar, numa perspectiva da gestão democrática. Conforme relatos, podemos confirmar:

*Observo que ocorreram avanços, principalmente nos aspectos da infraestrutura. O ensino com os Programas vinculados ao PAR beneficiou todo o processo. O Transporte escolar, o Pró-Infância, capacitações e recursos pedagógicos facilitaram os processos e trouxe certamente melhoria no ensino (ENTREVISTADA A, Coxim, 27/6/2016)*

*O PAR direcionou ações para as necessidades e dificuldades da nossa Rede de Ensino: infraestrutura, transporte, alimentação escolar, formação dos profissionais, pagamento de salários. Avalio que foi um avanço principalmente para melhorarmos a infraestrutura e a formação de professores e profissionais de apoio (ENTREVISTADA B, Coxim, 21/6/2016)*

*Avalio positivamente, considerando que as ações contemplam realmente as necessidades, da infraestrutura, da formação aos profissionais da educação que resultaram na melhoria do nosso ensino. (ENTREVISTADA C, Coxim, 28/6/2016)*

As descrições das gestoras mostram que elas acreditam que a melhoria da qualidade da educação básica oferecida na Rede Municipal de Ensino ocorreu com o apoio técnico e

financeiro do MEC. No entanto somente esse fator não transformaria o ensino, mas certamente avançaria nos índices, considerando que a mobilização de recursos e parcerias da sociedade em apoio ao trabalho dos gestores nas redes de ensino, estadual ou municipal seria a ideia-chave dos mecanismos de indução de diretrizes e estratégias para a melhoria do IDEB. Nesse contexto, julgam ter sido o mais coerente para esse processo, a partir da realidade e necessidade de cada município, de cada unidade de ensino, discutindo ações prioritárias com os segmentos envolvidos.

Nas questões respondidas gestoras admitem o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Compromisso desde a etapa de adesão à elaboração do diagnóstico/construção do PAR e execução das ações:

*Para definição das ações, discutiu-se muito, e baseado na avaliação dos índices, das redes estadual e municipal, que obtínhamos no período nos remeteu a discutir e pensar nas melhores ações (ENTREVISTA A, Coxim 27/6/2016)*

*De acordo com as necessidades e realidade de nossa Rede, a articulação entre as ações foram baseadas nos índices, e nossa maior necessidade naquele momento era a Educação Infantil, cuja agilidade dos recursos, via ações do PAR possibilitou melhorar a estrutura e o atendimento. (ENTREVISTADA B, Coxim, 21/6/2016)*

Para a secretária que participou da gestão das ações do 2º ciclo do PAR, a pergunta foi feita com outro direcionamento, tendo em vista que o plano já constava com o diagnóstico elaborado. A questão foi: O processo de elaboração do PAR teve como relevância a realidade e os índices educacionais da educação municipal? Enquanto secretária, observou melhora/evolução nos índices? E a resposta foi a seguinte:

*Sim, pois o PAR contemplou principalmente os municípios prioritários, com maiores dificuldades. Foi observada uma melhora significativa nos índices educacionais (ENTREVISTADA C, Coxim, 28/6/2016)*

Diante do exposto, há consonâncias na observação dos resultados das ações do PAR em relação aos princípios das diretrizes adotadas para os municípios prioritários. E, com base no trabalho realizado das equipes dos comitês – Gestor e Local, a proposta do plano foi/está sendo executada em conformidade com os objetivos. Na perspectiva desse objetivo, de envolvimento dos representantes dos segmentos na definição das metas, obtivemos e concluímos que os sujeitos envolvidos no processo analisam a proposta como muito positiva para o avanço da qualidade da educação municipal, o que pode ser confirmado nas respostas dos sujeitos:

*“Para definição das ações, discutiu-se muito, e baseado na avaliação dos índices, das redes estadual e municipal, que obtínhamos no período nos remeteu a discutir e pensar nas melhores ações” (ENTREVISTADA A, Coxim, 27/06/2016)*

*“O comitê foi constituído baseado nas orientações do Sistema/PAR. O representante dos segmentos foram indicados e eleitos nas unidades de ensino e nos demais segmentos da mesma forma, enviando a pessoa indicada para participar da elaboração, execução e monitoramento do Plano;” (ENTREVISTADA B, Coxim, 21/06/2016)*

*“Como não há Conselho Municipal de Educação ativo, somente representante do CAE e FUNDEB teve representantes legais, no comitê para acompanhar as ações;” ENTREVISTADA C, Coxim, 28/06/2016)*

*“Ocorreu a participação dos representantes em todo o processo do PAR e para reavaliar o que foi proposto e executado (ou não). O monitoramento era feito de acordo com as orientações do FNDE/MEC, periodicamente.” (REPRESENTANTE DOS COORDENADORES PEDAGÓGICO, Coxim, 20/6/2016)*

*“Fazíamos a análise com base nos dados e discutiam-se as ações que seriam importantes e pertinentes para as escolas, e aí éramos informados das ações destinadas à formação, ao mobiliário e equipamentos e outros. Assim acompanhamos o processo de execução das ações.” (REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS UNIDADES ESCOLARES, Coxim 21/06/2016)*

*“Nas reuniões eram demonstradas as ações e programas vinculados ao PAR e com base nos indicadores que a Rede Municipal apresentava-se ao grupo e definia-se as subações. No entanto, o monitoramento do PAR, a técnica responsável em operar o PAR fazia, e na oportunidade demonstrava ao grupo e avisava as escolas sobre o que estava/quando seriam contempladas.” (REPRESENTANTE DOS DOCENTES DAS UNIDADES ESCOLARES, Coxim 18/6/2016)*

Conforme revela a análise dos dados dos relatos dos membros representantes, a forma para a execução da política intrínseca no PAR cumpriu a perspectiva do envolvimento e da efetivação dos mecanismos de acompanhamento, respeitando a participação dos sujeitos nos processos. No entanto, na experiência inicial e posterior ao primeiro ciclo do plano, ocorreram algumas dificuldades de diversos âmbitos. Segundo relatos, os entraves foram percebidos e vivenciados pela equipe e eram de grande importância por constituir momentos de debate sobre a real situação educacional da rede de ensino, sobre dados demográficos e educacionais quantitativos, sobre formação e habilitação dos professores e gestores atuantes na rede naquele período e as condições da infraestrutura das unidades escolares bem como da valorização dos docentes no que se refere aos aspectos formação continuada, salários e condições de trabalho.

Segundo as entrevistadas, são esses os desafios a serem enfrentados além do efetivo acompanhamento das ações e metas, para que assim os resultados se traduzam em melhorias nos aspectos que sustentam a qualidade do ensino e que priorizam a ação docente.

A secretária do primeiro ciclo do PAR que participou da adesão e iniciou a elaboração do plano, mas não executou as ações tendo em vista a mudança da gestão municipal e da secretaria de educação municipal. Ela acompanhou todo o processo de implementação e elaboração do PAR como professora da rede e como representante do executivo, pois atualmente, como vereadora, vem acompanhando os avanços na rede de ensino municipal. Assim descreve a importância das ações e recursos:

*“Observo que os recursos, embora eu não estava à frente da secretaria como gestora, trouxeram significativas mudanças tendo em vista o que foi investido em formação e na infraestrutura que foi empenhado no ano em que trocou a gestão. No entanto lembro que no ano posterior à implantação recebemos dois ônibus do Programa Caminho da Escola. [...] o Programa Caminho da Escola, porque a responsabilidade da gestão e logística de transportar os alunos é da Rede Municipal, e o programa com a disponibilidade de mais ônibus facilitou e contribuiu e muito, considerando as distâncias das nossas unidades com a zona rural. O Pró-Infância que nos auxiliou melhorar o atendimento das creches em termos de infraestrutura e pedagógicos. Essas foram as ações de maior relevância [...] pois teve com o envio dos ônibus um impacto bem positivo na organização e gestão do transporte dos alunos. O Pró-Infância também, vinculado a ele aspectos da ampliação e construção para atendermos a demanda e capacitação dos professores da educação infantil, e demais recursos para essa etapa [...]. A colaboração técnica e financeira foi importantíssima para melhorarmos a qualidade, até mesmo nas avaliações externas, cujos instrumentos e resultados são importantes para avaliarmos o ensino e aprendizagem da nossa Rede.”*  
(ENTREVISTADA A, Coxim, 27/06/2016)

A partir dessa lógica e da análise dos relatos das gestoras, destacamos que, em relação aos investimentos do governo federal para a melhoria da educação brasileira, o cumprimento satisfatório dessa meta vem se efetivando, e fica claro o maior envolvimento da União com o contexto e cenário educacional de cada localidade. O processo da gestão democrática, o foco na aprendizagem e desenvolvimento individual dos alunos, no planejamento educacional, na formação do corpo docente, na infraestrutura, equipamentos e recursos pedagógicos bem como nas parcerias vêm trazendo muitos benefícios.

Essa perspectiva transparece na intencionalidade e finalidades das políticas públicas, conforme descrito nos documentos oficiais do Plano:

*“A implementação dessas ações nas escolas e sistemas da educação tem sido decisiva no esforço empreendido pela melhoria do aprendizado, no alcance das metas estabelecidas nas vinte e oito diretrizes do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, e na elevação do IDEB em busca dos índices projetados pelo MEC. Contudo, a busca pela qualidade na educação deve superar, e muito, os resultados das avaliações oficiais. Para tanto, os obstáculos devem ser enfrentados a partir de uma gestão participativa, de uma qualificação e valorização dos profissionais da escola e da equalização na oferta de oportunidades. Incluem-se aqui*

as condições socioeconômicas e culturais, como as referentes à raça e etnia, e à inclusão de alunos com deficiência. Políticas e práticas em municípios brasileiros dão conta de enfrentamento e superação com sucesso desses desafios. “(MEC, 2011, p.3)

A esse respeito, ao serem interrogadas se a forma de colaboração entre União, estados e municípios contribuiu para os avanços na qualidade e nos índices educacionais, as gestoras responderam que:

*“A colaboração técnica e financeira foi importantíssima para melhorarmos a qualidade, até mesmo nas avaliações externas, cujos instrumentos e resultados são importantes para avaliarmos o ensino e aprendizagem da nossa Rede” (ENTREVISTADA A, Coxim, 27/06/2016)*

*“Contribuiu sim para a organização e destinação dos recursos financeiros para a manutenção do ensino, as estratégias e dinâmica do repasse aos Municípios veio de encontro às maiores necessidades que a Rede apresentava.” (ENTREVISTADA B, Coxim, 21/06/2016)*

*[...] os investimentos são certos e garantidos e as necessidades são atendidas tendo em vista as prioridades, e o gestor tem que seguir o Plano; Portanto contribui bastante para a gestão educacional (administrativa e pedagógica) da Rede Municipal de Ensino. (ENTREVISTADA C, Coxim, 28/06/2016)*

Sobre as implicações que o PAR trouxe para a educação municipal e para a valorização dos docentes, as respostas que se referem ao fluxograma de ações estão confirmadas nos relatos dos gestores, que admitiram que parcerias foram necessárias para a organização e execução das ações.

Quando interrogadas sobre qual(ais) programa(s) atendeu(eram) as necessidades educacionais das escolas municipais e como se verificaram os resultados, mencionam (na conjuntura das ações) as ações que se relacionam com a infraestrutura e recursos didáticos e pedagógicos, com um nível de importância que se destaca em detrimento das ações relacionadas com a formação, a prática-pedagógica e a avaliação. Tal argumento é confirmado nas respostas da seguinte forma:

*“O Programa Caminho da Escola, porque a responsabilidade da gestão e logística de transportar os alunos é da Rede Municipal, e o programa com a disponibilidade de mais ônibus facilitou e contribuiu e muito, considerando as distâncias das nossas unidades com a zona rural. O Pró-Infância que nos auxiliou melhorar o atendimento das creches em termos de infraestrutura e pedagógicos. Essas foram as ações de maior relevância.” (ENTREVISTADA A, Coxim, 27/06/2016)*

*“O Programa que informatizou – PROINFO e que equipou as unidades escolares, trazendo novas possibilidades para o ensino e maior agilidade nos processos do ensino e da aprendizagem. As salas de recursos multifuncionais também atendeu as*

*necessidades com recursos didáticos, mobiliário, acervo e equipamentos adaptados.” (ENTREVISTADA B, Coxim, 21/06/2016)*

*“O Programa da Alimentação Escolar – PNAE e o Programa do Transporte Escolar Caminho da Escola, beneficiou a gestão e facilitou o atendimento; Os programas se articulam e o objetivo de um, interfere e corresponde à ação de outro, muito interessante e traz resultados positivos. A melhoria nas condições para o profissional desempenhar sua função tem bons reflexos no ensino e certamente na aprendizagem.” (ENTREVISTADA C, Coxim, 28/06/2016)*

No entanto, para os demais representantes do Comitê Local, observa-se uma diferença nos relatos, tendo em vista que os papéis dos sujeitos na/para a efetivação e percepção dos resultados das ações são distintos.

Para os representantes de coordenadores, diretores das unidades e docentes, a política contida nesse plano – PAR – constitui uma possibilidade de reflexão sobre os processos de ensino e aprendizagem, sobretudo por trazer como perspectiva um planejamento que inclui qualificação dos docentes e profissionais de apoio e condições de trabalho, com mecanismos e oportunidades de melhoria das práticas e instrumentos pedagógicos para a qualidade do ensino em todas as escolas, atendendo às expectativas de aprendizagem de cada etapa, de cada área, alcançando os resultados e metas previstos a partir do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Conforme verificado através das entrevistas, as condições para formações continuadas e recursos pedagógicos e para melhoria na infraestrutura trouxeram avanços satisfatórios e alta nos índices. Quanto ao questionamento sobre as ações específicas do PAR voltadas para as Práticas Pedagógicas e Avaliação, temos os seguintes dados:

*[...] observo que muitas reformas nas escolas e creches, bem como ampliação dos CEI; os Planos: PDE com muito material didático e capacitações, PNBE com acervos literários e outros; o PROINFO com equipamentos para sala de tecnologias e o Programa Escola Acessível: sala de recurso com equipamentos adaptados, materiais didáticos e acervos.*

*[...] cursos de formação continuada para os professores e profissionais de apoio como: Formação Pela Escola e Educação Inclusiva: Direito à diversidade; CEALE – professores de alfabetização e Língua Portuguesa; Escola de Gestores e coordenadores; para os professores da Educação Infantil (pós-graduação); o PACTO para professores alfabetizadores – 1º ao 3º ano e os cursos de formação inicial como: PARFOR e NORMAL SUPERIOR – professores das séries iniciais e Ed. Infantil; [...] Referente à temática Avaliação, as discussões e demonstrativos dos objetivos e resultados das avaliações Institucionais/MEC como Provinha e prova Brasil, foram dados para a Rede discutir sobre as ações: como utilizar os resultados. No entanto observa-se que nem sempre esses dados e resultados foram/são utilizados devidamente, para reflexão e direcionamentos de ações efetivas no ensino e aprendizagem.” (REPRESENTANTE DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS, Coxim, 20/6/2016)*

*“O PDE com muitos recursos pedagógicos, o Programa Escola Acessível, com recursos e materiais didáticos, específicos para atender ANEE.” [...] Formação*

*para os gestores e coordenadores, no nível de pós-graduação nos possibilitou maiores conhecimentos sobre gestão.” [...] formação para os professores: cursos diversos para alfabetizadores e professores de área, específico e de temas gerais.” (REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS UNIDADES ESCOLARES, Coxim 21/06/2016)*

*[...] observo que as parcerias e a disponibilidade de cursos (ações do PAR) para os profissionais estão sendo oferecidas e somos incentivados a participar, é nesse sentido que contribui para aprimorarmos nossa prática pedagógica e melhorar o ensino.” Para infraestrutura reformas das quadras, ampliação e construção de Centos de Ed. Infantil, mobiliário; e Recursos Pedagógicos: Equipamentos de informática para STE e Sala de Recursos, ações do Programa “Mais Educação”, Escola Acessível, o Pró-Info com ações e equipamentos tecnológicos.”[...] ações de Programas de formação continuada como: Formação pela Escola, PACTO, CEALE, Pró-funcionário, Escola de Gestores acho que são cursos que beneficiaram os professores e demais funcionários;”(REPRESENTANTE DOS DOCENTES DAS UNIDADES ESCOLARES, Coxim 18/6/2016)*

### **3.3. As impressões dos sujeitos envolvidos no processo de elaboração, execução, monitoramento/avaliação das ações do PAR**

À guisa da conclusão, apresentamos os relatos cujo destaque estão nas estratégias e dimensões do PAR e metas do PME que contemplam a valorização docente, sobretudo os reflexos na qualidade do ensino.

Às gestoras envolvidas desde o processo de elaboração até a execução dos planos, o questionamento foi sobre a percepção e concepção que tinham /têm quanto à relação das ações do PAR com as metas, quanto às decisões e ações de ordem técnica e pedagógica do planejamento da SEMED; e sobre quais ações deram ênfase à valorização dos docentes. Obtivemos as seguintes respostas:

*“Na época tivemos que estudar o plano de ação da SEMED e adequar para atendermos os objetivos do PAR e através das discussões e definição das ações no PAR, as possibilidades de executar e atingir os resultados almejados ampliou-se. Quanto à valorização considero que o PAR propiciou muita formação, melhoria nas condições do ensino e com mais recursos e materiais didáticos.” (ENTREVISTADA A, Coxim, 27/06/2016)*

*“Há relação sim. As ações da SEMED estão interligadas e as ações articulam-se para atender a legislação, como a contratação de professores habilitados e que tenham cursos de formação continuada; atendimento das exigências da Carga Horária dos docentes, bem como para o preparo de suas aulas; e atendimento a lei do Piso Salarial. Acredito que evoluímos para maior valorização dos docentes”.(ENTREVISTADA B, Coxim, 21/06/2016)*

*“Sim, pois não haveria como desvincular. As ações do PAR são ações da Secretaria, temos que executar. Os programas de formação continuada, por exemplo, articulou-se às necessidades e demandas que temos, sempre priorizamos e facilitamos a participação de nossos professores em cursos, eventos e capacitações”. (ENTREVISTADA C, Coxim, 28/06/2016)*

Também referente à questão da dimensão Formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio a visão dos gestores, cuja atuação é necessariamente mais técnica e

administrativa, as impressões diferem entre os representantes e sujeitos que atuam no âmbito escolar e os demais.

Quando questionadas sobre a forma em que as ações do PAR e do PME contribuíram e/ou contribuem para a qualificação dos profissionais de educação da Rede Municipal, as respostas das gestoras revelam que todas percebem os planos como o avanço para a qualidade do ensino ofertado, bem como a importante contribuição que foi para articular e planejar ações cujas dimensões careciam mais de investimentos. Essas impressões são observadas nos relatos:

*“Certamente contribuíram. Mesmo no 2º ciclo PAR, percebemos muita melhora na qualificação dos professores.” (ENTREVISTADA A, Coxim, 27/06/2016)*

*[...] através dos Programas, estruturados e ofertados pelo MEC, de formação inicial e continuada. A articulação entre as ações do PAR e PME garantiram e efetivaram as exigências da LDB 9394/96. O PAR possibilitou condições para vincularmos as ações ao planejamento da SEMED efetivando e consolidando os objetivos da própria política do plano. (ENTREVISTADA B, Coxim, 21/06/2016)*

*“Ações relacionadas à formação continuada: PACTO (para alfabetizadores); Formação Pela Escola: para gestores, administrativos e docentes; PRÓ-FUNCIONÁRIO para administrativos e profissionais de apoio; Escola de Gestores: coordenação pedagógica e diretores escolares; e no PME metas, com estratégias que garantem a qualificação dos profissionais, carga horária de trabalho e planejamento; Implantação e atualização do piso salarial, afastamento para estudos (qualificação), enfim acredito que ações trarão avanços para a educação”. (ENTREVISTADA C, Coxim, 28/06/2016)*

Sobre formação/qualificação e carreira dos docentes, os demais representantes/sujeito e partícipes, quando questionados sobre a relação entre as ações descritas no PAR e a criação e execução do Plano de Cargos e Carreira e Salários dos profissionais da educação, e se estão sendo executadas, avaliaram da seguinte forma:

*[...] o PCCR já existia anteriormente à implantação do PAR. As ações vêm sendo executadas e têm referência às leis do Piso, Hora Atividade. Embora haja algumas falhas, no entanto contempla a valorização docente como os incentivos, na progressão funcional, e a participação dos processos de ensino na perspectiva da participação, num processo democrático, como a eleição de diretores(as), por exemplo. (REPRESENTANTE DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS, Coxim, 20/6/2016)*

*“Não me recorde se estava vinculado ao PAR, no entanto o PCC vem apresentando necessidade de adequações, principalmente em função da Lei do Piso Salarial e jornada de trabalho dos docentes.” (REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS UNIDADES ESCOLARES, Coxim 21/06/2016)*

*“Sim, já tínhamos o PCC antes da implantação do PAR, no entanto foi-se adequando ao longo dos anos, pois veio a Lei do Piso Salarial e a jornada de trabalho que mudou, e o plano de cargos isso teve que ser alterado.”*

(REPRESENTANTE DOS DOCENTES DAS UNIDADES ESCOLARES, Coxim  
18/6/2016)

No entanto há uma impressão de que as ações que contemplam e que efetivamente se confirmaram, no âmbito dos direitos e da valorização dos docentes, ressaltam a importância da articulação entre as ações e os programas. É interessante destacar, ainda, que as ações relacionam-se com as estratégias contidas no Plano Municipal de Educação e que, simultaneamente à execução do segundo ciclo do PAR, foi necessário elaborar e aprovar o PME como lei no município.

Diante das impressões e interpretações dos sujeitos envolvidos no processo de elaboração, execução e monitoramento das ações do Plano de Ações Articuladas, pode-se concluir que eles consideram a valorização docente imprescindível para a garantia da qualidade da educação, municipal e de nosso país. No entanto, é fundamental que os gestores municipais e demais profissionais da educação estejam atentos e busquem conhecimento acerca das políticas educacionais vigentes, sobretudo com o engajamento e compromisso de participar dos processos e da efetivação das ações de cada política, plano ou programa educacional.

A proposta de análise dessas políticas e a efetivação das ações no contexto do planejamento educacional do município devem ser amplamente divulgadas e discutidas com todos os profissionais da Rede e por representantes dos segmentos. O “lugar” que o PAR, como instrumento do planejamento educacional, ocupa configura-se como “os caminhos” a percorrer e os resultados a se obter na educação municipal.

Para complementar esse planejamento educacional, os gestores municipais contam com a perspectiva das metas e estratégias a serem cumpridas para avançar e melhorar os índices. Com estratégias definidas e inerentes a partir dos índices educacionais que temos, o Plano Municipal de Educação certamente orientará as ações dos gestores (atuais e futuros) quanto a discutir, elaborar e cumprir as exigências legais que os planos fazem, como também quanto a efetivar a institucionalização das relações, e a definir responsabilidades e competências desse ente federativo.

Por fim, no tópico a seguir apresentaremos a análise sobre a discussão das metas do Plano Municipal de Educação e os desafios para a valorização docente.

#### **3.4. Análise das ações do PME de Coxim: reflexos para a valorização docente**

Diante dos tópicos pesquisados e do estudo desenvolvido para discutir o objeto da pesquisa, esse tópico será destinado ao momento de análise das percepções que decorreram

das falas (entrevistas) dos gestores e membros da comissão organizadora do Plano Municipal de Educação.

É importante ressaltar que a análise aqui apresentada está constituída a partir das percepções dos sujeitos que participaram da elaboração e execução das ações do plano; no entanto carece de uma análise mais profunda dos objetivos e do processo de planejamento da política para a educação. Os aspectos sobre a proposta do PME neste estudo se limitaram à investigação das metas constantes como Metas 15, 16, 17 e 18, configuradas no Plano Municipal de Educação de Coxim como o bloco da *Valorização dos Profissionais do Magistério*. Serão descritas no contexto em que as ações e dimensões do PAR mostram-se relacionadas e articuladas com as metas do PME.

Será apresentada a seguir a análise da coordenadora do Plano Municipal de Educação, a partir da pergunta da entrevista: Participou como representante na elaboração do PME? Como ocorreu a construção do Plano Municipal de Educação - PME?

“Sim como coordenadora do PME. Ocorreu capacitação para os técnicos elaborarem o Plano. Organizamos reuniões com representantes das unidades de ensino, etapas, modalidades, gestores, docentes, coordenadores pedagógicos, representantes do legislativo e executivo. Através de reuniões periódicas foi feito: a análise situacional e realizado o diagnóstico com os dados encontrados, no entanto os dados fornecidos não condiziam com a situação verdadeira das unidades escolares (ambas as redes e etapas do ensino, inclusive rede privada); Posteriormente à conferência dos dados fornecidos foi construído um texto-base do Plano Municipal, concluído todas as etapas da discussão e estruturação das estratégias das 20 metas, o PME foi apresentado a todos os profissionais da educação documento pré-consolidado, cujo momento foi explicado a vinculação das estratégias alinhadas ao PEE e PNE. Posteriormente enviado para o executivo para aprovação do PME que se efetivaria como lei.” (Representantes dos coordenadores pedagógicos da Rede Municipal de Ensino (PAR – 1º ciclo/2007 e 2º ciclo/ 2011)

A partir da descrição da entrevistada, constata-se que os passos e orientações para o processo de construção foram seguidos; e as etapas foram realizadas em consonância com a discussão dos membros representantes e com a definição de critérios para a constituição das equipes, em conformidade com as premissas e orientações do MEC:

[...] o PME deve ser do município, e não apenas da rede ou do sistema municipal. O Plano Municipal de Educação é de todos que moram no município; portanto, todas as necessidades educacionais do cidadão devem estar presentes no Plano, o que vai muito além das possibilidades de oferta educacional direta da Prefeitura. Também não se trata do plano de uma administração da Prefeitura ou da Secretaria Municipal de Educação, pois atravessa mandatos de vários prefeitos e dirigentes municipais de educação. O trabalho pressupõe o envolvimento das três esferas de gestão (federal, estadual e municipal) e de representações dos diversos segmentos da sociedade, mas não deixa de conferir peso e importância ao papel dos dirigentes municipais. Para assegurar qualidade e dar peso político ao Plano, é desejável que o Prefeito e seus secretários assumam papel de destaque, como importantes lideranças na construção

das decisões que vincularão o projeto educacional com o projeto de desenvolvimento local. (BRASIL, 2014, p. 7)

A secretária em exercício na ocasião da elaboração do PME considerou as orientações e as questões pontuais para execução e monitoramento do PAR neste 2º ciclo. Destacou a relevância e importância da construção do Plano Municipal de Educação – PME para os gestores municipais, conforme narrado na entrevista:

“A equipe (Comitê Local) foi mantida desde o 1º ciclo do PAR, também na minha gestão. Considerei que os técnicos que já participaram desde o início para operar e participar contribuiriam mais do que se fossem trocados por outros profissionais.” (Secretária Municipal de Educação – Gestão 2013/2015)

Na narrativa da secretária que assumiu a SEMED, com a consequente responsabilidade pela elaboração do PME, confirmou a perspectiva e objetivo da construção do Plano, conforme orientações oficiais do MEC. Destacada no documento dessa forma:

A construção de um Plano Municipal de Educação significa um grande avanço, por se tratar de um plano de Estado e não somente um plano de governo. A sua aprovação pelo poder legislativo, transformando-o em lei municipal sancionada pelo chefe do executivo, confere poder de ultrapassar diferentes gestões. Nesse prisma, traz a superação de uma prática tão comum na educação brasileira: a descontinuidade que acontece em cada governo, recomeçar a história da educação, desconsiderando as boas políticas educacionais por não ser de sua iniciativa. (BRASIL, 2005, p.9)

Ficou confirmado, também, que a perspectiva do PME referente à valorização dos docentes e à melhoria da qualidade de ensino da Rede Municipal deve ser ação contínua dos gestores, e constitui sem dúvida, um avanço, pois se refere ao aspecto que o plano mais contribuirá: a qualidade do ensino. Assim descrita pela atual gestora da rede municipal de ensino:

“Ações relacionadas à formação continuada: PACTO (para alfabetizadores); Formação Pela Escola: para gestores, administrativos e docentes; PROFUNCIÓNÁRIOS para administrativos e profissionais de apoio; Escola de Gestores: coordenação pedagógica e diretores escolares; e no PME metas, com estratégias que garantem a qualificação dos profissionais, carga horária de trabalho e planejamento; Implantação e atualização do piso salarial, afastamento para estudos (qualificação), enfim acredito que ações trarão avanços para a educação.” (Secretária Municipal de Educação – Gestão 2013/2015)

As narrativas revelaram que, em relação à formação e aos recursos para materiais didáticos, as escolas foram contempladas e esses fatores, importantes para a melhoria da qualidade e dos índices da Rede Municipal de Ensino, foram facilmente reconhecidos pelos gestores escolares, conforme descrevem os partícipes:

[...] estão sendo ofertados vários cursos, aos docentes, de formação inicial e continuada, para os níveis e para modalidade Educação Especial cuja verba específica para o Programa de formação de gestores, é liberada periodicamente não determinado (ora bianualmente, ora trienalmente). (Representantes dos coordenadores pedagógicos da Rede Municipal de Ensino (PAR – 1º ciclo/2007 e 2º ciclo/ 2011)

[...] há diversas ações principalmente de formação continuada oferecidas em parceria MEC e secretaria de educação, no PME ações ainda não efetivadas, mas descritas como estratégias para atingirmos as metas. (Representante dos diretores das Escolas Municipais (PAR 1º e 2º ciclos)

[...] e o PME com a meta específica para a “Valorização dos docentes e profissionais de apoio” traz ações do PAR deverão auxiliar o cumprimento das metas com estratégias correlacionadas. (Representante dos professores das Escolas Municipais (PAR 1º e 2º ciclos)

Contudo, os reflexos bem como a (co)relação das ações do PAR com as metas e estratégias do PME são evidenciados nas percepções dos partícipes da elaboração e execução dos planos. E ainda cabe ressaltar que todos os representantes dos segmentos percebem e constataam que há articulação entre os planos e a política. Quando questionados sobre a relação das ações do PAR com as metas, ações e planos da SEMED, e ainda sobre a questão da valorização dos docentes inerentes aos planos, responderam:

[...] não haveria como desvincular. As ações do PAR são ações da Secretaria, temos que executar. Os programas de formação continuada, por exemplo, articulou-se às necessidades e demandas que temos, sempre priorizamos e facilitamos a participação de nossos professores em cursos, eventos e capacitações. (Secretária Municipal de Educação – Gestão 2013/2015)

Ainda parcialmente, o PME existe, no entanto a articulação e as ações do PAR (1º e 2º ciclos) ainda não se articulam porque o PME foi elaborado e aprovado posteriormente à definição das ações do PAR, no entanto agora instituído como Lei deverão se corresponder. Nem todas as ações e metas pertinentes à valorização estão contempladas em conformidade com o PAR (Representantes dos coordenadores pedagógicos da Rede Municipal de Ensino – PAR 1º ciclo/2007 e 2º ciclo/ 2011)

O PME traz ações diversas que valorizam os docentes, incentivos para formação continuada, especializações e outros. Acredito que estão articuladas. (Representante dos diretores das Escolas Municipais- PAR 1º e 2º ciclos)

“Sim, mas agora no próximo ciclo do PAR todas as ações terão que estar vinculadas às metas do PME. (Representante dos professores das Escolas Municipais - PAR 1º e 2º ciclos)

À guisa das conclusões, será apresentada uma síntese das estratégias do bloco *Valorização dos Profissionais do Magistério* do Plano Municipal de Educação de Coxim que condizem com as afirmações das entrevistadas, especialmente destacando estratégias que possibilitarão consolidar as reivindicações (históricas) associadas à valorização docente.

Conforme orienta o caderno MEC,

[...] fica evidente que é preciso conhecer bem o cenário atual para projetar o futuro com base em decisões coerentes e pactuadas. A efetividade do PME depende em grande parte do real dimensionamento das demandas educacionais, das fragilidades, dos desafios e das potencialidades do município. Essas demandas e necessidades precisam ser comparadas com a capacidade atual e futura de investimentos da Prefeitura e possíveis aportes do governo estadual, da União e de outras fontes. (BRASIL, 2014, p.8)

Importante salientar que os desafios da efetivação e cumprimento das metas do PME perpassam pelas questões do financiamento, aspecto este que garantirá a qualidade da educação brasileira abrangendo as maiores facetas: garantia das condições adequadas de trabalho, salário digno, piso salarial e carreira de magistério e formação.

Dessa forma, há que se destacar outra premissa em relação a esse aspecto:

O PME deve se articular aos demais instrumentos de planejamento. Os insumos necessários para a execução dos planos de educação terão de constar nos orçamentos da União e dos estados para que apoiem técnica e financeiramente os municípios ao longo da década. Na Prefeitura, instrumentos de planejamento terão de se vincular ao plano decenal de educação: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), Plano de Ações Articuladas (PAR), entre outros. (BRASIL, 2014, p.8)

E esse processo, alinhado às metas do PNE 2014-2024, traz para a discussão que a valorização profissional deve ser contemplada na forma da garantia de: formação (inicial e continuada), aumento do rendimento médio equiparado a outros profissionais, planos de carreira, assistência financeira da União para garantir o Piso Salarial Profissional Nacional em todo o país. Enfim, o plano relaciona carreira, piso e formação.

Segundo Aguiar e Scheibe,

As proposições de melhoria da formação, embora fundamentais para a valorização dos profissionais da educação, pouco significado terão se não vierem acompanhadas de uma política mais ampla de valorização e desenvolvimento profissional. É necessário indicar a permanência e dedicação integral dos profissionais na instituição em que atuam; implementar jornada de trabalho em uma única escola; implantar efetivamente o piso salarial profissional nacional para todos os profissionais, permitindo tempo para o estudo e para o trabalho coletivo e para a criação de novos projetos pedagógicos que envolvam os sujeitos da ação educativa na escola e na comunidade em que está inserida. (AGUIAR E SCHEIBE, 2010, p.87)

Como as metas para o ensino nos municípios são reflexo das metas nacionais, houve, na definição do PME de Coxim, esse necessário encadeamento da construção de suas metas e estratégias: condizentes com as políticas e ações dos gestores bem como dos novos projetos educacionais.

As estratégias para a possível efetivação das metas propostas no PME foram definidas com base na identificação dos desafios educacionais prioritários a ser enfrentados no

município, buscando um equilíbrio entre a capacidade atual, as necessidades da população e as metas já estabelecidas para o país e o estado a que pertence o município.

Dentre as 20 metas estabelecidas no PME Coxim, quatro delas têm como alvo o professorado da educação básica da rede pública, com especial destaque para as suas diretrizes, metas e estratégias, sobretudo com possível afirmação da valorização dos profissionais da educação, com espaço e possibilidades, nas metas 15,16, 17 e 18:

A meta 15, garantir em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos(as) os(as) professores(as) da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.”

A meta 16, formar, em nível de pós-graduação, 60% dos(as) professores(as) da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

A meta 17, valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

A meta 18, assegurar, no prazo de dois anos, a existência de Planos de Carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública e, para o Plano de Carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei Federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal. (COXIM, 2016, p.101)

As metas do bloco da valorização, no Plano Municipal de Educação de Coxim, são consideradas e se constituem como bases importantes para o debate, o engajamento e as disputas para avançarmos, porém as proposições e estratégias não garantem sua materialidade. As conquistas e efetivação dependerão das ações e mobilização dos profissionais da educação, bem como das entidades que nos representam, do Conselho Municipal a ser constituído e fóruns de debate, para que os sujeitos na coletividade e sociedade, juntamente ao executivo e demais órgãos normativos, consigam consolidar as ações e alcançar as metas nos próximos dez (10) anos.

No conjunto de estratégias da meta 15, há de considerar a importância de cada uma delas, todavia serão destacadas algumas correlacionadas com as impressões e relatos das entrevistas:

15.1) realizar diagnóstico anual das necessidades de formação de profissionais da educação para que as instituições públicas de educação superior atendam a demanda existente nas escolas, na vigência do PME; 15.2) apoiar e criar mecanismos de incentivo ao acesso dos profissionais da educação básica aos cursos de licenciatura e pós-graduação nas IES públicas, na vigência do PME; 15.6) participar com as IES

públicas que oferecem cursos de licenciatura, da implementação do currículo desses cursos e estimular a renovação pedagógica, assegurando o foco no aprendizado do(a) estudante, com uma carga horária que assegure a formação geral e específica, em articulação com o currículo da educação básica, e incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação, a partir do segundo ano de vigência deste PME; 15.8) participar da implantação e implementação, junto às IES públicas, dos cursos e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa daquela de atuação do docente, em efetivo exercício, a partir da vigência do PME; 15.10) participar, em regime de colaboração entre os entes federados, da construção da política nacional de formação continuada para os profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério; e 15.13) garantir, por meio de regime de colaboração entre União, estados e municípios, que, até 2020, 100% dos(as) professores(as) de educação infantil e de ensino fundamental tenham formação específica de nível superior, de licenciatura plena e em sua área de concurso/atuação; (COXIM, 2016, p.108-109)

Para a meta 16, as estratégias correlacionadas e consideradas com maior relevância e necessidade para o município, são destacadas:

16.1) realizar planejamento, em parceria com as IES públicas e privadas, cursos presenciais e/ou a distância, em calendários diferenciados, que facilitem e garantam, aos(as) profissionais da educação exercício, a formação continuada nas diversas áreas de ensino, a partir do segundo ano de vigência do PME; 16.2) buscar parceria com as IES públicas e privadas a oferta, na sede e/ou fora dela, de cursos de formação continuada, presenciais e/ou a distância, com calendários diferenciados, para educação especial, gestão escolar, educação de jovens e adultos, educação infantil, educação no campo, e educação e gênero, a partir do segundo ano de vigência do PME; 16.3) garantir formação continuada, presencial e/ou a distância, aos(as) profissionais de educação, oferecendo-lhes cursos de aperfeiçoamento, inclusive nas novas tecnologias da informação e da comunicação, na vigência do PME; 16.9) viabilizar a concessão de bolsa de estudo para cursos de pós-graduação *stricto sensu* para profissionais do magistério. Para os demais profissionais da educação básica, formação continuada específica, a partir do segundo ano de vigência do PME, cabendo a Lei Complementar definir os critérios e limites para a concessão desse benefício; 16.11) promover e ampliar, em articulação com as IES, a oferta de cursos de especialização, presenciais e/ou a distância, voltados para a formação de pessoal para as diferentes áreas de ensino e, em particular, para a educação do campo, educação especial, gestão escolar, educação de jovens e adultos e educação infantil; 16.13) promover e garantir a formação inicial e continuada em nível médio para 100% do pessoal técnico e administrativo, e em nível superior para 50% desses profissionais, na vigência do PME. (COXIM, 2016, p.109-110)

Este conjunto de estratégias que visam à formação e valorização dos profissionais desempenha um papel fundamental nos esforços para atingir a qualidade da educação, em todos os aspectos inerentes à qualidade. Para tanto, garantir um padrão de qualidade na formação dos professores que atuam na educação básica requer que a União e os IES desenvolvam e efetivem as ações que melhorem a formação inicial, bem como ampliem as oportunidades de formação continuada dos educadores, em conjunto com os sistemas de ensino e as respectivas secretarias estaduais e municipais de educação.

A convicção geral é a de que a formação é fundamental para a profissionalização e valorização dos profissionais da educação e para a melhoria do processo ensino-

aprendizagem. A perspectiva atual de formação e profissionalização docente, na maioria dos projetos do MEC, sobretudo no âmbito da Secretaria da Educação Básica (SEB), afirma-se pelo questionamento dos marcos de formação centrados em concepções reducionistas e pela ênfase em propostas e projetos que visam favorecer uma sólida formação teórico prática (BRASIL, 2009).

Nas estratégias definidas para a meta 17, torna-se relevante destacar todo o bloco, que, no PME, estão limitadas apenas a estas:

17.1) constituir, no segundo ano de vigência do PME, fórum específico com representações de órgãos públicos, de trabalhadores(as) da educação e de segmentos da sociedade civil, para acompanhamento da atualização do valor do piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, de acordo com o custo aluno; 17.2) assegurar a valorização salarial, com ganhos reais, além das reposições de perdas remuneratórias e inflacionárias, e busca da meta de equiparação da média salarial de outros profissionais de mesmo nível de escolaridade e carga horária, até o final da vigência do PME; 17.3) realizar diagnósticos, estudos, pesquisas, debates, acompanhamento, proposições e consultas referentes à valorização dos profissionais da educação, a partir do terceiro ano de vigência do PME; 17.4) garantir a implantação e implementação, em parceria com órgãos da saúde e gestão de programas de saúde específicos para os profissionais da educação, sobretudo relacionados à voz, visão, problemas vasculares, ergonômicos, psicológicos e neurológicos, entre outros, a partir da vigência do PME. (COXIM, 2016, p.110-111)

Vale ressaltar que essa meta, não restrita apenas aos docentes, em tese trará um impacto na questão do financiamento; no entanto sabe-se que as reivindicações pertinentes esses aspectos são históricas e trazem conseqüentemente a efetivação da aplicação do salário, carreira e as condições de trabalho.

Segundo Fernandes (2014), no desenho das atuais políticas educacionais que têm como objetivo e finalidade a valorização docente por meio de salários, remuneração, planos e carreiras, as contradições engendradas na dinâmica do processo social e econômico revelam-se no plano político-ideológico, com vistas à manutenção do *status quo*. Portanto o desafio para a valorização transcende as questões dos salários e remunerações, há em curso uma tensão na conjuntura política nacional, refletida em âmbito municipal, a ser superada.

Relacionando a meta 18 do PNE com o alinhamento e definição da mesma meta no PME encontra-se ressaltada a iniciativa que o MEC dispõe ao subsidiar os estados, o DF e os municípios: mediante a adesão com realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da educação básica pública. Devendo considerar para tanto, que todos devem instituir os planos de cargos e carreiras (ou adequar, caso os municípios cujos servidores já contam com o PCC) e a inclusão desse critério para a carreira. Porém, segundo

Dourado (2016), há vários questionamentos quanto ao estabelecimento de prova nacional envolvendo as questões sobre a autonomia dos entes subnacionais, bem como seus limites pedagógicos. A referida meta e suas estratégias secundarizam os direitos dos profissionais da educação que atuam no setor privado, sendo este um limite estrutural da meta, uma vez que a valorização dos profissionais independe do lócus em que atuam.

Cabe ao âmbito municipal estabelecer qual forma de avaliação será a mais condizente, atendendo às necessidades e à realidade das redes de ensino. As possibilidades de garantias e efetivação dos direitos se darão por leis complementares, uma vez que dependerá dessas ações para que as metas sejam atingidas. A síntese da meta 18, mais pertinente à discussão apresentada no documento, consta dessa forma:

18.2) oferecer, aos docentes iniciantes, cursos de aprofundamento de estudos na sua área de atuação, com destaque para os conteúdos e as metodologias de ensino, na vigência do PME; 18.3) estruturar a rede pública municipal de educação básica, de modo que, até o último ano de vigência deste PME, 90%, no mínimo, dos profissionais do magistério e 80%, no mínimo, dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados; 18.4) garantir, nos Planos de Cargos, Carreira e Salário dos(as) profissionais da educação municipal, licenças remuneradas e incentivos salariais para qualificação profissional, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, a partir do primeiro ano de vigência deste PME, cabendo a Lei Complementar definir os critérios e limites para a concessão desse benefício; 18.8) adequar a jornada docente, com avanços para flexibilização por área, espaços e tempos, para formação e projetos, com acompanhamento dos(as) gestores(as), na vigência do PME; 18.12) criar critérios específicos no Plano de Cargos, Carreira e Salários dos profissionais de educação, com política salarial fundamentada em titulação, experiência, qualificação e desempenho, visando valorizar o profissional de educação, no segundo ano de vigência do PME; 18.13) definir e efetivar uma política salarial aos trabalhadores da educação, e garantir que as alterações de leis que referem-se à carreira dos profissionais do magistério, sejam discutidas e aplicadas imediatamente na rede municipal de ensino. (COXIM, 2016, p.111-112)

Concluindo, vemos que a discussão em torno da valorização dos profissionais da educação ao longo da última década foi consubstanciada a partir das necessidades e da finalidade de se estabelecer essa garantia em lei e no também no PCC. A atual conjuntura da política educacional favoreceu essa discussão e iniciou sua materialização a partir da LDB, mas os desafios ainda são muitos, principalmente no que tange aos aspectos do Piso Salarial Profissional Nacional.

Para ampliar essa análise, Fernandes (2014) corrobora afirmando que, de fato, tem-se como objetivo, no campo da política educacional, que a formação dos profissionais da educação – cada vez mais uma força de trabalho especializada – seja propulsora de sua valorização, à medida que a formação condensa esforços institucionais e individuais e tem

como corolário a remuneração e a carreira no âmbito de Planos de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR).

Esse panorama nos revela que as reformas políticas e os planos educacionais, trarão mudanças significativas no perfil docente, na necessária qualificação, sobretudo na formação continuada e na (re)adequação dos planos de carreira.

Contudo, para que a Gestão Municipal possa enfrentar os desafios relativos às metas do PME aprovado, ela precisa contar com um plano estratégico de governo e com o engajamento e conhecimento sobre os Planos, para impulsioná-lo nos primeiros anos da crucial etapa. O Plano de Ações Articuladas (PAR) faz parte desse contexto, mas refere-se apenas à forma de colaboração do MEC com a rede ou o sistema de ensino municipal; é um instrumento importante de planejamento e de organização da gestão, mas, além da sua articulação com o MEC, haverá muitas outras ações e estratégias a serem desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação para que as metas do PME aprovado sejam cumpridas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente há de se considerar que as políticas educacionais no Brasil, a partir da década de 90, vêm se delineando para avançar na melhoria e índices do ensino. Para tanto a LDB 1996, configurada como um marco para a universalização e qualidade do ensino brasileiro à todos bem como, nas conquistas referentes à valorização dos profissionais da educação e apontam relevantes e positivos caminhos para superação das dificuldades e dos baixos índices educacionais das redes de ensino dos municípios e estados brasileiros.

Entendendo políticas públicas como o “Estado em ação”, em outras palavras, o Estado implementando um projeto de governo, por meio de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade (AZEVEDO, 2012), verifica-se que as políticas educacionais colaboraram com a melhoria da qualidade da educação, no sentido em que valoriza os profissionais da educação.

No que tange a valorização docente, recorreremos para a compreensão desse objeto de estudo no âmbito dos planos educacionais, com ênfase nas políticas e programas de governo (a partir do PDE-2007) e nos mecanismos de distribuição de poder e de responsabilidades nos processos de implantação dessas políticas. Compreendendo sobretudo o planejamento educacional no Brasil na última década e no documento “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”- PAR.

Assim, pode constatar que através da transferência voluntária de recursos aos estados e municípios através do Plano de Ações Articuladas (PAR), algumas perspectivas para a valorização docente estiveram inerentes e contempladas aos planos.

O debate sobre a qualidade do ensino público é considerado a partir de vários aspectos que apontam sua complexidade. Dessa forma, Dourado (2007) indica que a qualidade da educação é definida envolvendo, entre outros fatores, a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula. E dessa forma “provocando” o embate entre as políticas públicas de valorização docente e a definição do Estado e suas responsabilidades atribuídas quanto a qualidade do ensino.

Para a implantação de políticas que visem a qualidade de ensino, e para qualquer proposta ou ação, é necessário a renovação dos objetivos e das metas bem como das perspectivas e propostas que valorizem a ação docente. A valorização docente é um dos aspectos que está diretamente relacionada a qualidade do ensino. Qualquer possibilidade e

êxito do processo que se pretenda focalizar e mobilizar, deve ter a ação e a atuação dos docentes, sendo o mesmo valorizado em todas as dimensões da educação.

Nesse sentido, o Plano de Ações Articuladas – PAR, um instrumento estratégico do Plano de Desenvolvimento Educacional – PDE, está sendo para os estados e municípios uma possibilidade de investigação e organização de dados da realidade educacional das redes de ensino que os guiam, através das estratégias formuladas e das ações para qualificação e capacitação de profissionais da educação, superar índices e demais aspectos insatisfatórios da educação.

Concluo dessa forma que, o presente estudo possibilitou-me investigar e analisar a valorização docente no Planejamento Educacional do Município de Coxim – MS, entre o período de 2007 a 2011, a partir do desenvolvimento do Plano de Ações Articuladas (PAR) e do Plano Municipal de Educação – PME. Também se tornou possível verificar e descrever, com base na análise documental e com as descrições das entrevistas dos sujeitos que participaram da elaboração e execução das ações, as condições estruturais e organizacionais dos planos, considerando desde a adesão ao programa, termo de compromisso e a organização dos comitês e, impasses e constatando os avanços que as ações previstas, referentes à valorização docente (PAR 2007 e 2012), trouxeram.

E ao analisar as contribuições dos Planos: PAR e do PME para a valorização docente no município de Coxim percorri, através da análise documental como resoluções, leis, decretos e normas nacionais, a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação e o Plano de Desenvolvimento da Educação, bem como os Planos de Ações Articuladas e ainda o Plano Municipal de Educação, foi possível absorver algumas constatações descritas na análise dos dados, no capítulo terceiro.

Contudo, diante da análise sobre os princípios dos documentos, sobre o PAR no conjunto das instâncias ***a organização das Leis***: Lei de Diretrizes e Bases, do Plano Nacional -PNE, Estadual – PEE e Municipal de Educação – PME, sobre a ***organização interna das políticas educacionais*** como o Plano de Desenvolvimento da Educação-PDE, sobre o Planejamento Estratégico da Secretaria e a ***Mobilização dos Planos e Políticas da Educação*** - Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, Diretrizes e Metas Nacionais, pode-se considerar que o PAR como um ***instrumento que organiza e operacionaliza as ações*** vinculando cooperação técnica e financeira da União oportunizou ao município de Coxim possibilidades de avanços e, consolidou a implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação e nos índices educacionais, utilizando com eficácia as avaliações para verificação dos avanços e implicações no ensino na rede municipal.

No que tange a valorização docente, observamos nos planos que os aspectos para a melhoria da qualidade do ensino estão presentes na legislação educacional brasileira recente e refletem em ações que apontam avanços. No entanto há necessidade da concretização de políticas efetivas e eficientes nessa direção, principalmente no que se refere ao que este trabalho considera como o tripé da valorização docente, qual seja: remuneração, carreira e formação.

Para tanto para assegurar a necessária qualidade de ensino, a valorização docente deve estar conferida com metas. Para o MEC e, uma vez que, previstas no Termo de Compromisso – PAR, as metas deveriam expressar e passar a constituir as principais diretrizes a serem seguidas pelos entes estaduais e municipais.

E essas perspectivas, no município de Coxim, constam nas diretrizes com a finalidade prioritária de elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB), garantidas por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) e Plano Municipal de Coxim. Nesse contexto adesão de estados e municípios ao Plano de Metas significa, segundo documento oficial, mais do que o reconhecimento dessas diretrizes, deve firmar o compromisso dos gestores municipais com a materialização no plano local (BRASIL, 2007d, p. 24).

Cabe ressaltar que o compromisso perpassa pela garantia de condições para a concretização das metas estabelecidas e nesse sentido o município se torna o responsável por sua efetivação, o que implica, segundo Adrião e Garcia (2008), na responsabilização dos gestores locais em face da implementação da política nacional de qualificação da educação básica, assim como uma obrigação imposta à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios de responderem às suas demandas educativas e, ao mesmo tempo, colaborarem uns com os outros na busca da melhoria da qualidade da educação básica.

Entretanto, no PAR e no PME do município vemos que as metas e ações referentes à valorização dos docentes e a melhoria da qualidade de ensino da Rede Municipal estão contempladas e, demonstram ser ação contínua dos gestores. As perspectivas contidas nas ações foram e estão sendo, sem dúvida, um avanço pois referem-se aos aspectos que os planos mais contribuíram, que é a qualidade do ensino.

Pode-se concluir, diante das impressões e interpretações dos sujeitos envolvidos no processo de elaboração, execução e monitoramento das ações do Plano de Ações Articuladas e do Plano Municipal de Educação, que todos consideram a valorização docente imprescindível para a garantia da qualidade da educação. No entanto, é fundamental que os gestores municipais e demais profissionais da educação estejam atentos e busquem

conhecimento acerca das políticas educacionais vigentes, sobretudo com o engajamento e compromisso de participar dos processos e da efetivação das ações de cada política, planos ou programa educacional.

Com a análise dos dados concluiu-se que, é indiscutível que na visão e no empenho dos responsáveis pela execução e efetivação das ações dos planos, consta a importância de oportunidades e possibilidades para a formação (inicial e continuada) dos professores como um elemento indispensável para sua valorização. É a partir das mudanças ocorridas nas bases educacionais hoje existentes, a ênfase na formação docente no planejamento estratégico do município está presente em muitas ações como: capacitações para o aperfeiçoamento nas diversas áreas, modalidades e etapas de ensino da educação básica (ensino fundamental e educação infantil) do qual o município oferta bem como, cursos de capacitação e aperfeiçoamento para gestores, técnicos e equipe pedagógica para utilização de recursos tecnológicos e diversas mídias para apoio didático, atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, aperfeiçoamento na área de currículo e avaliação e ainda, formação para conselheiros escolares e para o conselho municipal da educação.

Todas essas ações, contidas no PAR, referem-se e estão enquadradas nas dimensões que o plano estipula. Constatou-se que estiveram ofertados diversos cursos de formação continuada e ocuparam grande destaque desde o primeiro ciclo do plano. E na sequência, o outro ciclo do PAR trouxe como um ponto positivo (a destacar) a reformulação do plano de cargos e carreiras que, incluiu o PSPN nos quadros de salários e remuneração da rede de ensino e a implantação de um terço da carga horária destinada ao planejamento das atividades pedagógicas. E para complementar, trouxe como ação a obrigatoriedade da elaboração do Plano Municipal de Educação com metas e estratégias para o cumprimento da valorização dos profissionais da educação: elencadas em estratégias, com prazo estimado para a implantação e cumprimento.

Contudo, a formação inicial e continuada, planos de carreira dignos e uma remuneração condigna com a formação aos docentes exigida e ao trabalho deles esperado devem constituir os pilares das políticas e ações do Estado para a valorização profissional docente.

## PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

IDENTIFICAÇÃO: Projeto

Temática: Educação: Políticas Educacionais e Formação de Educadores.

### 1. INTRODUÇÃO:

Título: A VALORIZAÇÃO DOCENTE NO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE COXIM (2007-2015)

Coordenador (a): MARCIA CRISTINA PAGANINI PIVA

Tipo de ação: Projeto de INTERVENÇÃO

Instituição: Secretaria Municipal de Educação – Coxim/MS e UFMS-CPCX

Início previsto: junho /2017

Término previsto: setembro /2017

### 1.2 DETALHES DA PROPOSTA

Carga horária total da ação: 40 h

Justificativa da carga horária:

A carga horária justifica-se na realização dos encontros presenciais, Para leituras discussões e elaboração de atividades complementares (pesquisa das ações do PDE-PAR-PME nas unidades escolares) apresentação e debates sobre a efetivação das mesmas.

Periodicidade: quinzenal/presencial

Abrangência: Gestores, técnicos e docentes da rede municipal de ensino e acadêmicos do curso de licenciatura – Letras –UFMS;

Local de realização: SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Coxim.

### 1.3 PÚBLICO ALVO

Professores e profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino do Município de Coxim e acadêmicos do curso de licenciatura em Letras;

Nº estimado do público: 60

### 1.4 CARACTERIZAÇÃO DA AÇÃO:

Área de concentração: Educação – Políticas Públicas Educacionais e Formação de Professores;

Temática principal: Valorização docente;

### 1.5 DESCRIÇÃO DA AÇÃO:

#### **Resumo da proposta:**

A discussão das Políticas Públicas Educacionais no tocante à valorização docente presentes no Plano de Ações Articuladas (PAR) do Município de Coxim – MS e a articulação das ações no Plano Municipal de Educação será objeto de estudo deste projeto. A partir da indagação inicial sobre quais implicações dos objetivos e princípios dos programas e planos do governo, sobretudo o reflexo no processo de ensino e aprendizagem, apresentar e discutir sobre os aspectos relevantes da elaboração do PAR e PME: da definição das ações à execução das metas. Propõem-se inicialmente realizar reuniões com os docentes da Rede Municipal de Ensino do Município de Coxim, para apresentar e disseminar os objetivos e princípios dos

Programas como plano de governo com vistas a estudar, debater e acompanhar as proposições elencadas nos Planos principalmente nas ações que inferem diretamente na prática pedagógica, nos meios e resultados de sua atuação.

## 1.6 JUSTIFICATIVA

A educação atrai cada vez mais o olhar da sociedade e a medida que a atenção aumenta é inevitável que nos perguntemos: como o ensino deve se organizar para responder as necessidades dos alunos? Quais são os planos e propostas de governo para a educação? Quais as condições da formação inicial e continuada dos docentes? As escolas estão adequadamente equipadas? Os alunos estão aprendendo ou apenas permanecem nas escolas? Enfim, essas questões enunciam o maior desafio que se tem hoje: oferecer uma educação de qualidade para todos e pra cada um.

Diante do exposto, para as novas expectativas é necessário que os gestores pensem em uma organização, cujo planejamento, pautado por desafios, metas e estratégias seja constituído a partir da análise de sua realidade e contexto educacional. Sendo assim, o planejamento do Plano de Ações Articuladas e do Plano Municipal de Educação se estruture com o propósito não apenas hierárquico mas, com o sentido de organizar ações visando a melhoria da educação: como melhorar, pensando em *para que* e *para quem* melhorar.

A justificativa traz inerente a proposta tem como perspectiva aproximar o espaço formativo propiciado no Programa de Pós Graduação Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, ao contexto da educação básica no qual atuamos. E buscando cumprir as exigências do programa os desafios, nos movem a estabelecer alternativas, para disseminar os conhecimentos adquiridos no curso com os sujeitos partícipes das etapas da pesquisa.

A partir desses elementos a organização do planejamento estratégico PAR, e da elaboração do Plano Municipal de Educação, muitas questões emergem interligadas às metas dos planos e deverão ser executadas. No entanto não é do conhecimento total dos docentes e demais profissionais, as proposições e consultas referentes à esse planejamento sobretudo das ações referentes a valorização dos profissionais da educação.

A proposta tem como objetivo apresentar e discutir com os profissionais da educação as ações dos Planos, pressupondo identificar os condicionantes da política de gestão e construção de estratégias que redimensionem a qualidade educacional e a formação, condições e jornada de trabalho e remuneração dos docentes da Rede Municipal de ensino.

Portanto, a discussão ações que contemplam a qualidade da educação no Plano Municipal contribuirão para análise dos fatores intra e extraescolares que se referem aos alunos, professores, equipe pedagógica e gestores, projeto pedagógico, ambiente escolar, estrutura física e recursos didáticos e relações intersubjetivas do cotidiano escolar. Dourado (2007) corrobora, afirmando:

(...) a qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento de variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e muito menos sem tais insumos (...) Desse modo, a qualidade da educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula.” (DOURADO, OLIVEIRA e SANTOS, 2007, p. 9)

Diante do exposto cabe ressaltar ainda que nas metas e estratégias, cujo enfoque, a qualidade do ensino e aprendizagem tem destaque, serão discutidas pressupondo identificar os condicionantes da política de gestão e construção de estratégias que redimensionem a qualificação dos docentes da Rede Municipal de ensino atreladas as ações do PAR para melhoria da qualidade educacional.

Finalmente, a proposta estará consubstanciada nas possibilidades e alcance das metas previstas no PAR e no PME para a educação da Rede Municipal de Ensino, sendo esses elementos de discussões e intervenção para o aprofundamento da compreensão do ambiente administrativo, suas implicações e impasses na prática docente e, de interação e interpretação dos sujeitos sobre a elaboração e execução das políticas educacionais. Para tanto, analisar o caráter histórico das políticas educacionais com base no contexto em que foi planejada, requer que todos tenham compromisso na atuação, conscientes das consequências e implicações que as ações trazem na formação, jornada e condições de trabalho, e remuneração dos docentes.

Contudo a necessidade de conhecermos as Políticas Públicas Educacionais no tocante à valorização docente, presentes no Plano de Ações Articuladas (PAR) do Município de Coxim – MS e a articulação das ações no Plano Municipal de Educação emerge como uma prioridade, sobretudo para a análise dos profissionais sobre quais implicações dos objetivos e princípios dos programas e planos do governo, recaem e interferem no processo de ensino e aprendizagem.

## 1.7 OBJETIVOS

### **Geral:**

Apresentar e discutir junto aos gestores, técnicos e docentes da Rede Municipal de Ensino: as Políticas Públicas Educacionais no tocante à valorização docente presentes no Plano de Ações Articuladas (PAR) do Município de Coxim – MS e a articulação das ações no Plano Municipal de Educação.

### **Específicos:**

Apresentar e discutir as ações dos Planos (PAR e PME), pressupondo identificar os condicionantes da política de gestão e construção de ações e estratégias que redimensionaram a qualidade educacional na rede municipal de ensino;

Demonstrar e discutir sobre as ações que contemplam a qualidade da educação no Plano Municipal e as perspectiva de melhoria nos fatores intra e extraescolares, sobretudo no tocante à valorização dos docentes;

Propor aos docentes pesquisarem questões inerentes a valorização, no período de implantação dos Planos (2007-2015), que melhoraram os aspectos, referentes à condição de trabalho, salários e remuneração, formação inicial e continuada, melhoria e aumento de recursos pedagógicos e equipamentos/materiais didáticos para prática pedagógica.

## 1.8. METODOLOGIA

Propõem-se inicialmente apresentar a proposta à Secretária Municipal de Educação de Coxim para que, com o aval e a parceria da secretaria, consigamos oferece-la em forma de projeto: formação e/ou sessões de estudo, com o auxílio na divulgação bem como no levantamento dos interessados e inscritos. Dessa forma a carga horária de 40h/a, oportunamente oferecida em forma de formação continuada, oferecer certificada através da secretaria de educação. Complementando as ações do projeto de intervenção a proposta se estende aos acadêmicos do curso de Letras da UFMS – CPCX, seguindo a critério os requisitos de um projeto de extensão do campi.

Para tanto a perspectiva dos estudos compreende na realização o de reuniões com os docentes da Rede Municipal de Ensino do Município de Coxim, para apresentar a pesquisa realizada e as ações do projeto a serem desenvolvidas no decorrer dos encontros.

Os encontros serão realizadas na modalidade presencial, em conformidade com as datas asseguradas para ‘reuniões pedagógicas’ e/ou ‘sessões de estudo’, previstas em calendário escolar da unidade de ensino. A carga horária total será de 40 (quarenta) horas,

distribuídas nos dois últimos bimestres letivos, conforme calendário escolar, no período de julho a setembro de 2017 sendo que no quarto bimestre ocorrerão dois encontros.

Com o sentido de disseminar os objetivos e princípios dos Programas como plano de governo, debater com os profissionais e docentes da rede municipal de ensino, qual conhecimento que eles tem a cerca do processo de elaboração, execução e monitoramento das ações do PAR. Propor a partir das dimensões e ações do Plano o acompanhamento das proposições elencadas, principalmente nas ações que interferem diretamente na prática pedagógica, nos meios e resultados de sua atuação dos docentes nas unidades escolares.

Dessa forma, oportunizar e esclarecer os princípios e objetivos dos planos (PAR e PME) refletindo conjuntamente sobre as contribuições para a melhoria do ensino na rede municipal, sobretudo para a valorização docente. Também analisar a Política de Valorização Docente do Município de Coxim com base no aprofundamento teórico sobre o planejamento educacional no Brasil na última década, documento “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”- PAR; e o Plano Municipal da Educação.

Demonstrar a todos quais foram as condições estruturais e organizacionais para a elaboração do PAR e PME no Município de Coxim: a adesão ao programa, termo de compromisso, comitês e demais sujeitos participantes do processo; analisar e comparar se as ações previstas (PAR 2007 a 2015), no que tange à valorização docente na rede municipal de Ensino, foram executadas e quais os avanços obtidos; verificar quais estratégias e dimensões do PAR e metas do PME contemplam a valorização docente.

Por fim propor uma investigação aos docentes e demais profissionais da educação sobre as mudanças e melhorias que o PAR, para assim observar quais as implicações na prática pedagógica e nos processos de ensino que ocorreram na unidade escolar que atuam.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise. Oferta educativa e responsabilização no PDE: O plano de ações articuladas. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 38, n. 135, p. 779-796, set /dez. 2008.

ANFOPE. Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação. **Documentos Finais dos Encontros VI, VII, VIII e IX**; Recife, 1997.

ARAÚJO, Luiz. Os fios condutores do PDE são antigos. **Jornal de Políticas Educacionais**. Curitiba. v. 1, n. 2, p. 24-31, set. 2007.

AZZI, Sandra. Trabalho docente: autonomia didática e construção do saber pedagógico. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Saberes pedagógicos e atividades docentes**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 35-60.

BARCO, Silvia Noemí. **Políticas focalizadas**. Disponível em: <<http://www.gestrado.net.br/pdf/421.pdf>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Políticas e práticas de formação de professores da educação básica no Brasil: um panorama nacional. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Goiânia, v. 27, n. 1, p. 39-52, jan /abr. 2011.

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, out. 2005.

BRASIL/MEC. Decreto Presidencial nº 6094, de 24 de abril 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso **Todos pela Educação pela União em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados**. Diário Oficial da União, Poder Executivo. Brasília, DF, 2007c. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

BRASIL/MEC. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências Brasília, DF: Senado, 1996.

BRASIL/MEC. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, Diário Oficial da União, Brasília: v.135, n. 248, dez. 1996.

BRASIL/MEC. Ministério da Educação/INEP. **Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2008**: Magistério da Educação Básica. Financiamento e Gestão Educacional. v. 3. Brasília: MEC/INEP, 2009.

BRASIL/MEC. **PDE – O Plano de Desenvolvimento da Educação**: Razões, Princípios e Programas. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>>. Acesso em fev. 2016.

CALDAS, Carmen Lígia. **Plano de ações articuladas na rede municipal de ensino de Campo Grande, MS: o processo de implantação dos conselhos escolares (2007- 2010)**. 2013. 149f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2013.

CESTARI,

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COXIM. **Lei n. Ordinária nº 1.733/ 2016**. Plano Municipal de Educação de Coxim em 09 de março de 2016.

COXIM ( Município). **Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do MEC. SIMEC/MEC**. Relatório Público do Município de Coxim-MS. Síntese do PAR, 2007. Disponível em: <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acesso em: 01 nov. 2015.

COXIM. **Portaria nº 3254/2007**. Nomeia os membros do Comitê Gestor de Acompanhamento do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação.

COXIM. **Portaria nº05/SEMED/2007**. Nomeia os membros do Comitê Local de Acompanhamento do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação.

DOURADO, Luiz Fernandes. Valorização dos profissionais da educação: Desafios para garantir conquistas da democracia. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 10, n. 18, p. 37-56, jan. /jun. 2016.

DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira. Regulação Sistêmica e Política de Financiamento da Educação Básica. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 26, n. 92, p. 821-839, out. 2005.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Federalismo e formação profissional: Por um sistema unitário e plural. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 6, n. 10, p. 211-225, jan. /jun. 2012.

FUNDEF. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação – CTE. **Plano de Ações Articuladas PAR**. 2007.

FUNDEF. **O Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007b. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/Pesquisa>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

FUNDEF. **Orientações para a elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR) dos Municípios (2011-2014)**. Brasília: MEC/DF, 2011.

GADOTTI, Moacir. Qualidade na educação: uma nova abordagem. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO BÁSICA: QUALIDADE NA APRENDIZAGEM, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: COEB, 2013.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. 1 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

HADDAD, F. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília: INEP, 2008. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal>. Acesso em 20 abr. 2016.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Caderno Cedes.** Campinas, v. 21, n. 55, nov. 2001.

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização.** 10 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

NEGRÃO, João José. **Para conhecer o Neoliberalismo.** 1 ed. São Paulo: Limiar, 1988.

OLIVEIRA, Beatriz Alves de; RISCAL, Sandra Aparecida; Baldan, Merilin de O. **Plano de ações Articuladas (PAR): a consolidação da *accountability* na Política Educacional Brasileira.** In: XXVI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Recife: ANPAE, 2013.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. O plano de ações articuladas em municípios sul-mato-grossenses e suas implicações para a gestão democrática da educação básica. **Acta Scientiarum.** Maringá, v. 34, n. 2, p. 291-200, jul. /dez. 2012.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; SCAFF, E. A. S. **Gestão das políticas educacionais: o impacto do plano de ações articuladas (PAR) em municípios sul-mato-grossenses.** Relatório final de pesquisa. UCBD, Campo Grande, 2013.

PERONI, Vera Maria Vidal. Reforma do estado e políticas educacionais no Brasil. **Revista Educação e Políticas em Debate.** Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 36-54, jan. /jul. 2012.

PERONI, Vera Maria Vidal. As parcerias público/privadas na educação e as desigualdades sociais. **Revista Cadernos de Pesquisa Pensamento Educacional Administração da Educação e Políticas Educacionais: justiça e desigualdades.** Curitiba, v. 1, n.7, p. 1-18, 2009.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90.** São Paulo: Xamã, 2003.

MAFASSIOLI, Andréia da Silva. **Plano de Ações Articuladas: uma avaliação da implementação no Município de Gravataí – RS.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do do Sul/CPTL para obtenção do título de Mestre em Educação – UFRG – 2011. Disponível: <http://www.lume.ufrgs.br> .Acesso em: dez 2016.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do Projeto do MEC. **Educação & Sociedade.** Campinas, v. 28, n. 100, p. 1231-1255, out. 2007.

SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 380-412, mai. /ago. 2010.

SCAFF, Elisangela Alves da Silva; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari; SENNA, Ester. Educação, democracia e desenvolvimento nos planos do governo Lula. In: I CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: Code/IPEA, 2011.

SCHEIBE, Leda. Valorização e Formação dos Professores para a Educação Básica: Questões Desafiadoras para um Novo Plano Nacional de Educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 981-1000, jul. /set. 2010.

SOUSA, Bartolomeu José Ribeiro de. O Plano de Ações Articuladas (PAR) como instrumento de planejamento da educação: O que há de novo? In: 25º SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAE, 2011.

TORRES, Carlos Alberto (Org). **Teoria crítica e sociologia política da educação**. 1 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

APÊNDICE – Roteiro de Entrevistas



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
 MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO  
 UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE



ROTEIRO DE ENTREVISTA À SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL  
 DE ENSINO DE COXIM – COMITÊ GESTOR (adesão ao PAR – 1º ciclo/2007)

**Secretárias:** Sra. Marilene de Fátima Gasperin - Gestão 2005/2008

Sra. Raquel Singh - Gestão 2009/2012

Questões:

1. Por que a Senhora assinou junto ao executivo municipal o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação/Plano de Ações Articuladas?
2. Quando assinou o Termo de Compromisso, conhecia ou teve informações/formação sobre o Plano de Ações Articuladas bem como, sabia das implicações para a gestão da educação municipal?
3. Houve dificuldades na elaboração/implementação do PAR? Pontue algumas.
4. Como você avalia as políticas de educação implementadas a partir do Plano de Ações Articuladas PAR -2007?
5. Como se deu o processo de constituição do Comitê Gestor e Comitê Local para elaboração e monitoramento do PAR?O processo de elaboração do PAR teve como relevância a realidade e os índices educacionais da educação municipal?
6. Os representantes dos conselhos (CAE, FUNDEB, CONSELHO MUNICIPAL) na elaboração dos Planos: PAR e PME?
7. Quais aspectos para a constituição das equipes foram mais pontuais na etapa de elaboração do PAR?
8. Quanto aos recursos do PAR. Trouxeram contribuições para a qualidade do ensino da Rede Municipal?
9. Em quais aspectos que o PAR teve/tem maiores relevância e implicações positivas?
10. Qual(s) programa (s), em sua análise, atendeu as necessidades educacionais das escolas municipais e como verificam os resultados positivos?

11. A colaboração entre União, Estados e Municípios contribuiu para os avanços na qualidade e nos índices educacionais? Cite um exemplo (ou aspecto).
12. O PAR enquanto instrumento estratégico dos Programas de Governo fortaleceu e auxiliou a Gestão Municipal?
13. Há relação das ações do PAR com as metas, ações técnicas e pedagógicas do planejamento da SEMED? Quanto à valorização dos docentes, há relação?

Considera que as ações do PAR contribuíram e/ou contribuem para a qualificação dos profissionais de educação da Rede Municipal?



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**  
**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRAN**



ROTEIRO DE ENTREVISTA À SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL  
 DE ENSINO DE COXIM -COMITÊ GESTOR- PAR (2º ciclo 2011/2014)

**Secretária:** Sra. SIMONE BEATRIZ GONÇALVES

Questões

1. Por que a Senhora assinou junto ao executivo municipal o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação/Plano de Ações Articuladas?
2. Quando assumiu a Secretaria Municipal de educação, o Plano de Ações Articuladas já estava implantado, no entanto, a continuidade das ações deveriam ser geridas/executadas. Como tomou conhecimento do Plano bem como das implicações para a gestão da educação municipal?
3. Houve dificuldades na elaboração/implementação e no monitoramento do PAR? Pontuem algumas.
4. Como você avalia as políticas de educação implementadas a partir do Plano de Ações Articuladas PAR -2007/2010 e 2011/2014?
5. O processo de elaboração do PAR teve como relevância a realidade e os índices educacionais da educação municipal? Enquanto secretária, observou melhora/evolução nos índices?
6. Como observa e procede junto ao Comitê Gestor e Comitê Local para o monitoramento do PAR?
7. Os representantes dos conselhos (CAE, FUNDEB, CONSELHO MUNICIPAL) atuam com representantes no monitoramento dos Planos: PAR e PME?
8. Quais aspectos e critérios foram estabelecidos para a constituição das equipes foram mais pontuais para execução e monitoramento do PAR neste 2º ciclo? E para a construção do Plano Municipal de Educação - PME?
9. Quanto aos recursos do PAR. Trouxeram contribuições para a qualidade do ensino da Rede Municipal
10. Em quais aspectos que o PAR teve/tem maiores relevância e implicações positivas?
11. Qual(s) programa (s), em sua análise, atendeu as necessidades educacionais das escolas municipais e como verificam os resultados?

12. A colaboração entre União, Estados e Municípios contribuiu para os avanços na qualidade e nos índices educacionais? De que maneira?
13. O PAR enquanto instrumento estratégico dos Programas de Governo fortaleceu e auxiliou a gestão municipal?
14. Há relação das ações do PAR com as metas, ações e planos da SEMED? Quanto à valorização dos docentes, há relação?
15. Quais e de que forma, as ações do PAR e do PME contribuíram e/ou contribuem para qualificação dos profissionais de educação da Rede Municipal?



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**  
**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE**



ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS MEMBROS DO COMITÊ LOCAL DE EDUCAÇÃO  
 PAR COXIM: Representantes dos coordenadores pedagógicos da Rede Municipal de Ensino  
 (PAR – 1º ciclo/2007 e 2º ciclo/ 2011)

Membro do Comitê Local - PAR (1º e 2º ciclos)

Questões:

1. De que forma teve conhecimento sobre o Plano de Ações Articuladas – PAR? Conheceu os critérios e o porquê da sua escolha como representante dos (as) coordenadores (as) das escolas municipais para elaboração do plano?
2. Após nomeação os membros do Comitê Local de Acompanhamento do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação/PAR pela secretária municipal de educação, como se procedeu a elaboração do Plano?
3. Como teve conhecimento do Plano, dos objetivos e metodologia para a elaboração do PAR?
4. Houve dificuldades na elaboração/implementação e no monitoramento do PAR? Pontuem algumas.
5. O processo de elaboração do PAR teve como relevância a realidade e os índices educacionais da educação municipal?
6. Enquanto servidor efetivo da Rede Municipal de Ensino observou melhora/evolução nos índices após a implantação do PAR?
7. Como foi/é sua atuação junto ao Comitê Gestor e/ou Comitê Local para o monitoramento do PAR?
8. Participou como representante na elaboração do PME? Como ocorreu a construção do Plano Municipal de Educação - PME?
9. As ações de responsabilidades do Município foram/estão sendo executadas? Observou melhorias para a escola?
10. Dentre as ações do PAR, descreva as que você tem conhecimento e que contemplaram os aspectos da infraestrutura e recursos pedagógicos?
11. Quais ações contribuíram e contribuem efetivamente para a Formação de Professores e Profissionais de Serviço e Apoio Escolar?

12. Existem ações específicas do PAR voltadas para as Práticas Pedagógicas e Avaliação?
13. O PAR contempla ações de criação e execução do Plano de Cargos e Carreira e Salários dos profissionais da educação. Essas ações vêm sendo executadas? De sua avaliação.
14. O PME está articulado com as ações do PAR? Em suas metas e estratégias, há o incentivo e melhores condições para a qualificação dos docentes?
15. Estão sendo oferecidos cursos de formação inicial e continuada aos docentes e demais profissionais da educação, previstos no PAR e PME?



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**  
**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE**



ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS MEMBROS DO COMITÊ LOCAL DE EDUCAÇÃO - PAR COXIM: Representante dos diretores das Escolas Municipais (PAR 1ºciclo/2007 - 2ºciclo/ 2011)

Diretor (a): FRANCISCA CONCEIÇÃO DA SILVA

Questões:

1. De que forma teve conhecimento sobre o Plano de Ações Articuladas – PAR? Conheceu os critérios e o porquê da sua escolha como representante dos diretores das escolas municipais para elaboração do plano?
2. Após nomeação os membros do Comitê Local de Acompanhamento do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação/PAR pela secretária municipal de educação, como procedeu a elaboração do Plano?
3. Como teve conhecimento do Plano, dos objetivos e metodologia para a elaboração do PAR?
4. Houve dificuldades na elaboração/implementação e no monitoramento do PAR? Pontuem algumas.
5. O processo de elaboração do PAR teve como relevância a realidade e os índices educacionais da educação municipal?
6. Enquanto servidor efetivo da Rede Municipal de Ensino observou melhora/evolução nos índices após a implantação do PAR?
7. Como foi/é sua atuação junto ao Comitê Gestor e Comitê Local para e monitoramento do PAR?
8. Participou como representante na elaboração do PME? Como ocorreu a construção do Plano Municipal de Educação - PME?
9. As ações de responsabilidades do Município foram/estão sendo executadas?
10. Dentre as ações do PAR, descreva qual você tem conhecimento que contemplou aspectos da qualidade do ensino.
11. Quais ações contribuíram e contribuem efetivamente para a gestão escolar?
12. Existem ações específicas do PAR voltadas para a valorização docente?

13. O PAR contempla ações de criação e execução do Plano de Cargos e Carreira e Salários dos profissionais da educação. Essas ações vêm sendo executadas? De sua avaliação.
14. O PME está articulado com as ações do PAR? Em suas metas e estratégias, há incentivo e mais condições para a qualificação dos docentes?
15. Estão sendo oferecidos cursos de formação inicial e continuada aos docentes e demais profissionais da educação, previstos no PAR e PME?



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**  
**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE**



ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS MEMBROS DO COMITÊ LOCAL DE EDUCAÇÃO -  
 PAR COXIM: Representante dos docentes da Rede Municipal de Ensino (PAR – 1º e 2º  
 ciclo)

Professor (a): **ODETE MARIA VENDRUSCULO** Área: LÍNGUA PORTUGUESA

Questões:

1. De que forma teve conhecimento sobre o Plano de Ações Articuladas – PAR?  
 Conheceu os critérios e o porquê da sua escolha como representante dos docentes das escolas municipais para elaboração do plano?
2. Após nomeação os membros do Comitê Local de Acompanhamento do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação/PAR pela secretária municipal de educação, como se procedeu a elaboração do Plano?
3. Como teve conhecimento do Plano, dos objetivos e metodologia para a elaboração do PAR?
4. Houve dificuldades na elaboração/implementação e no monitoramento do PAR?  
 Pontuem algumas.
5. O processo de elaboração do PAR teve como relevância a realidade e os índices educacionais da educação municipal?
6. Enquanto servidor efetivo da Rede Municipal de Ensino observou melhora/evolução nos índices após a implantação do PAR?
7. Como foi/é sua atuação junto ao Comitê Gestor e Comitê Local para e monitoramento do PAR?
8. Tem conhecimento e participou da elaboração do PME?
9. As metas e estratégias do PME tem relação com as ações do PAR?
10. As ações de responsabilidades do Município foram/estão sendo executadas? Quanto aos aspectos pedagógicos, você considera que houve contribuição e melhorias na escola?
11. Dentre as ações do PAR, descreva as que você tem conhecimento e que contemplaram os aspectos da infraestrutura e recursos pedagógicos?

12. Quais ações contribuíram e contribuem efetivamente para a Formação de Professores e Profissionais de Serviço e Apoio?
13. Existem ações específicas voltadas para as Práticas Pedagógicas e Avaliação?
14. O PAR contempla ações de criação e execução do Plano de Cargos e Carreira e Salários dos profissionais da educação. Essas ações vêm sendo executadas? De sua avaliação.
15. O PME está articulado com as ações do PAR? Em suas metas e estratégias, há incentivos e destacam condições para a qualificação dos docentes?
16. Estão sendo oferecidos cursos de formação inicial e continuada aos docentes e demais profissionais da educação, previstos no PAR e PME?

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
 MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO  
 UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

“A VALORIZAÇÃO DOCENTE NO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS – PAR DO MUNICÍPIO DE COXIM E SUAS INTERFACES COM O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO”

Esta entrevista contribuirá para fundamentar a discussão sobre **Políticas Públicas Educacionais** cujo enfoque é o *Plano de Ações Articuladas e o Plano Municipal de Educação: implicações e avanços para a valorização docente*. Pedimos a sua(s) colaboração no sentido de conceder informações, tendo em vista sua participação na implantação e elaboração e monitoramento dos Planos, que certamente contribuirá para a análise e finalização desta pesquisa.

Eu, \_\_\_\_\_ residente à rua \_\_\_\_\_ portador da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF \_\_\_\_\_, nascido em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, abaixo assinado concordo de livre e espontânea vontade participar do estudo: “*A valorização docente no Plano de Ações Articuladas - PAR do Município de Coxim e suas interfaces com o Plano Municipal de Educação*”.

Estando ciente que a participação se dará no sentido de colaboração, enquanto servidor (a) efetivo (a) da secretaria municipal de educação do município de Coxim, como membro do Comitê Gestor e/ou Comitê Local do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, responderei as perguntas realizadas pelo (a) pesquisador (a).

Os dados coletados serão analisados à luz do referencial teórico utilizado, teoria marxista e, basear-se-á na atribuição de Gramsci à dupla função das políticas públicas educacionais, papel do Estado e a função dos docentes, numa perspectiva dialética: a de conservação e a de superação das estruturas capitalistas.

Ressaltamos ainda, que os dados informados direcionarão a discussão sobre a configuração e a importância de Políticas Educacionais, como o Plano de Ações Articuladas – PAR e o PME, para a compreensão e o reexame das questões da valorização docente, por

todos os envolvidos nos processos educacionais especialmente, na rede municipal de ensino do município de Coxim.

Figura 2. - Mecanismos de cooperação .....

Considerando que as informações transmitidas poderão ser explicitadas em publicações acadêmicas, cabe esclarecer que os dados mencionados não constarão seus dados pessoais. No corpo do texto, os nomes dos entrevistados serão descritos, no entanto, para a análise das respostas dadas os nomes não serão veiculados.

Para tanto, necessitaremos da assinatura do (s) participante (s) nas páginas do Termo de Consentimento para confirmação da autorização e fidedignidade da pesquisa. Declaro que obtive todas as informações necessárias e eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas e, desta forma autorizo a minha participação na referida pesquisa acima citada.

Pesquisador (a) responsável: Márcia Cristina Paganini Piva

Email: [paganini@uems.br](mailto:paganini@uems.br) ou [paganini.pacto@gmail.com](mailto:paganini.pacto@gmail.com)

Assinatura do Pesquisador(a): \_\_\_\_\_

Assinatura do Participante \_\_\_\_\_

## ANEXO A - Termo de Cooperação Técnica do PAR

**APRESENTAÇÃO**  
**Ministério da Educação**  
**PAR - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS**  
**RELATÓRIO PÚBLICO**  
**APRESENTAÇÃO**

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado pelo Ministério da Educação em abril de 2007, colocou à disposição dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, instrumentos eficazes de avaliação e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública.

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007, é um programa estratégico do PDE, e inaugura um novo regime de colaboração, que busca concertar a atuação dos entes federados sem ferir-lhes a autonomia, envolvendo primordialmente a decisão política, a ação técnica e atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais. Trata-se de um compromisso fundado em 28 diretrizes e consubstanciado em um plano de metas concretas, efetivas, que compartilha competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica.

A partir da adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, os estados e municípios elaboram seus respectivos Planos de Ações Articuladas.

Para auxiliar na elaboração do PAR, o Ministério da Educação criou um novo sistema, o SIMEC – Módulo PAR Plano de Metas -, integrado aos sistemas que já possuía, e que pode ser acessado de qualquer computador conectado à internet, representando uma importante evolução tecnológica, com agilidade e transparência nos processos de elaboração, análise e apresentação de resultados dos PAR.

Com metas claras, passíveis de acompanhamento público e controle social, o MEC pode assim disponibilizar, para consulta pública, os relatórios dos Planos de Ações Articuladas elaborados pelos estados e municípios que aderiram ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

Apresentamos, a seguir, uma breve descrição dos elementos constitutivos do PAR.

Inicialmente, os estados e municípios devem realizar um diagnóstico minucioso da realidade educacional local. A partir desse diagnóstico, desenvolverão um conjunto coerente de ações que resulta no PAR.

O instrumento para o diagnóstico da situação educacional local está estruturado em quatro grandes dimensões:

1. **Gestão Educacional.**
2. **Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar.**
3. **Práticas Pedagógicas e Avaliação.**
4. **Infra-estrutura Física e Recursos Pedagógicos.**

Cada dimensão é composta por áreas de atuação, e cada área apresenta indicadores específicos. Esses indicadores são pontuados segundo a descrição de critérios correspondentes a quatro níveis.

A pontuação gerada para cada indicador é fator determinante para a elaboração do PAR, ou seja, na metodologia adotada, apenas critérios de pontuação 1 e 2, que representam situações insatisfatórias ou inexistentes, podem gerar ações.

Assim, o relatório disponibilizado apresenta as seguintes informações:

1. **Síntese por indicador:** resultado detalhado da realização do diagnóstico.
2. **Síntese da dimensão:** resultado quantitativo da realização do diagnóstico.
3. **Síntese do PAR:** apresenta o detalhamento das ações e subações selecionadas por cada estado ou município.
4. **Termo de Cooperação:** apresenta a relação de ações e subações que contarão com o apoio técnico do Ministério da Educação.
5. **Liberação dos recursos:** apresenta a relação de ações que geraram convênio, ou seja, a liberação de recursos financeiros.

Cabe destacar que no presente momento apenas as informações sobre as redes municipais estão disponíveis.

Para mais informações, consulte o portal do MEC, [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br), veja "IDEB - Saiba como melhorar".

## Relatório Público

## SÍNTESE DO INDICADOR

## Gestão Educacional

## I. Comunicação com a Sociedade

Indicador	Pontuação	Critério
1	2	Quando existem acordos, por parte de algumas escolas e/ou da SME, com parceiros externos para o desenvolvimento de atividades complementares, que visem à formação integral dos alunos. Não há iniciativa da SME e das demais escolas para ampliar o atendimento.

## Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos

2	2	Quando parte (menos de 50%) das escolas da rede possui materiais pedagógicos diversos (mapas, jogos, dicionários, brinquedos), porém, a quantidade existente não atende a necessidade de alunos e professores. Ou quando parte das escolas da rede possui apenas materiais como mapas e dicionários, em quantidade insuficiente para atender alunos e professores e não dispõem de materiais lúdicos (jogos e brinquedos).
---	---	--

## Práticas Pedagógicas e Avaliação

## I. Avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem.

Indicador	Pontuação	Critério
1	2	Quando os professores geram o conceito final considerando somente os elementos informativos; os elementos formativos são, por vezes, utilizados em atividades interdisciplinares; não há estímulo à auto-avaliação e são raras as atividades interdisciplinares.

## Gestão Educacional

## I. Comunicação com a Sociedade

Indicador	Pontuação	Critério
3	2	Quando o espaço escolar é utilizado pela comunidade em situações excepcionais, como nos casos em que os outros espaços comumente utilizados estão indisponíveis. A SME não tem nenhuma ação planejada para mudar a situação.

## Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos

## I. Integração e Expansão do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Pública

Indicador	Pontuação	Critério
1	2	Quando parte das escolas da rede possuem apenas um computador ligado à rede mundial de computadores, cada, sua utilização fica restrita à direção e à secretaria da escola.

## Gestão Educacional

## I. Suficiência e estabilidade da equipe escolar.

Indicador	Pontuação	Critério
2	1	Quando a SME e as escolas não calculam o número de remoções e substituições do quadro de professores não existe nenhuma forma de controle por parte da SME e das escolas, do quantitativo de professores necessário para o ano seguinte.

## Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos

## I. Instalações físicas gerais

Indicador	Pontuação	Critério
7	3	Quando 50% ou mais das instalações e equipamentos das escolas são adequados ao fim a que se destinam e estão em bom estado de conservação.

## Gestão Educacional

## I. Desenvolvimento da Educação Básica: ações que visem à sua universalização, a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem assegurando a equidade nas condições de acesso e permanência e conclusão na idade adequada

Indicador	Pontuação	Critério
2	2	Quando menos de 50% das escolas da rede oferecem atividades no contraturno; contemplam unicamente alunos matriculados em uma das etapas do Ensino Fundamental; estão ligadas apenas ao lazer e não são monitoradas por professores, coordenadores pedagógicos ou outros profissionais; também não estão contempladas no PME e nos PP.

## Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos

## I. Instalações físicas gerais

Indicador	Pontuação	Critério
4	2	Quando parte das escolas da rede possuem cozinha, mas estas não estão devidamente equipadas; o estado de conservação dos equipamentos é ruim, os espaços para o armazenamento dos alimentos são pouco adequados; as escolas não dispõem de refeitório.

## Gestão Educacional

2 1 Quando não existe um CME implementado. Ou quando o CME existente é apenas formal.

## Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar

## I. Formação Continuada de Professores da Educação Básica

Indicador	Pontuação	Critério
2	2	Quando existem políticas sem implementação, ou com implementação acidental, voltadas para a formação continuada dos professores que atuam nos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental; estas não visam integralmente a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita, da matemática e dos demais componentes curriculares.

## I. Formação Inicial de Professores da Educação Básica.

Indicador	Pontuação	Critério
3	3	Quando parte (mais de 50%) dos professores da rede que atuam nos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental possuem formação superior em curso de licenciatura.

## Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos

## I. Integração e Expansão do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Pública

Indicador	Pontuação	Critério
2	2	Quando parte das escolas da rede possui apenas TV e vídeo, em sala não específica e os materiais didáticos disponíveis não são atualizados.

## Práticas Pedagógicas e Avaliação

## I. Elaboração e Organização das práticas pedagógicas

Indicador	Pontuação	Critério
2	2	Quando ocorrem reuniões e horários de trabalhos pedagógicos, esporadicamente, para discussão de conteúdos e metodologias de ensino, mas estas não contam com a participação de todos os professores. Estas reuniões/horários não estão previstos no calendário escolar.

## Gestão Educacional

5 4 Quando existem critérios definidos e claros para a escolha da direção das escolas; estes critérios consideram experiência educacional, mérito e desempenho; são conhecidos por todos e publicados na forma de Lei, Decreto, Portaria ou Resolução.

## Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar

## I. Formação de Professores da Educação Básica para atuação em educação especial, escolas do campo, comunidades Quilombolas ou Indígenas.

Indicador	Pontuação	Critério
-----------	-----------	----------

## Relatório Público

1	2	Quando menos de 50% dos professores que atuam em educação especial, escolas do campo, comunidades quilombolas ou indígenas participam ou participaram de cursos com formação específica para atuação nestas modalidades.
3. Práticas Pedagógicas e Avaliação		
2. Avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem.		
Indicador	Pontuação	Critério
2	1	Quando a escola não oferece tempo para assistência individual e/ou coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem.
4	0	Não se aplica.
1. Gestão Educacional		
1. Gestão Democrática: Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino		
Indicador	Pontuação	Critério
3	4	Quando o CAE é representado por todos os segmentos (conforme norma); o CAE possui um regimento interno conhecido por todos (comunidade interna e externa); reúne-se regularmente e atua fiscalizando a aplicação dos recursos transferidos; zela pela qualidade dos produtos; acompanha desde a compra até a distribuição dos alimentos/produtos nas escolas; está atento às boas práticas sanitárias, de higiene e ao objetivo de formação de bons hábitos alimentares.
3. Práticas Pedagógicas e Avaliação		
3	2	Quando a SME e as escolas prevêm, mas não dão condições para a realização de práticas pedagógicas fora do espaço escolar; as atividades ficam restritas a algumas visitas e não envolvem a integração com a comunidade do entorno.
4. Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos		
6	2	Quando as instalações das escolas são parcialmente adequadas às condições de acesso para PcD, com poucas rampas de acesso. Ausência de um planejamento da SME.
2. Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar		
2. Formação Continuada de Professores da Educação Básica		
Indicador	Pontuação	Critério
1	2	Quando existem políticas sem implementação, votadas para a formação continuada dos professores que atuam na Educação Infantil (creches e pré-escolas).
1. Gestão Educacional		
1. Gestão Democrática: Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino		
Indicador	Pontuação	Critério
1	1	Quando não existem CE implantados, a SME não sugere, tampouco orienta sua implantação. As escolas da rede não se mobilizam para formação de CE.
2. Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar		
1	4	Quando todos os professores que atuam nas creches possuem habilitação adequada.
4. Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos		
3. Recursos Pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais		
Indicador	Pontuação	Critério
1	2	Quando o acervo é inadequado para uma ou mais etapas de ensino; não atende necessidades dos alunos e professores.
1. Gestão Educacional		
4. Suficiência e estabilidade da equipe escolar		
Indicador	Pontuação	Critério
1	4	Quando todas as escolas da rede apresentam uma relação matrícula/professor adequada resultante de uma política da SME que visa garantir boas condições de trabalho ao professor e considera as necessidades pedagógicas das diversas faixas etárias.
1. Gestão Democrática: Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino		
Indicador	Pontuação	Critério
4	2	Quando todas as escolas possuem um PP, que é padrão para toda a rede, tendo sido elaborado diretamente pela SME.
9	1	Quando não existe Plano de Carreira.
4. Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos		
3. Recursos Pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais		
Indicador	Pontuação	Critério
3	2	Quando parte das escolas da rede possuem equipamentos e materiais esportivos. Estes não estão em bom estado de conservação e a quantidade é insuficiente para o desenvolvimento de práticas desportivas.
2. Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar		
1. Formação Inicial de Professores da Educação Básica		
Indicador	Pontuação	Critério
2	4	Quando todos os professores que atuam na pré-escola possuem habilitação adequada.
4. Formação Inicial e continuada de professores da Educação Básica para cumprimento da Lei 10.639/03		
Indicador	Pontuação	Critério
1	1	Quando não existem políticas voltadas para a formação inicial e continuada dos professores visando o cumprimento da Lei 10.639/03.
4. Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos		
3. Recursos Pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais		
Indicador	Pontuação	Critério
5	2	Quando professores, coordenadores/supervisores pedagógicos e alunos, eventualmente confeccionam materiais didáticos e pedagógicos diversos. A SME não estimula essa prática; não oferece cursos de capacitação nem os recursos materiais necessários.
1. Instalações físicas gerais		
Indicador	Pontuação	Critério
3	2	Quando menos de 50% das escolas da rede possui quadra de esportes e estas necessitam de reparos, pois colocam em risco a segurança dos usuários.
2. Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar		
4	3	Quando parte (mais de 50%) dos professores da rede que atuam nos anos/séries finais do Ensino Fundamental possuem formação superior na área/disciplina de atuação.
1. Gestão Educacional		
5. Gestão de Finanças		
Indicador	Pontuação	Critério
2	3	Quando a aplicação dos recursos de redistribuição e complementação do Fundeb acontece de acordo com os princípios legais; as áreas prioritárias eventualmente provêm de um diagnóstico situacional e o controle social é exercido parcialmente pelo Conselho responsável.
3. Práticas Pedagógicas e Avaliação		
2. Avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem.		

## Relatório Público

Indicador	Pontuação	Critério
3	3	Quando existem mecanismos claros e definidos para o registro diário da frequência dos alunos. A escola eventualmente entra em contato com os pais para saber o motivo da ausência. Eventualmente a escola comunica as instâncias pertinentes quando não consegue trazer o aluno de volta à frequência regular.
1. Gestão Educacional		
3	2	Quando a SME e as escolas divulgam, em parte, os resultados das avaliações oficiais do MEC; mas os resultados não são analisados e discutidos pela comunidade escolar.
4. Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos		
1. Instalações físicas gerais		
Indicador	Pontuação	Critério
1	2	Quando as instalações da biblioteca não permitem a organização e armazenamento do acervo; não existe espaço suficiente para estudos individuais e em grupo.
1. Gestão Educacional		
7	4	Quando existe plano de carreira para o magistério com boa implementação; resulta ou expressa com clareza uma concepção de valorização do magistério para a qualidade da educação escolar, sendo de conhecimento da comunidade. O plano estabelece regras claras para ingresso na carreira (por concurso público), avaliação de desempenho e critérios de evolução funcional através de trajetória de formação (formação inicial e continuada) e tempo de serviço; assim como prevê composição da jornada de trabalho com horas-aula e horas-atividade.
2. Desenvolvimento da Educação Básica: ações que visem a sua universalização, a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem assegurando a equidade nas condições de acesso e permanência e conclusão na idade adequada		
Indicador	Pontuação	Critério
1	3	Quando o Ensino Fundamental de 09 anos está implantado na rede municipal; houve, em parte, a reestruturação da proposta pedagógica; houve ações de capacitação dos profissionais, mas os espaços físicos, mobiliário adequado, equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos compatíveis com a faixa etária da criança de 06 anos, ainda não estão disponíveis para todas as escolas.
1. Gestão Democrática: Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino		
Indicador	Pontuação	Critério
6	1	Quando não existe nenhuma forma de acompanhamento e avaliação das metas do Plano Municipal de Educação (PME), por parte da SME, ou previsão de implantação, ou, ainda, quando não existe um PME.
5. Gestão de Finanças		
Indicador	Pontuação	Critério
1	3	Quando existe, em parte, a implementação de mecanismos de fiscalização e controle tanto interno quanto externo e social, que assegurem o cumprimento do dispositivo constitucional de vinculação de recursos da educação, através da análise e divulgação do demonstrativo de investimentos em mais de 50% das unidades escolares e contempla outras formas de publicização.
3. Comunicação com a Sociedade		
Indicador	Pontuação	Critério
4	4	Quando o poder público recupera e mantém, constantemente, espaços públicos de lazer, esportivos e outros, que podem ser utilizados pela comunidade escolar, e existe uma política de incentivo e apoio efetivo para utilização destes espaços.
4. Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos		
4	1	Quando os recursos pedagógicos existentes não consideram a diversidade racial, cultural e de pessoas com necessidades educacionais especiais.
2. Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar		
5. Formação do Profissional de Serviços e Apoio Escolar		
Indicador	Pontuação	Critério
1	2	Quando menos de 50% das escolas da rede possuem pelo menos 1 profissional de serviço e apoio escolar que participe ou participou de programas de qualificação, voltados para gestão escolar.
2. Formação Continuada de Professores da Educação Básica		
Indicador	Pontuação	Critério
3	2	Quando existem políticas sem implementação, voltadas para a formação continuada dos professores que atuam nos anos/séries finais do Ensino Fundamental, mas estas não visam integralmente a melhoria da qualidade de aprendizagem de todos os componentes curriculares.
3. Práticas Pedagógicas e Avaliação		
1. Elaboração e Organização das práticas pedagógicas		
Indicador	Pontuação	Critério
1	4	Quando todas as escolas da rede possuem coordenadores ou supervisores pedagógicos em tempo integral. Esses profissionais orientam e auxiliam os professores no desenvolvimento de conteúdos e metodologias.
4. Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos		
2	2	Quando existem laboratórios de ciências, informática e/ou artes, mas estão desativados por falta de equipamentos necessários.
5	2	Quando as instalações para o ensino atendem, minimamente, as dimensões para o número de alunos, a acústica, iluminação, ventilação e limpeza. O mobiliário está em péssimas condições de utilização.
1. Gestão Educacional		
3. Comunicação com a Sociedade		
Indicador	Pontuação	Critério
2	1	Quando a metodologia fornecida por parceiros externos não reflete a real necessidade das escolas; não houve discussão do conteúdo e objetivos com a comunidade escolar; a metodologia adotada não consta do PME nem do PP das escolas; os professores não recebem capacitação e os resultados quanto à aprendizagem dos alunos não são satisfatórios.
1. Gestão Democrática: Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino		
Indicador	Pontuação	Critério
8	4	Quando existem regras claras e definidas para o estágio probatório de professores e demais profissionais da educação. Essas regras são de conhecimento e compreensão de todos. O servidor tem acesso aos relatórios e boletins de avaliação de desempenho. As avaliações, tanto para o estágio de professores quanto o dos demais profissionais são realizadas com participação de membros externos ao seu sistema educacional; a avaliação considera aspectos relacionados a assiduidade, resultado dos alunos nas avaliações oficiais, pontualidade, participação na elaboração do PP e participação nas discussões ou trabalhos pedagógicos. O período de estágio probatório é visto como um momento ideal para complementar a formação do professor orientando a prática docente e acompanhando o seu desenvolvimento.
3. Práticas Pedagógicas e Avaliação		
4	2	Quando existem, em menos de 50% das escolas da rede, programas de incentivo à leitura em apenas uma etapa de ensino, para o professor e o aluno.

## Relatório Público

SINTESE DA DIMENSÃO					
Dimensão	Pontuação				
	4	3	2	1	n/a
1. Gestão Educacional	6	3	5	6	0
2. Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar	2	2	5	1	0
3. Práticas Pedagógicas e Avaliação	1	1	4	1	1
4. Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos	0	1	12	1	0
<b>Total:</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>26</b>	<b>9</b>	<b>1</b>

n/a : Não se Aplica.



## TERMO DE COOPERAÇÃO



Ministério da Educação

## TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 25221 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC E O MUNICÍPIO DE COXIMMS REPRESENTADO PELA PREF MUN DE COXIM.

A União, por meio do Ministério da Educação - MEC, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.445/0124-52, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Brasília/DF, neste ato representado pelo ministro de Estado Fernando Haddad, e o MUNICÍPIO DE COXIMMS, representado pela PREF MUN DE COXIM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03510211000162, neste ato representada pelo(a) prefeito(a) DINALVA GARCIA LEMOS DE MORAIS MOURAO, residente e domiciliado(a) em Coxim/MS, CPF nº 19992815191, resolvem celebrar o presente **Termo de Cooperação Técnica**, em conformidade com as peças constantes no Processo nº 23400.003034/2008-12, nos termos do Decreto nº 6094 de 24 de abril de 2007, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**DO OBJETO**

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente **Termo de Cooperação Técnica** tem por objeto a conjugação de esforços entre as partes para a promoção de ações e atividades que contribuam para o processo de desenvolvimento educacional do município, visando a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

Parágrafo único - O MEC designa como unidades executoras do presente **Termo de Cooperação Técnica** o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, a Secretaria de Educação Especial - SEESP, a Secretaria de Educação a Distância - SEED, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC e a Secretaria de Educação Básica - SEB.

**DAS AÇÕES**

CLÁUSULA SEGUNDA - A implementação do **Termo de Cooperação Técnica** se dará por intermédio da execução de ações e atividades descritas no Anexo I deste Termo.

Parágrafo único - A execução das ações constantes do Anexo I será de acordo com os quantitativos, estratégias de implementação e cronogramas constantes do Plano de Ações Articuladas, parte integrante deste processo.

**DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTICIPES**

CLÁUSULA TERCEIRA - Compete conjuntamente aos partícipes:

- a. desenvolver, elaborar e prover apoio técnico aos programas e projetos a serem definidos para a implementação do presente Termo;
- b. disponibilizar materiais e informações técnicas necessárias à implementação dos programas e projetos;
- c. acompanhar, monitorar e avaliar os resultados alcançados nas ações e atividades programadas, visando a minimização e/ou adequação quando necessários;
- d. conduzir todas as atividades com eficiência e dentro de práticas administrativas e técnicas adequadas.

**DA VIGÊNCIA**

CLÁUSULA QUARTA - O presente **Termo de Cooperação Técnica** vigorará pelo prazo de 04 (quatro) anos, a partir da data de sua assinatura, com a possibilidade de prorrogação por igual ou inferior período, podendo ser rescindido por iniciativa de qualquer das partes, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias.

**DAS ALTERAÇÕES (AJUSTES)**

CLÁUSULA QUINTA - O presente **Termo de Cooperação Técnica** poderá ser ajustado (aditivado), sempre que houver acordo para alteração das ações previstas no Plano de Ações Articuladas.

**DOS RECURSOS**

CLÁUSULA SEXTA - Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes para a execução deste **Termo de Cooperação Técnica**. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como serviços de terceiros, pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta de dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes e/ou outros parceiros.

**DA RESCISÃO**

CLÁUSULA SÉTIMA - A rescisão deste Termo ocorrerá em decorrência do inadimplemento das cláusulas pactuadas, quando a execução das ações e atividades estiver em desacordo com o objeto, e ainda por razões de interesse público.

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

CLÁUSULA OITAVA - A efetividade das ações assumidas pelo MEC/FNDE fica condicionada à disponibilidade orçamentária-financeira, bem como às demais circunstâncias impeditivas ao cumprimento do estabelecido no presente Termo.

**DO FORO**

CLÁUSULA NONA - Fica eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir dúvidas ou litígios decorrentes da interpretação, aplicação ou execução deste Termo, com renúncia expressa de qualquer outro.

**Relatório Público**

E, por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, perante as duas testemunhas abaixo qualificadas.

Brasília-DF, 12 de Janeiro de 2010.

\_\_\_\_\_  
**FERNANDO HADDAD**  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

\_\_\_\_\_  
**DINALVA GARCIA LEMOS DE MORAIS MOURAO**  
PREF MUN DE COXIM

**Testemunhas:**

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
R.G: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
R.G: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

## Relatório Público

**Anexo 1**  
Assistência Técnica do MEC ao Município Coxim.

**1. Gestão Educacional**

1. Disponibilizar 1 kit(s) de material informativo, para qualificação da equipe da SME, pelo SECAD - Programa Mais Educação (kit informativo).
2. Capacitar 4 conselheiro(s), para formação dos demais conselheiros municipais, pelo Prê-Conselho - Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação.
3. Disponibilizar recursos financeiros para 4 unidade(s) escolar(es), para aplicação em projetos decorrentes do PDE Escola - Plano de Desenvolvimento da Escola.
4. Construir juntamente com a SME 1 documento(s) com propostas de reordenamento da rede, pelo Programa Microplanejamento Educacional.

**2. Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar**

1. Capacitar 44 professor(es) cursista(s) em curso de formação continuada, pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Aperfeiçoamento - Professores Educação Infantil.
2. Disponibilizar 126 kit(s) de material para suporte ao processo didático de implantação da Lei 10.639/03, pela SECAD - Formação para Diversidade - Educação das Relações Étnico-raciais.
3. Capacitar 4 professor(es) cursista(s) dos anos/séries iniciais do ensino fundamental, em curso de formação continuada para professores que atuam com crianças de 6 anos pela (S) Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Aperfeiçoamento - Professores Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
4. Capacitar 8 professor(es) cursista(s) dos anos/séries finais do ensino fundamental, em curso de aperfeiçoamento na área de Alfabetização e Linguagem, pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Aperfeiçoamento em Alfabetização e Linguagem para Anos Finais do Ensino Fundamental.
5. Capacitar 4 professor(es) cursista(s) dos anos/séries finais do ensino fundamental, em curso de aperfeiçoamento na área de Artes e Educação Física, pela (S) Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Aperfeiçoamento em Artes e Educação Física.
6. Capacitar 8 professor(es) cursista(s) dos anos/séries finais do ensino fundamental, em curso de aperfeiçoamento na área de Educação Matemática e Científica, pela (S) Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Aperfeiçoamento em Educação Matemática e Científica para Anos Finais do Ensino Fundamental.
7. Capacitar 4 professor(es) cursista(s) dos anos/séries finais do ensino fundamental, em curso de aperfeiçoamento na área de ensino de Ciências Humanas e Sociais, pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Aperfeiçoamento em Ciências Humanas e Sociais para Anos Finais do Ensino Fundamental.
8. Qualificar 16 funcionário(s) de serviço e apoio escolar, pelo Profucionário - Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação (Alimentação Escolar).
9. Qualificar 8 funcionário(s) de serviço e apoio escolar, pelo Profucionário - Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação (Gestão Escolar).
10. Qualificar 16 funcionário(s) de serviço e apoio escolar, pelo Profucionário - Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação (Meio Ambiente e Manutenção e Infra-estrutura Escolar).
11. Capacitar 126 professor(es) cursista(s) em História e Cultura Afro-brasileira e Africana, pela SECAD - Formação para Diversidade - Educação das Relações Étnico-raciais.
12. Capacitar 16 professor(es) cursista(s) em curso presencial, pela SEESP - Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade.

**3. Práticas Pedagógicas e Avaliação**

1. Capacitar 100 professor(es) cursista(s) em curso de formação continuada, nas áreas de currículo e avaliação, pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Aperfeiçoamento - Currículo e Avaliação.

**4. Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos**

1. Capacitar 8 professor(es) cursista(s) para utilização do material das salas de vídeo, pelo Programa de Formação Continuada Mídias na Educação (formação continuada para o uso pedagógico das tecnologias da informação e da comunicação).
2. Implantar em 4 unidade(s) escolar(es) laboratório(s) de Informática, pelo Proinfo - Programa Nacional de Tecnologia Educacional.
3. Disponibilizar 16 kits de materiais didáticos diversos para unidade(s) escolar(es), pelo Kit Pedagógico - SEB.
4. Disponibilizar 8 kits de materiais didáticos diversos para unidade(s) escolar(es), para incentivar a implementação de atividades no contraturno, pelo SECAD - Programa Mais Educação (kit de materiais didáticos).
5. Implantar em 4 unidade(s) escolar(es) programa de conexão à rede mundial de computadores, pelo Proinfo - Banda Larga nas Escolas e Gesac.
6. Realizar juntamente com a SME a adequação de 4 unidade(s) escolar(es) tornando-as acessíveis às pessoas com deficiência pelo SEESP - Acessibilidade.

## Relatório Público

## LIBERAÇÃO DE RECURSOS



Fundo Nacional de  
Desenvolvimento da Educação

Ministério  
da Educação

LIBERAÇÕES - CONSULTAS GERAIS

Entidade.: 03.510.211/0001-62 - PREF MUN DE COXIM				Município.: COXIM - MS			
<b>ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PROG.NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR</b>							
Data Pgto	OB	Valor	Programa	Banco	Agência	C/C	
02/MAR/2016	807567	210,00	ALIMENTACAO ESCOLAR - AEE	BANCO DO BRASIL	0552	0000195731	
02/MAR/2016	807603	384,00	ALIMENTACAO ESCOLAR - EJA	BANCO DO BRASIL	0552	0000195731	
02/MAR/2016	807641	6.860,00	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PRE-ESCOLA	BANCO DO BRASIL	0552	0000195731	
02/MAR/2016	807905	7.200,00	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	BANCO DO BRASIL	0552	0000195731	
02/MAR/2016	808003	16.820,00	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CRECHE	BANCO DO BRASIL	0552	0000195731	
04/ABR/2016	810334	6.860,00	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PRE-ESCOLA	BANCO DO BRASIL	0552	0000195731	
04/ABR/2016	810427	7.200,00	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	BANCO DO BRASIL	0552	0000195731	
04/ABR/2016	810535	210,00	ALIMENTACAO ESCOLAR - AEE	BANCO DO BRASIL	0552	0000195731	
04/ABR/2016	810541	16.820,00	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CRECHE	BANCO DO BRASIL	0552	0000195731	
04/ABR/2016	810900	384,00	ALIMENTACAO ESCOLAR - EJA	BANCO DO BRASIL	0552	0000195731	
<b>Total:</b>		<b>62.948,00</b>					
<b>BRASIL CARINHOSO TD - BRASIL CARINHOSO - TRANSFERENCIA DIRETA</b>							
Data Pgto	OB	Valor	Parcela	Programa	Banco	Agência	C/C
19/FEV/2016	806635	170.086,89	001	APOIO A CRECHES - SUPLEMENTACAO	BANCO DO BRASIL	0552	000027173X
<b>Total:</b>		<b>170.086,89</b>					
<b>PNATE - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSP DO ESCOLAR</b>							
Data Pgto	OB	Valor	Programa	Banco	Agência	C/C	
02/MAR/2016	807367	1.070,61	PNATE - TRANSPORTE ESCOLAR MEDIO	BANCO DO BRASIL	0552	0000114618	
02/MAR/2016	807409	42,26	PNATE - TRANSPORTE ESCOLAR INFANTIL	BANCO DO BRASIL	0552	0000114618	
02/MAR/2016	807455	6.395,50	PNATE - TRANSPORTE ESCOLAR FUNDAMENTAL	BANCO DO BRASIL	0552	0000114618	
04/ABR/2016	810653	42,26	PNATE - TRANSPORTE ESCOLAR INFANTIL	BANCO DO BRASIL	0552	0000114618	
04/ABR/2016	810717	1.070,61	PNATE - TRANSPORTE ESCOLAR MEDIO	BANCO DO BRASIL	0552	0000114618	
04/ABR/2016	810789	6.395,50	PNATE - TRANSPORTE ESCOLAR FUNDAMENTAL	BANCO DO BRASIL	0552	0000114618	
<b>Total:</b>		<b>15.016,74</b>					
<b>QUOTA - QUOTA ESTADUAL / MUNICIPAL</b>							
Data Pgto	OB	Valor	Programa	Banco	Agência	C/C	
12/JAN/2016	800792	43.502,77	SALARIO-EDUCAÇÃO: REPASSE A ESTADO/MUNICIPIO	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1107	0066720017	
12/FEV/2016	805782	74.890,61	SALARIO-EDUCAÇÃO: REPASSE A ESTADO/MUNICIPIO	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1107	0066720017	
09/MAR/2016	808962	42.578,27	SALARIO-EDUCAÇÃO: REPASSE A ESTADO/MUNICIPIO	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1107	0066720017	
12/ABR/2016	811545	42.857,11	SALARIO-EDUCAÇÃO: REPASSE A ESTADO/MUNICIPIO	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1107	0066720017	
<b>Total:</b>		<b>203.828,76</b>					

Dados referentes ao fechamento do dia: 24/04/2016

**ANEXO B – Ações do PAR- 2007/2010 e PAR 2011: Subseções relacionadas à valorização dos docentes**

Quadro 1. Questões Pontuais e Respostas apresentadas do Sistema Municipal de Ensino de Coxim - Dimensão 1 Gestão Educacional

<b>Questão</b>	<b>Respostas</b> *Em caso positivo relacione os Programas conhecidos e/ou utilizados.
Questão 1. É de conhecimento do município a possibilidade de participar de Programas do Governo Federal e outros órgãos ou instituições, a fim de melhorar a qualidade da educação?	São conhecedores dos vários programas do Governo Federal; Tem conhecimento dos vários Programas do Governo Federal como: Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE, Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos – EJA, Programa Nacional de apoio ao Transporte Escolar – PNATE, Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, Programa para Portadores de necessidades Especiais, Programa Caminho na Escola, Programa de Formação Continuada, FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, PTAs, Quota – Salário Educação e outros.
Questão 2. Qual é o papel da secretaria ou coordenação regional na definição das diretrizes de gestão, pedagógicas, e de funcionamento da escola? (Aferir o grau de autonomia da escola)	A Secretaria Municipal de Educação dá autonomia às escolas quanto à gestão pedagógica e de funcionamento.
Questão 3. A secretaria analisou os resultados da Prova Brasil das escolas sob sua responsabilidade? Qual a opinião? Reflete a realidade? Há outro processo de avaliação?	Resposta: A Secretaria analisa e utiliza os resultados da Prova Brasil, no entanto, faltou uma prévia orientação à direção, coordenação, professores e alunos com referência sobre a importância da avaliação aos alunos, a Prova não reflete a realidade de nossas escolas e fazem um “simulado” para verificar o nível da aprendizagem dos alunos;
Questão 4. A Secretaria analisa e utiliza os resultados da Prova Brasil, no entanto, faltou uma prévia orientação à direção, coordenação, professores e alunos com referência sobre a importância da avaliação aos alunos, a Prova não reflete a realidade de nossas escolas e fazem um “simulado”	Resposta: Qual a articulação dos conselhos escolares com a Secretaria Municipal ou direção regional e com o conselho municipal de educação e com conselhos de acompanhamento e controle social que têm mais relação com a educação (alimentação escolar, FUNDEF/FUNDEB e bolsa-família)? Resposta: o Conselho do FUNDEB e CAE foi instituído e é atuante

para verificar o nível da aprendizagem dos alunos;	na Rede de Ensino;
Questão 5. Existem programas específicos de alfabetização de jovens e adultos? Quais? Atende a quantas pessoas? Quais os parceiros?	Resposta: A SEMED – Rede Municipal de Ensino atendem alunos do EJA, da 1ª e 2ª fases;
Questão 6. As creches são credenciadas e integradas à rede municipal de ensino?	Resposta: Sim, todos os centros de educação infantil são integrados e sob a responsabilidade da Rede Municipal de Ensino;
Questão 7. Todas as crianças de 06 a 14 anos frequentam a escola?	Resposta: Sim, por não haver na rede falta de vagas;
Questão 8. Qual é a estimativa de crianças de 06 a 14 anos de idade que estão fora da escola?	Resposta: no máximo 3% (três por cento) de crianças fora da escola
Questão 9. Há fatores que podem ser considerados centrais para explicar a não frequência à escola de crianças e adolescentes nessa faixa etária?	Resposta: Ocorre mudança de endereço, constantemente entre os alunos, atribuímos à falta de responsabilidade das famílias, pois não enfrentamos problemas de falta de vagas e sempre estimulamos a frequência e continuidade dos estudos.
Questão 10. Qual a percentual de aplicação dos recursos de transferência legal destinados pelo FNDE nos últimos 02 anos?	Resposta: Ocorreram 100% de transferência e a aplicação dos recursos do FNDE na educação;
Questão 11. O Município complementa e em quanto – os recursos de transferência legal?	O Município aplicou no ano anterior (2006) a implantação do PAR, 33,25% dos recursos próprios em educação
Questão 12. O Município recebe apoio do Estado para: a) Transporte escolar? b) Alimentação? c) Apoio pedagógico (material e supervisão)?	Resposta: Somente a partir de 2007 que ocorreu a transferência/repasso do Estado a ser destinado ao transporte escolar conforme apresentado na prestação de contas (documento em anexo ao PAR) e ainda recebem do Governo do Estado transferência financeira para despesas com o Transporte Escolar, um total de R\$682.900,00 anualmente, no entanto dividido em 10 (dez) parcelas e do Ministério da Educação receberam em 2006 a transferência para os programas a seguir, os seguintes valores: PNAC R\$11.308,00; PNAE R\$

	95.929,60; PNATE R\$ 57.580,29; PEJA R\$ 2.517,49; PTA (Escola de Fábrica) R\$ 60.000,00; PTA (Rede Física R\$ 301.966,33; QUOTA R\$ 121.142,85 e ainda recebem da União: Apoio Técnico Pedagógico da Secretaria Estadual de Educação para: SALÁRIO EDUCAÇÃO, PES, Escola Ativa e PDE-Escola, PAR e outros;
Questão 13. Que valores recebeu da cota municipal do salário educação e quanto aplicou, nos últimos 2 anos?	Resposta: Receberam no ano de 2006 da QUOTA-Salário Educação o total de R\$ 121.142,85 e no ano de 2007 receberam até o mês de outubro o total de R\$ 125.626,49 e esses valores aplicados 100% na educação.
Questão 14. Em que ações têm sido aplicados estes recursos da cota municipal do salário educação?	Resposta: No ano de 2006 os recursos foram aplicados, todo, no Transporte Escolar. No ano 2007, foi utilizado na compra de Material Didático, foi gasto com reparos nas escolas e com Transporte Escolar.

Fonte: Dados obtidos na análise criteriosa da realidade educacional no Município: Respostas do Comitê Local às Questões Pontuais – COXIM/MS-2007

Quadro 2. Questões Pontuais e Respostas apresentadas do Sistema Municipal de Ensino de Coxim *Dimensão 2 Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar*

<i>Questões</i>	<i>Respostas</i>
	*Em caso positivo relacione os Programas conhecidos e/ou utilizados.
Questão 1: Existem programas próprios ou em regime de colaboração para formação inicial dos professores em exercício na rede? Quais? Estes programas atendem professores de que níveis? Relacionar os parceiros.	Resposta: Há um curso formação dos professores das séries iniciais, o Curso Normal Superior oferecido pela UEMS- Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
Questão 2. Existem programas próprios ou em regime de colaboração para formação continuada dos professores em exercício na rede? Quais? Estes programas atendem professores de que níveis? Relacionar os parceiros.	Resposta: Em regime próprio realizado pela equipe pedagógica da SEME e multiplicadores através de seminários, encontros pedagógicos e oficinas, em regime de colaboração com a OMEP oportunizam encontros pedagógicos em diversas áreas para os professores dos diversos níveis;
Questão 3. Existem políticas voltadas para a formação continuada nas diversas áreas de atuação da Educação Especial? Quais?	Resposta: a SEMED tem em suas ações, uma política de formação continuada, no entanto não atende todas as áreas;
Questão 4. Existem políticas implementadas para	Resposta: Não;

formação continuada de professores, em exercício, voltadas para a educação ambiental?	
<p>Questão 5.a) Os professores participam ou participaram de programas que visam o desenvolvimento de conteúdo dos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação e das Diretrizes Curriculares Nacionais do CNE, considerando a diversidade étnico-racial?</p> <p>b) A SME dispõe de nutricionista? Em caso afirmativo, o profissional trabalha em tempo integral? Todas as escolas da rede são atendidas pelo nutricionista? Quais as atividades deste profissional?</p> <p>c) Existem programas próprios ou em regime de colaboração para formação inicial e continuada dos profissionais de serviços e apoio escolar? Quais?</p>	<p>Respostas: a) Sim, ocorre a participação dos docentes nas discussões dos PCN e das Diretrizes Curriculares Nacionais;</p> <p>b) Sim, há um técnico- nutricionista que é responsável pelo programa de alimentação escolar e que os profissionais de apoio participam de capacitações quanto à operação de suas atribuições;</p> <p>c) Não.</p>

*Fonte:* Dados obtidos na análise criteriosa da realidade educacional no Município: Respostas do Comitê Local às *Questões Pontuais* – COXIM/MS-2007

**Quadro 3. Questões Pontuais e Respostas apresentadas do Sistema Municipal de Ensino de Coxim - Dimensão 3. Práticas Pedagógicas e Avaliação**

<i>Questões</i>	<i>Respostas *Em caso positivo relacione os Programas conhecidos e/ou utilizados.</i>
Questão 1. A comunidade escolar tem informações sobre a quantidade de alunos que se evadem abandonam a escola?	Resposta: Não, somente tem acesso aos dados, os coordenadores pedagógicos, direção e representantes de professores;
Questão 2. A comunidade escolar busca compreender as causas da evasão e do abandono escolar?	Resposta: Não, somente os segmentos citados na resposta anterior;
Questão 3. As escolas adotam alguma medida para trazer de volta alunos que se evadiram ou abandonaram a escola? Resposta: Sim, porém essas medidas têm obtiveram 100% de resultados;	Resposta: Sim, porém essas medidas têm obtiveram 100% de resultados;
Questão 4. Os alunos participam da definição dos objetivos, do material, das situações, dos métodos e do próprio planejamento das atividades	Resposta: Não, não ocorre planejamento participativo, com participação de alunos nas atividades de elaboração e nem na avaliação.

desenvolvidas na escola?	
--------------------------	--

Fonte: Dados obtidos na análise criteriosa da realidade educacional no Município: Respostas do Comitê Local às Questões Pontuais – COXIM/MS-2007.

Quadro 4 Ações do PAR – Município de Coxim: Subações relacionadas à Valorização Docente

Indicadores qualitativos <b>Dimensão 1. Gestão Educacional</b>	
<b>PAR 2007 -2010</b>	
<b>Ação</b>	<b>Subação</b>
Implantar Conselhos Escolares;	Monitorar a atuação dos Conselhos Escolares;
Implantar Conselhos Municipais de Educação;	Elaborar Projeto de Lei com critérios e procedimentos democráticos para participação dos conselheiros; Qualificar conselheiros municipais;
Implantar e/ou reestruturar o Plano Municipal de Educação;	Elaborar Projeto de Lei instituindo o Plano Municipal de Educação, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação ;
Implantar política de apoio às escolas: parcerias para desenvolvimento de metodologias específicas para a Ed. Integral;	Qualificar os professores para as novas metodologias e monitorar a sua implementação;
Elaborar plano de mobilização de gestores para ampliar os contatos com visitas e disponibilização dos espaços escolares à comunidade	Implantar uma política de abertura das escolas à comunidades por meio do Programa Escola Aberta;
Implementar ações de planejamento para o provimento das demandas da rede (micro planejamento);	Fazer planejamento com as estimativas das necessidades anuais /semestrais dos novos docentes: remoções, licenças e substituições;
Implementação de política de formação continuada aos docentes que atuam na Ed. Infantil, considerando a Lei 10.639e princípios das Diretrizes para a Ed. do Campo;	Ofertar cursos de Formação continuada para os docentes da Ed. Infantil; <i>Programas: SECAD Saberes da Terra</i>
Implantar políticas de análise e divulgação dos resultados das avaliações educacionais do MEC;	Analisar e discutir os resultados das avaliações oficiais do MEC;

Fonte: Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação – PAR, Município de Coxim/MS;

Quadro 5. Ações do PAR – Município de Coxim: Subações relacionadas à Valorização Docente

Indicadores qualitativos <b>Dimensão 1. Gestão Educacional</b>	
<b>PAR 2011-2014</b>	
<b>Ação</b>	<b>Subação</b>
Implantar, acompanhar e aviar o Plano Municipal de Educação – PME com base no PNE.	Capacitar técnicos da secretaria para criação e elaboração do PME; elaborar minuta do Projeto de lei para instituir o plano; divulgar a

	aprovação; mobilizar integrantes; monitorar o cumprimento das metas;
Criar e/ou compor o Conselho Municipal de Educação (CME).	Implantar o CME elaborando seu regimento, promovendo a escolha democrática dos conselheiros e incentivando a sua atuação no planejamento municipal da Educação, na distribuição de recursos, no acompanhamento e avaliação das ações educacionais.
Revisar os Projetos Pedagógicos (PP) nas escolas inclusive nas de alfabetização de jovens e adultos (AJA) e da educação de jovens e adultos (EJA), com a participação dos docentes e do CE na elaboração.	Promover a revisão do PP nas escolas que o possuem e a sua elaboração e implementação nas escolas que ainda não o fizeram, e considerar as novas diretrizes do Plano Nacional da Educação – PNE e do Plano Municipal de Educação – PME com as especificidades de cada escola.
Composição e atuação do Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica FUNDEB	Garantir condições para o funcionamento e atuação do Conselho do Fundeb, e promover ampla publicidade da aplicação dos recursos.
Implantar o Comitê Local do Compromisso com regulamentação clara quanto as competências, composição e funcionamento.	Definir competências, a composição e o funcionamento do Comitê; convidar demais segmentos do governo municipal; publicar atos normativos da criação; reunir e formalizar a atuação dos membros; elaborar cronograma de trabalho e incentivar o acompanhamento do Plano
A partir do planejamento da SEMED promover concurso para o provimento dos cursos de formação em serviço aos servidores.	Periodicamente fazer um levantamento dos servidores da Sec. de Educação; consolidar um plano de formação dos servidores da secretaria prevendo cursos de qualificação para garantir àqueles que já atuam a formação adequada ao exercício de suas funções.
Publicizar o ato legal que estabelece critérios para escolha de diretores escolares e garantir o provimento de todas as vagas de acordo com os critérios na Rede Municipal de Ensino.	Consolidar os critérios para escolha de diretores fundamentando-os nos princípios democráticos; elaborar e revisar o ato legal; divulgar periodicamente os critérios para a comunidade escolar; garantir condições necessárias para o provimento de vagas nas unidades escolares;
Implementar um sistema de supervisão da Rede escola, provendo vagas de coordenadores ou supervisores pedagógicos nas escolas, de forma a garantir a presença, em tempo integral, desses profissionais em todas as unidades escolares.	Consolidar plano de coordenação para a Rede escolar; fazer levantamento dos pedagogos habilitados para atuarem, identificando vagas existentes e quando for caso, provendo coordenadores nos turnos destinados à educação de jovens e adultos;
Implementar ações de planejamento na secretaria municipal de educação para todas as escolas, com vistas ao provimento de vagas de docentes na rede de ensino, procurando reduzir o número de remoções e substituições no quadro de professores das unidades escolares.	Fazer periodicamente o levantamento da quantidade de professores, a atualização dos seus dados (inclusive de formação inicial e continuada para provimento de vagas; promover concurso público para provimento dos professores necessários, a partir do planejamento da SEMED.
Promover o debate para revisão das regras para o estágio probatório de professores e demais profissionais da educação, na legislação vigente	Rever regras existentes; definir regras para a implantação do estágio a partir do debate com os diversos segmentos do governo municipal; consolidar um documento para divulgação, após a aprovação do ato legal;

Plano de carreira para o magistério.	Garantir publicização do plano de carreira para o magistério e assegurar as condições para a sua implantação na rede municipal; elaborar minuta do Projeto de lei para proposição de alterações no PCC; mobilizar integrantes da Câmara Municipal para aprovação do PL que trata do PCC; tornar público após a aprovação do PL, o PCC para o magistério da Rede Municipal de Ensino
Piso salarial do professor.	Garantir a publicização da legislação vigente que trata do piso salarial para os profissionais do magistério e assegurar as condições para a sua implantação na rede municipal de ensino.
Existência de professores para o exercício da função docente no atendimento educacional especializado (AEE) complementar ao ensino regular.	Assegurar as condições necessárias à oferta do atendimento educacional especializado (AEE) em todas as unidades escolares com matrícula de alunos público-alvo da ed. Especial nas classes comuns do ensino regular (alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação).

Fonte: Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação – PAR, Município de Coxim/MS;

Quadro 6. Ações do PAR – Município de Coxim: Subações relacionadas à Valorização Docente

Indicadores qualitativos <b>Dimensão 2 Formação de Professores e dos Profissionais de Apoio</b>	
<b>PAR 2007-2010</b>	
<b>Ação</b>	<b>Subação</b>
Expandir as atividades de contra-turno nas escolas ,articulando às atividades como o PP com a implementação do programa Rádio Escola	Oferecer curso de aperfeiçoamento para a equipe escolar e docentes para implementar as atividades de contra turno por meio de Programa Mais Educação. Qualificar a equipe da SME para a implantação de atividades no contra turno (educação integral e integrada) <i>Programa: SECAD Mais Educação</i>
Implementar política de formação continuada dos docentes que atuam na Educação Infantil (creches e pré-escola) considerando a Lei 10.639 e os princípios preconizada pelas Diretrizes para a Educação Básica nas Escolas do campo.	Oferecer curso de formação continuada (aperfeiçoamento) para os professores que atuam n na Ed. Infantil e nas Escolas do Campo; Qualificar os professores de Educação Infantil utilizando materiais produzidos pelo MEC em cursos implementados pela SEMED. <i>Programa e materiais: TV Escola</i>
Implementar políticas voltadas para a formação continuada dos professores que atuam nos anos/séries iniciais do ensino fundamental, considerando também as especificidades das escolas do campo.	Oferecer cursos de formação continuada: Aperfeiçoamento em Alfabetização e Letramento e Ed. Matemática para os professores que atuam nos anos iniciais do Ens. Fundamental; <i>Programa: Pró-letramento</i> Oferecer curso de formação continuada:

	Aperfeiçoamento para professores que atuam com crianças de 6 anos –Ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos. <i>Programa:</i> SEB Rede de Formação
Formular e Implantar políticas voltadas para a formação de professores que atuam nos anos/séries iniciais do ensino fundamental, visando integrar à melhor qualidade de aprendiz da leitura /escrita e matemática, considerando também as especificidades das escolas do campo.	Oferecer curso de formação continuada: Aperfeiçoamento em Alfabetização e Letramento e Ed. Matemática para os professores que atuam nos anos finais do Ens. Fundamental; Oferecer curso de formação continuada: Aperfeiçoamento na área de Artes e Educação Física, a distância por meio da Rede de Formação; Oferecer curso de formação continuada: Aperfeiçoamento na área de Educação Matemática e científica, a distância por meio da Rede de Formação; Oferecer curso de formação continuada: Aperfeiçoamento na área de Ensino de Ciências Humanas e Sociais distância por meio da Rede de Formação; <i>Programa:</i> SEB Rede de Formação
Desenvolver plano de formação continuada de professores da Educação Básica visando o cumprimento da Lei 10.639/03	Implantar um plano de aquisição de materiais e equipamentos pedagógicos de suporte ao processo didático de implantação da Lei. Oferecer cursos de formação continuada para os professores da Rede em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Secad.

Fonte: Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação – PAR, Município de Coxim/MS;

Quadro 7 - Ações do PAR – Município de Coxim: Subações relacionadas à Valorização Docente

Indicadores qualitativos <b>Dimensão 2 Formação de Professores e dos Profissionais de Apoio</b>	
<b>PAR 2011-2014</b>	
Ação	Subação
Assegurar a contratação de professores habilitados para o provimento de novas vagas nas creches e pré-escolas municipais.	Identificar demanda de professores sem formação inicial adequada; consolidar plano de formação inicial para os professores de creches em exercício; incentivar os professores a cadastrar e atualizar seu(s) currículos na Plataforma Freire; incentivar os professores que não possuem formação inicial em nível superior a se inscreverem no curso de Licenciatura em Pedagogia disponibilizado pelo MEC; <i>Programa:</i> Convênio MEC/IES – Plataforma Freire
Assegurar a contratação de professores	Identificar demanda de professores dos anos

<p>habilitados para o provimento de novas vagas nas escolas com os anos iniciais do Ensino Fundamental, nas que oferecem EJA e favorecer a formação exigida em lei, a todos os professores que já atuam na Rede Municipal de Ensino.</p>	<p>inicias sem formação inicial adequada; consolidar plano de formação inicial para os professores de anos iniciais e da EJA em exercício; incentivar os professores a cadastrar e atualizar seu(s) currículos na Plataforma Freire; incentivar os professores que não possuem formação inicial em nível superior a se inscreverem no curso de Licenciatura em Pedagogia; <i>Programa:</i> Convênio MEC/IES – Plataforma Freire</p>
<p>Assegurar a contratação de professores habilitados para o provimento de novas vagas nas escolas com os anos finais do Ensino Fundamental, nas que oferecem EJA e favorecer a formação exigida em lei, a todos os professores que já atuam na Rede Municipal de Ensino.</p>	<p>Identificar demanda de professores dos anos finais sem formação inicial adequada; consolidar plano de formação inicial para os professores de anos iniciais e da EJA em exercício; incentivar os professores a cadastrar e atualizar seu(s) currículos na Plataforma Freire; incentivar os professores que não possuem formação inicial em nível superior a se inscreverem no curso de Licenciatura para atuarem no ensino e sua especialidade, de acordo com a Lei.9394/96 disponibilizados pelo Ministério da Educação na Plataforma Freire <i>Programa:</i> Convênio MEC/IES – Plataforma Freire</p>
<p>Assegurar as condições necessárias para que os professores que atuam na educação infantil (creches e pré escolas) possam fazer formação continuada em serviço.</p>	<p>Incentivar as escolas da Rede Municipal que oferecem Ed. Infantil elaborarem o PDE Escola Interativo, apresentarem nesse ambiente virtual seu plano de formação continuada aos professores que atuam nas creches e pré escolas; Validar o PAR/Plano de Formação; Acompanhar e viabilizar a formação dos professores da Ed. Infantil;</p>
<p>Implementar políticas de formação continuada aos professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental e EJA para que possam fazer formação continuada em serviço.</p>	<p>Incentivar as escolas da Rede Municipal que oferecem Ensino Fundamental e EJA elaborarem o PDE Escola Interativo, apresentarem nesse ambiente virtual seu plano de formação continuada aos professores que atuam nos anos iniciais e EJA; Validar o PAR/Plano de Formação; Acompanhar e viabilizar a formação dos professores do Ensino Fundamental e EJA em exercício na Rede Municipal de Ensino, matriculados nos cursos de formação continuada;</p>
<p>Implementar políticas de formação continuada aos professores que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental e EJA visando a melhoria da qualidade da aprendizagem de todos os componentes curriculares e assegurando condições necessárias para que possam fazer</p>	<p>Incentivar as escolas da Rede Municipal que oferecem Ensino Fundamental e EJA elaborarem o PDE Escola Interativo, apresentarem nesse ambiente virtual seu plano de formação continuada aos professores que atuam nos anos finais e EJA; Validar o PAR/Plano de Formação; Acompanhar e viabilizar a formação dos</p>

formação continuada em serviço.	professores do Ensino Fundamental e EJA em exercício na Rede Municipal de Ensino, matriculados nos cursos de formação continuada
Implementar políticas de formação continuada para a formação continuada de professores que visem ao desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas, nas classes comuns em todas as etapas e modalidades.	Assegurar as condições necessárias para que os professores que atuam na educação básica possam fazer formação continuada para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas nas classes comuns;
Implementar política de formação educação básica que atuam no atendimento educacional especializado (AEE), complementar ao ensino regular.	Assegurar formação continuada para aos professores que atuam no atendimento educacional especializado participem de cursos com formação específica para o AEE, assegurando as condições necessárias para que possam fazer a sua formação em serviço
Implementar política de formação educação básica que atuam em escolas do campo para cursos de formação para o atendimento nessa modalidade.	Assegurar formação continuada para aos professores que atuam nas escolas do campo; acompanhar e viabilizar a formação desses professores;
Implantação de políticas para a formação de professores da educação básica visando o cumprimento das Leis: 9.795/99; 10.693/03; 11.525/07 e 11.645/08.	Assegurar as condições necessárias para que os professores que atuam na educação básica, em todos os níveis e modalidades participem de cursos que subsidiem a implantação das Leis 9.795/99;10.693/03;11.525/07 e 11.645/08 nas escolas da Rede Municipal de ensino; Planos de formação; qualificar professores, técnicos e gestores para a implementação das leis;
Implementação de Políticas de Formação de profissionais da Educação e de outros representantes da comunidade escolar.	Incentivar os gestores das unidades escolares a participarem dos programas de formação específica; incentivar equipes pedagógicas a participarem de cursos de formação continuada, assegurando as condições necessárias para que possam fazer a sua formação em serviço.;
Implementar o Programa Educação Inclusiva: Educação Para a Diversidade e consolidar o plano de formação para gestores, equipes pedagógicas, docentes e profissionais de serviço e apoio escolar a participação nos curso do programa.	Assegurar as condições para os gestores e equipes pedagógicas participarem de programas de formação para a educação inclusiva
Incentivar a participação dos profissionais de serviços e apoio escolar e representantes da comunidade escolar nos cursos de programas de qualificação.	Assegurar as condições necessárias para que os profissionais da educação possam se qualificar; incluir representantes da comunidade escolar para atuação nos conselhos: CAE, FUNDEB, C.E; capacitar os profissionais de apoio sobre: serviços de secretaria, multimeios , alimentação escolar, prestação de contas e controle social, transporte, livro didático em cursos à distância do FNDE/Formação Pela Escola;

Fonte: Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação – PAR, Município de Coxim/MS;

Quadro 8. Ações do PAR – Município de Coxim: Subações relacionadas à Valorização Docente

Indicadores qualitativos <b>Dimensão 3 Práticas Pedagógicas e Avaliação</b>	
<b>PAR 2007-2010</b>	
Ação	Subação
Implantar uma sistemática e cronograma de reuniões, para discussões sobre conteúdos e metodologias de ensino.	Acompanhar sistematicamente a realização de reuniões;
Promover a execução das práticas pedagógicas alternativas previstas no planejamento das escolas e secretaria.	Construir um calendário anual de práticas pedagógicas alternativas e diversificadas;
Expandir os programas de incentivo à leitura em todas as escolas, em especial, apoio pedagógicos às escolas do campo que atendem Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental (classes multisseriadas).	Monitorar os programas de incentivo à leitura, através de projetos e parcerias;
Criar uma política educacional, como componente, o estímulo à auto avaliação e as práticas interdisciplinares.	Orientar as escolas a incluírem a auto avaliação dos alunos no Projeto Pedagógico;
Elaborar um Plano e Orientar as escolas a incluírem no PP tempo destinado para assistência individual e/ou coletiva aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem durante o ano letivo.	Acompanhar sistematicamente a proposta de assistência individual e/ou coletiva aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades;

Fonte: Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação – PAR, Município de Coxim/MS;

Quadro 9 - Ações do PAR – Município de Coxim: Subações relacionadas à Valorização Docente

Indicadores qualitativos <b>Dimensão 3. Práticas Pedagógicas e Avaliação</b>	
<b>PAR 2011-2014</b>	
Ação	Subação
Implantação e organização do ensino fundamental de 9 anos , realizando as adequações na proposta pedagógica e na infra estrutura das escolas da rede municipal.	Qualificar equipe da secretaria municipal de educação para orientar as e acompanhar a implantação do ensino fundamental de 9 anos na rede; promover a reestruturação pedagógica da rede, discutindo currículo, espaço, e as especificidades culturais e linguísticas; acompanhar a implantação do ensino de 9 anos nas escolas da rede;
Implantação e organização do ensino obrigatório de 4 a 17 anos promovendo a discussão sobre universalização e assegurar as condições necessárias para a progressiva expansão.	Promover o debate com a comunidade de escolar sobre a universalização do ensino obrigatório de 4 a 17 anos, para proposição de novas estratégias para a reestruturação da rede e atendimento de toda a demanda, ampliação do tempo nas creches e educação integral; acompanhar a oferta considerando a disponibilidade de professores, espaços

	físicos, mobiliário adequado, equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos para toda rede de ensino; disponibilizar o Guia do Adolescente e Jovens para a educação entre os Pares e a Comunidade escolar, articulando ações de promoção de saúde e prevenção de agravos e doenças na escola;
Implantar uma política de educação integral nas escolas da rede municipal de ensino.	Promover a reestruturação pedagógica da rede junto aos docentes, a partir do levantamento de necessidades e oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada, por meio de ações que ampliem o tempo, o espaço e oportunidade, sete horas, cinco dias por semana; disponibilizar o Guia do Adolescente e Jovens para a Educação entre os Pares – Promoção de Saúde e Prevenção de Agravos e Doenças na Escola; Disponibilizar estratégia da Agenda Educação e Saúde, realizando mapeamento das potencialidades e dificuldades locais.
Definir e implementar políticas para correção de fluxo escolar.	Oferecer subsídios técnicos para as escolas e qualificar professores e outros profissionais para desenvolverem atividades para a prevenção da distorção idade série; elaborar um plano para identificar e localizar os alunos defasados para regularizar o fluxo escolar , com metas e prazos definidos; discutir e desenvolver junto aos docentes atividades para reverter a situação de fracasso por meio de implantação de um programa de correção de fluxo escolar.
Implantar uma sistemática de estudo e proposta curricular da Rede de Ensino e as especificidades e características das escolas, para que a comunidade escolar participem das discussões para sua atualização.	Atualizar a proposta curricular da rede, respeitando as especificidades e características da educação de jovens e adultos, contemplando as temáticas da ed. Integral, da diversidade, desigualdade de direitos humanos, sustentabilidade e saúde da comunidade escolar; divulgar a proposta curricular da rede, estabelecendo relação entre os documentos legais da educação, à proposta pedagógica e as ações fortalecendo e direcionando a prática dos docentes;
Assegurar as condições necessárias à organização e orientação do processo de escolha do livro didático nas escolas da rede municipal.	Promover o debate nas escolas para reflexão sobre a utilização do livro didático no processo de ensino e aprendizagem, sobre a coerência do livro com a proposta curricular, o PP e o planejamento dos docentes; firmar convênio e adesão ao PNLND , divulgar o período de escolha; reunir os docentes para

	discutir e realizar a escolha com base no guia do livro didático do FNDE; verificar os resultados do processo de escolha; acompanhar a distribuição dos livros feita pelas editoras e garantir a entrega dos livros às escolas localizadas nas áreas rurais;
Manter as equipes pedagógicas e professores da rede, atualizados nas metodologias de alfabetização para crianças, assegurando as condições de implementação, da metodologia que mais se adequar ao PP.	Promover reuniões com a comunidade escolar para a apresentação de metodologias de alfabetização, fomentando a reflexão sobre o uso de metodologias, coerência com as diretrizes da SEMED e com os PP, bem como com a segunda diretriz do Plano de Metas do PDE; aplicar a Provinha Brasil como instrumento pedagógico que oferece informações sobre o processo de alfabetização- no 2º ano do Ensino Fundamental; Acompanhar em cada escola , os resultados obtidos com a metodologia da alfabetização implementada, estabelecendo como meta, alfabetizar as crianças até os 8 anos de idade (diretriz do PDE);
Incluir como componente da política educacional, a ser considerando no projeto pedagógico (PP) de cada escola, a realização de práticas pedagógicas alternativas fora da escola.	Consolidar, a partir do projeto pedagógico (PP) e do planejamento anual, um calendário anual de práticas pedagógicas alternativas fora da escola, com previsão de recursos necessários para realização das atividades; acompanhar a execução das práticas pedagógicas previstas; Inserir na proposta curricular da rede de ensino, as temáticas da diversidade , direitos humanos e das crianças e dos adolescentes, orientação sexual, étnico-racial, da sustentabilidade sócio- ambiental, educação integral (nos diferentes macro campos) e saúde comunidade escolar;
Implantar calendário de reuniões para discussão do currículo e metodologias de ensino.	Implantar em cada escola, as reuniões pedagógicas e os horários de trabalhos pedagógicos com periodicidade definida, consolidando um calendário oficial da secretaria divulgado para a comunidade escolar; oportunizar a discussão de conceitos e conteúdos trabalhados no processo de formação continuada dos professores da rede de ensino, estratégias para sua transposição para o espaço escolar e identificação do seu impacto na prática pedagógica;
Manter as equipes pedagógicas e os professores atualizados sobre as estratégias para as estratégias para a avaliação dos alunos e práticas interdisciplinares , considerando para sua implantação, as	Qualificar a equipe pedagógica da SEMED e a comunidade escolar para a discussão sobre critérios para a avaliação dos alunos, considerando as diretrizes da SEMED e os projetos pedagógicos (PP ) das escolas;

diretrizes da SEMED e os projetos pedagógicos (PP) das escolas.	discutir e definir metodologias de avaliação dos alunos e implantar práticas interdisciplinares consolidando um documento orientador estabelecido para a rede, sobre as práticas pedagógicas e avaliação nas escolas;
---	---

Fonte: Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação – PAR Município de Coxim/MS;

Quadro 10. Ações do PAR – Município de Coxim: Subações relacionadas à Valorização Docente

Indicadores qualitativos <b>Dimensão 4 -Infra Estrutura Física e Recursos Pedagógicos</b>	
<b>PAR 2007-2010</b>	
Ação	Subação
Desenvolver estratégia para ativar gradativamente os laboratórios existentes considerando as orientações do manual de padrões mínimos e implantar salas de recursos multifuncionais, inclusive nas escolas do campo.	Implantar laboratórios nas escolas da rede; <i>Programa:</i> SEED Implantar laboratórios de informática nas escolas da rede. <i>Programa:</i> SEED Profinfo
Implantar gradativamente salas de vídeo nas escolas com materiais didáticos atualizados.	Atualizar acervo de mídias nas escolas da rede; <i>Programa:</i> SEED Qualificar os professores para a operação e utilização adequada de material didático das salas de vídeo; <i>Programa:</i> SEED – Mídias na Educação
Elaborar plano para aplicação do acervo bibliográfico (de referências e literatura) para as escolas da rede e incentivar a produção de material específicos para as escolas do campo, considerando as diversidades e regionalidade.	Qualificar os professores para a utilização adequada do acervo bibliográfico (de referência e literatura); <i>Programa:</i> SEB – Programa Nacional da Biblioteca da Escola (PNBE)

Quadro 8 Ações do PAR – Município de Coxim: Subações relacionadas à Valorização Docente

Indicadores qualitativos <b>Dimensão 4. Infra Estrutura Física e Recursos Pedagógicos</b>	
<b>PAR 2011-2014</b>	
Ação	Subação
Garantir condições necessárias para as condições necessárias para a aquisição (ou construção) e manutenção de infraestrutura física para o funcionamento da secretaria municipal de educação.	Elaborar plano de adequação, reforma, ampliação da SEMED para abrigar todos os setores, espaços adequados para reuniões, formações; Buscar recursos BNDES para construção ou ampliação da secretaria conforme plano elaborado; implantar núcleo tecnológico (NTE) no município;
Garantir condições necessárias à aquisição de novos mobiliários e equipamentos para a secretaria municipal e equipamento, a manutenção dos existentes bem como as condições para o deslocamentos do	Elaborar um plano de manutenção e aquisição de mobiliário e equipamentos para a SEMED; mobiliário, kit de informática e meios de deslocamentos para visitas da equipe à escola e para deslocamento de professores às atividades

professores e funcionários para visitas e outras atividades.	diversas.
Construir novos espaços, nas escolas da rede para as bibliotecas (ou espaços de leituras) com esforços progressivos para a universalização das bibliotecas escolares de acordo com a lei 12.224/2010.	Consolidar um planejamento para ampliação, adequação, reforma e/ou manutenção de cada unidade escolar para a implantação de bibliotecas(ou salas de leitura),com detalhamento e prazos para as ações; reformar, mobiliar, equipar conforme plano elaborado).
Garantir as condições necessárias à ampliação, melhoria e manutenção da infra estrutura física das escolas de educação infantil, incluindo as do campo, e as escolas de ensino fundamental .	Consolidar um plano plurianual para construção, reforma e ampliação das unidades escolares, considerando: diagnóstico prévio da situação das unidades e a demanda verificada e a progressão de matrículas em cada localidade;
Garantir a as condições necessárias à aquisição de novos mobiliários e equipamentos para as escolas, considerando o diagnóstico prévio da situação da rede municipal de ensino.	Adquirir com recursos próprios e de convênio com o FNDE/MEC, mobiliários e equipamentos diversos para as escolas, equipamentos de climatização (ar condicionado, ventiladores), projetor multimídias para as salas de aulas, <b>Programa:</b> Proinfo
Garantir as condições necessárias à oferta regular de transporte escolar para todos os estudantes que necessitam, conforme diagnóstico elaborado pela secretaria municipal de educação.	Prever as condições necessárias para o atendimento com transporte escolar dos estudantes da rede pública; adquirir com recursos próprios e de convênio do FNDE/MEC e como o BNDES, veículos apropriados para o transporte terrestre (ônibus);adquirir bicicletas e equipamentos de segurança para o transporte escolar; <b>Programa:</b> Programa Caminho da Escola – bicicleta escolar.
Implantar laboratórios de Ciências e de Informática nas escolas da rede municipal de ensino bem como, a aquisição regular de insumos para a utilização nas práticas pedagógicas.	Identificar a necessidade de ampliação, reforma ou adequação de espaços existentes nas escolas, para a implantação de dois laboratórios (de Ciências e de Informática), incluindo o atendimento da educação integral; garantir às escolas o provimento de insumos para a realização de atividades pedagógicas nos laboratórios; estabelecer parcerias com o MEC para implantação e/ou ampliação de laboratórios de informática; adquirir computadores portáteis com conteúdos pedagógicos para cada aluno; <b>Programas:</b> Proinfo – urbano e rural; Prouca
Ampliar o acesso das escolas à rede mundial de computadores (Internet) garantindo sua utilização pra professores e alunos.	Elaborar plano de inserção das escolas na rede mundial; verificar a disponibilidade de equipamentos de informática em condições de acessar a internet; acompanhar a instalação de infraestrutura de rede para suporte à conexão a Internet em alta velocidade; <b>Programa:</b> Programa Banda Larga nas Escolas

	- PNLE
Implantar salas de recursos multifuncionais nas escolas da rede municipal e ampliar a oferta de atendimento especializado (AEE).	Identificar escolas que necessitam de equipamentos de informática, mobiliários e materiais didáticos e de acessibilidade para compor as salas de recursos multifuncionais com vistas apoiar a implementação e/ou ampliação de oferta do atendimento educacional (AEE); Implantar salas de recursos multifuncionais conforme Educacenso MEC/Inep; adquirir recursos de tecnologias assistiva para as salas de recursos já existentes e garantir a sua manutenção;
Incentivar a utilização de processos, ferramentas e materiais de natureza pedagógica pré-qualificados pelo MEC.	Manter equipes pedagógicas e professores atualizados sobre processos, ferramentas e materiais de natureza pedagógica pré-qualificados pelo MEC com vistas a buscar novas estratégias para o fortalecimento da educação pública; divulgar o Guia de Tecnologias Educacionais para a comunidade, identificando as tecnologias utilizadas; promover estudo sobre o uso dos processos, ferramentas e materiais de natureza pedagógica pré-qualificados com vistas a identificar e utilizar novas estratégias para melhorar a educação ofertada; fomentar o uso do Portal do Professor na rede municipal; fomentar a produção e utilização de objetos educacionais digitais nas escolas;
Garantir e incentivar a utilização de recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais.	Elaborar um plano para renovação e ampliação e/ou manutenção do acervo bibliográfico (de referência e literatura) em conformidade com as leis 12.224/2010; acompanhar o recebimento de acervo bibliográfico disponibilizado pelo MEC às escolas; <b>Programa:</b> Programa Nacional Biblioteca da Escola.
Garantir a aquisição regular de materiais pedagógicos diversos para as escolas da rede municipal, considerando as necessidades explicitadas no planejamento anual dos professores e PP da escola.	Elaborar plano anual de aquisição de materiais pedagógicos diversos; Adquirir com recursos próprios e com os convênios FNDE/MEC: brinquedos didáticos, instrumentos musicais e eletrônicos de áudio e vídeo;
Garantir a aquisição regular de equipamentos e materiais esportivos para as escolas da rede municipal, considerando as necessidades explicitadas no planejamento anual dos professores e PP da escola.	Elaborar plano anual de aquisição de materiais esportivos, inclusive para o atendimento às atividades da educação integral; adquirir com recursos próprios equipamentos e materiais esportivos, de acordo com o planejamento anual da secretaria municipal de educação.
Garantir a aquisição regular e/ou a produção de materiais didáticos e pedagógicos	Garantira a inclusão, no plano anual de aquisição de materiais didáticos pedagógicos

<p>diversos para todas as etapas e modalidades, considerando as necessidades explicitadas no planejamento anual dos professores e PP da escola.</p>	<p>diversos para todas as etapas da EJA e para a Diversidade quanto em suas temáticas específicas (Leis 10.639/03;11.525/07;e 11.645/08);adquirir materiais e equipamentos pedagógicos e de suporte ao processo pedagógico que correspondem às exigências das leis, na: ed. Infantil, anos iniciais e finais do Ens. Fundamental;</p>
---	---